

**SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA**

**Sede: Rua João Mendonça, 529 – 4464-501 Senhora da Hora**

**Capital Social 1.000.000.000 Euros**

**Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e identificação 501 532 927**

**RELATÓRIO E CONTAS**

**31 DE DEZEMBRO DE 2012**

## Relatório de Gestão

# SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

## RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

Sonae Investimentos, SGPS, SA é a empresa do grupo Sonae que agrega a atividade core do grupo, o retalho.

### 1 ATIVIDADE AO LONGO DO ANO

Ao longo de 2012, a Sonae Investimentos, SGPS, SA realizou um volume de negócios consolidado de 4.532 milhões de Euro - o que representa um decréscimo de 3% face ao ano anterior. Neste mesmo período, o cash-flow operacional consolidado da Empresa atingiu 321 milhões de Euros. Este valor representa um rácio sobre as vendas líquidas totais de 7,1%, menos 0,4 p.p. que no ano anterior.

Na evolução da atividade da Empresa destacamos os seguintes aspetos:

O volume de negócios das **insígnias de base alimentar** ex-fuel diminuiu em 1% para 3.281 milhões de Euros, refletindo a evolução negativa das vendas num universo comparável de lojas (-2% em 2012). Os ganhos de quota obtidos ao longo do ano, com a Sonae MC a reforçar novamente a sua posição no mercado nacional, em paralelo com uma expansão seletiva da área de vendas, permitiram alcançar uma evolução do volume de negócios acima da média de mercado.

O portfólio de marcas próprias Continente continuou a aumentar o seu peso relativo nas vendas, tendo alcançado uma representatividade de praticamente 31% (+2 p.p. face a 2011) do volume de negócios nas categorias de Fast Moving Consumer Goods. É também de realçar o crescimento de 16% das vendas online face ao ano anterior.

No segmento de negócio em análise o cash-flow operacional aumentou para 247 milhões de Euros, traduzindo uma rentabilidade de 7,5% do respetivo volume de negócios (+0,6 p.p. face a 2011), um resultado muito positivo tendo em conta o atual contexto de retração de consumo. A Sonae MC conseguiu reforçar a sua competitividade no período por via da conjugação de um esforço promocional relevante, alavancado no cartão "Continente" (que esteve na base de cerca de 90% das vendas no período), um rigoroso controlo de custos, uma eficiente gestão do inventário (que permitiu uma redução do nível de stocks em 15%) e novos ganhos de produtividade, alcançados pela bem-sucedida implementação de várias iniciativas internas focadas na eficiência e otimização de processos.

No que respeita ao volume de negócios das insígnias de **retalho especializado**, a queda de 4% para 1.180 milhões de euros reflete o comportamento negativo das vendas nos mercados ibéricos, que sofreu uma nova deterioração no 4T12, e o menor nível de expansão da área de vendas (+0,5% em 2012 em comparação com +15% durante 2011). As vendas do conjunto de insígnias da Sonae SR em Portugal diminuíram cerca de 8%, o que foi apenas parcialmente compensado pelo crescimento de 5,8% do volume de negócios nos mercados internacionais. No segmento da eletrónica de consumo, onde existem dados mais fiáveis de quotas de mercado, a Worten continuou a reforçar a sua posição de liderança no mercado Ibérico. As vendas fora de Portugal representaram mais de 28% do total das vendas da Sonae SR em 2012, 3 p.p. acima do valor verificado em 2011. A Sonae SR continuou ainda com o processo de expansão internacional, incluindo através da abertura de novas lojas Zippy em formato de franchising em cidades do Azerbaijão, Malta, República Dominicana e Venezuela.

Este segmento de negócio viu o cash flow operacional diminuir em 25 milhões de Euros, para 25 milhões de Euros negativos. As significativas poupanças de custos e ganhos de eficiência conseguidos pelos diferentes negócios ao longo de 2012 não foram suficientes para compensar as fortes quebras de vendas sentidas nos mercados Ibéricos ao nível das categorias discricionárias, que sofreram uma nova deterioração no 4T12. Adicionalmente, as vendas e margens dos formatos de desporto e moda foram negativamente impactadas pelas reestruturações implementadas em 2012 nos respetivos modelos de aprovisionamento.

A rentabilidade do segmento de **propriedades de retalho** reflete sobretudo rendas internas, definidas de acordo com retornos mínimos sobre os investimentos realizados, na sua maioria alinhados com as taxas de capitalização do mercado. O cash flow operacional atingiu 107 milhões de Euros.

Ao longo do ano em apreço, o resultado operacional consolidado direto da Sonae Investimentos, SGPS, SA totalizou 125 milhões de Euros.

Os resultados financeiros passaram de 74 milhões de Euros negativos em 2011 para 76 milhões de Euros também negativos, com a redução do montante de dívida média a ser mais do que compensado pelo aumento da taxa de juro global efetiva da dívida, determinado exclusivamente pelo aumento de spreads, já que as taxas Euribor foram, em média, inferiores em 2012 face a 2011. O Resultado líquido consolidado do exercício atribuível a Acionistas da Empresa-mãe ascendeu a 9 milhões de Euros, que compara com 64 milhões de Euros auferidos no ano anterior.

## 2 INVESTIMENTO

A Sonae Investimentos concretizou ao longo de 2012 um investimento global de 127 milhões de Euros. Este valor destinou-se à concretização do plano de expansão da Empresa, permitindo-lhe finalizar o ano com um portfolio de 1.009 unidades e uma área de venda instalada de 1.029 mil m<sup>2</sup> (+1% sobre a base de final do ano precedente).

- O investimento dos negócios de **retalho alimentar** ascendeu a 78 milhões de Euros. Os principais destinos do montante investido foram a abertura de 2 Continente Modelo e 5 Continente Bom

Dia, bem como a remodelação seletiva de unidades de retalho, por forma a garantir que estas se mantêm como referências nas respetivas zonas de implementação.

- O investimento do **retalho especializado** atingiu os 34 milhões de euros, incluindo a consolidação da rede de lojas da Sonae SR nos mercados internacionais, sendo que o conjunto das suas insígnias detinha, no final de 2012, um total de 146 lojas fora de Portugal, incluindo 20 sob regime de franchising.
- O montante investido pelo segmento de **propriedades de retalho** alcançou os 16 milhões de euros, 75% abaixo do valor de 2011, claro indicador da estratégia de *capital light* que tem vindo a ser seguida (locação operacional em vez de detenção) para novas áreas de venda de retalho.

### 3 PERSPETIVAS

Em 2013, as economias da Península Ibérica deverão continuar a enfrentar a maioria dos desafios que prevaleceram ao longo do ano de 2012, com os esforços de consolidação das contas públicas a determinarem aumentos de impostos sobre os rendimentos das famílias e sobre as empresas, o que deverá inevitavelmente conduzir a uma nova redução do rendimento disponível das famílias e a um aumento do nível de desemprego. É assim consensual estimar para 2013 uma nova retração da atividade económica interna, quer em Portugal, quer em Espanha.

A Sonae MC irá continuar focada, ao longo do corrente ano, em assegurar a melhor proposta de valor para os consumidores Portugueses, procurando, dessa forma, atingir uma performance de vendas acima da média do mercado em geral, reforçando, conseqüentemente, uma vez mais a sua quota de mercado. A exposição a categorias de produtos mais discricionárias deverá continuar a influenciar negativamente o volume de negócios da Sonae SR em 2013. No entanto, os esforços de contenção de custos, o expectável crescimento da área de franchising e das vendas online, assim como a otimização do portfólio de lojas e os benefícios das reestruturações levadas a cabo em 2012, nos negócios de moda e desporto, deverão traduzir-se em melhorias da geração de cash-flow durante o ano.

Em termos globais, continuaremos focados em explorar oportunidades de crescimento internacional alavancadas na nossa excepcional base de ativos em Portugal, reforçando as nossas posições competitivas e inovando com novos projetos em áreas de negócio complementares. Apesar dos investimentos a realizar, da manutenção da nossa política de dividendos e dos impactos de nova retração de consumo, iremos continuar o processo de reforço da nossa estrutura de capitais, tendo como objetivo chegar ao final de 2013 com nova redução da dívida líquida consolidada.

### 4 GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Os princípios gerais de gestão de riscos financeiros da Empresa encontram-se descritos em detalhe na Nota 3 do Anexo às Demonstrações Financeiras.

## 5 REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

### Remuneração do Conselho de Administração

#### Remuneração paga e atribuída

Aos membros do Conselho de Administração foi atribuída a seguinte remuneração (incluindo remuneração fixa, remuneração variável de curto prazo e remuneração variável de médio prazo) pela Sociedade e pelas sociedades do Grupo:

Administradores	2011				2012			
	Remuneração Fixa	Remuneração Variável de Curto Prazo	Remuneração Variável de Médio Prazo	Total	Remuneração Fixa	Remuneração Variável de Curto Prazo	Remuneração Variável de Médio Prazo	Total
Duarte Paulo Teixeira de Azevedo	-	-	-	-	-	-	-	-
Ângelo Gabriel Rib. Santos Paupério	-	-	-	-	-	-	-	-
Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão	16.025	-	-	16.025	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>16.025</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>16.025</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

valores em euros

### Remuneração do Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é composta por um montante anual fixo, baseada na situação da sociedade e nas práticas de mercado.

O valor de remuneração fixa anual dos membros deste órgão foi o seguinte:

Membro do Conselho Fiscal	2011	2012
UHY & Associados, SROC, Lda representada por António Francisco Barbosa dos Santos	8.000	8.000
Óscar José Alçada da Quinta	8.100	7.800
Arlindo Dias Duarte da Silva	8.100	7.800
<b>Total</b>	<b>24.200</b>	<b>15.600</b>

## Remuneração do Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas da Sonae Investimentos e Auditor é a Deloitte. Os valores de faturação à Sonae Investimentos em 2011 e 2012, incluindo filiais, são os que a seguir se discriminam:

	2011		2012	
Auditoria e revisão legal de contas	268.549	54%	294.907	65%
Outros serviços de garantia e fiabilidade	129.958	26%	35.216	8%
Outros serviços	102.955	21%	125.883	28%
Total	501.463		456.006	

valores em euros

O peso dos honorários relativos a serviços de auditoria e outros serviços de garantia de fiabilidade diminuiu 7pp em 2012, representando 72% dos honorários totais. Os outros serviços representam 28% dos honorários totais e foram objeto de apreciação pelo Conselho Fiscal.

Os honorários de outros serviços incluíram em 2012: serviços de consultoria prestados a diversas subsidiárias da Sonae Investimentos.

Em 2012, os honorários pagos pela Sonae Investimentos, em Portugal, às empresas da rede Deloitte representaram menos de 1% do total da faturação anual da Deloitte, em Portugal.

O sistema de qualidade do Auditor Externo controla e monitoriza os riscos potenciais de perda de independência ou de eventuais conflitos de interesse existentes com a Sonae.

O Conselho Fiscal recebe anualmente, nos termos do artigo 62º-B do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de Novembro (aditada esta disposição pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de Novembro), a declaração de independência do auditor, onde são descritos os serviços prestados por este e por outras entidades da mesma rede, respetivas remunerações pagas, eventuais ameaças à sua independência e as medidas de salvaguarda para fazer face às mesmas.

## Remuneração dos Membros da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia Geral de Acionistas é constituída por um montante fixo, nos termos seguintes:

Mesa da Assembleia Geral	2011	2012
Presidente	3.750	3.750
Secretária	1.500	1.500
<b>Total</b>	<b>5.250</b>	<b>5.250</b>

valores em euros

## 6 ACÇÕES PRÓPRIAS

A 31 de dezembro de 2012 a Sonae Investimentos, SGPS, SA detinha, através da sua participada Sonae Specialized Retail, SGPS, SA, 100.000.000 de ações representativas do seu capital social. Durante o presente exercício não ocorreu qualquer transação com ações próprias.

## 7 PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS DA EMPRESA SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

O resultado líquido do exercício da empresa Sonae Investimentos, SGPS, S.A., a título individual, foi de 5.693.194,28 Euros, relativamente ao qual o Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição:

Reserva Legal _____	284.660,00 Euros
Dividendos _____	5.408.534,28 Euros
Total _____	5.693.194,28 Euros

O Conselho de Administração propõe ainda à Assembleia Geral de Accionistas da Sonae Investimentos, SGPS,S.A, a distribuição de 40.000.000 Euros, a título de dividendos, sendo, para tanto, afetado o valor de 34.591.465,72 Euros de Reservas Livres, excluindo-se da distribuição de dividendos, as ações que à data da sua distribuição tenham sido adquiridas pela sociedade ou por qualquer uma das sociedades dela dependentes.

## 8 AGRADECIMENTOS

---

Um agradecimento a todos os clientes, fornecedores, instituições financeiras e accionistas pelo apoio e preferências demonstrados. Aos auditores e revisores oficiais de contas é também devido o reconhecimento pela cooperação evidenciada ao longo do período. Finalmente, uma palavra de especial reconhecimento a todos os colaboradores da Sonae Investimentos pelo entusiasmo, dedicação e competência uma vez mais demonstrados.

Matosinhos, 11 de março de 2013

O Conselho de Administração

---

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)

---

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

---

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

---

**Glossário****Volume de negócios (vn)**

vendas de mercadorias e produtos + prestações de serviços.

**Cash-flow operacional (EBITDA)**

volume de negócios + outras receitas - goodwill negativas - reversão de perdas por imparidade - custos operacionais + ganhos/perdas na alienação de empresas - provisão para extensões de garantia.

**Resultado operacional (EBIT) direto**

volume de negócios + outras Receitas + goodwill negativo – custos operacionais - provisões para extensões de garantia + ganhos/perdas com vendas de empresas – amortizações e perdas de imparidade [relativo a negócios core]

**Investimento (CAPEX)**

investimento bruto em activos fixos tangíveis e intangíveis, investimentos em aquisições; investimento bruto, excluindo o encaixe decorrente da venda de activos.

**Fundo de manei**

clientes (valor a receber resultante de vendas decorrentes do curso normal das actividades do Grupo) - fornecedores (valor a pagar resultante de aquisições decorrentes do curso normal das actividades do Grupo) + existências (mercadorias registadas ao custo de aquisição, deduzido do valor de descontos de quantidade e das perdas por imparidade) + outros activos e passivos (Estado e outros entes públicos + empresas associadas + acréscimos e diferimentos + impostos diferidos + provisões para riscos e encargos + fornecedores de imobilizado + devedores e credores diversos).

**Capitais empregues líquidos**

ativos tangíveis e intangíveis brutos + outros activos fixos brutos (incluindo Goodwill) + amortizações e perdas de imparidade + investimentos financeiros + fundo de manei.

**ANEXOS**

Declaração nos termos do Artº 245, 1, al. c) do Código de Valores Mobiliários

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas pela União Europeia, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Matosinhos, 11 de março de 2013

O Conselho de Administração,

---

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)

---

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

---

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

### Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 14º nº7 do Regulamento da CMVM nº 05/2008

Divulgação de acções e outros títulos detidos por membros do Conselho de Administração e por Dirigentes, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas, nos termos do Artigo 248ºB do Código dos Valores Mobiliários, e de transacções sobre os mesmos efectuados no decurso do exercício:

	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	31.12.2012
<b>Ángelo Gabriel Ribeiro dos Santos Paupério (*) (**)</b>						
Sonae, SGPS, SA (3)						584.562 (a)
Acções adquiridas em cumprimento da política de incentivos anual e de médio prazo	09.03.2012	229.329	0,000			
Obrigações Continente - 7% - 2015						700.000 (b)
Subscrição	25.07.2012	700.000	1,000			
<b>Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (*) (**) (***)(****)</b>						
Efanor Investimentos, SGPS, SA (1)						1
Migracom, SGPS, SA (7)						1.969.996
Sonae, SGPS, SA (3)						3.293 (c)
Acções adquiridas em cumprimento da política de incentivos anual e de médio prazo	30.03.2012	451.068	0,000			
Acções adquiridas em cumprimento da política de incentivos anual e de médio prazo	27.04.2012	619.326	0,000			
Venda	27.04.2012			1.068.101	0,405	
	Data	Aquisições		Alienações		Saldo em
		Quantidade	Valor Md. €	Quantidade	Valor Md. €	31.12.2012
<b>(1) Efanor Investimentos, SGPS, SA</b>						
Sonae, SGPS, SA (3)						200.100.000
Compra	10.05.2012	77.700.000	0,400			
Pareuro, BV (2)						2.000.000
<b>(2) Pareuro, BV</b>						
Sonae, SGPS, SA (3)						849.533.095
Venda	28.03.2012			10.016.905	0,456	
Venda	10.05.2012			77.700.000	0,400	
<b>(3) Sonae, SGPS, SA</b>						
Sonae Investments, BV (4)						2.894.000
Sonae Investimentos, SGPS, SA						768.555.810
Venda	27.12.2012			25.000	3,200	
Sonae, SGPS, SA (ações próprias)						0
Compra	29.03.2012	395.000	0,442			
Compra	30.03.2012	639.045	0,446			
Compra	02.04.2012	354.134	0,441			
Compra	03.04.2012	100.000	0,445			
Compra	04.04.2012	812.972	0,440			
Compra	05.04.2012	100.000	0,438			
Compra	10.04.2012	150.000	0,431			
Compra	11.04.2012	386.112	0,435			
Compra	12.04.2012	550.000	0,436			
Compra	13.04.2012	499.500	0,429			
Compra	16.04.2012	539.552	0,426			
Compra	17.04.2012	400.461	0,436			
Compra	18.04.2012	255.000	0,424			
Compra	19.04.2012	537.500	0,428			
Compra	20.04.2012	280.000	0,425			
Venda	27.04.2012			5.011.777	0,437	
Acções entregues em cumprimento da política de remuneração variável anual e de médio prazo	27.04.2012			619.326	0,000	
Venda	17.12.2012			368.173	0,693	
<b>(4) Sonae Investments BV</b>						
Sonae Investimentos, SGPS, SA						131.419.190
Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda (5)						5.000
<b>(5) Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda</b>						
Sonae Investimentos, SGPS, SA						25.000
Compra	27.12.2012	25.000	3,200			
<b>(6) Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA</b>						
Sonae Investimentos, SGPS, SA						100.000.000
<b>(7) Migracom, SGPS, SA</b>						
Sonae, SGPS, SA (3)						2.908.204
Compra	27.04.2012	1.068.101	0,405			
Imparfin, SGPS, SA (8)						150.000
<b>(8) Imparfin, SGPS, SA</b>						
Sonae, SGPS, SA (3)						4.105.280

(\*) administrador da sociedade

(\*\*) administrador da Sonae SGPS, SA (sociedade direta e indiretamente dominante) (3)

(\*\*\*) administrador da Efanor Investimentos SGPS, SA (sociedade direta e indiretamente dominante) (1)

(\*\*\*\*) administrador da sociedade Imparfin, SGPS, SA (8)

(a) das quais 125.000 acções são detidas pelo cônjuge.

(b) das quais, 150.000 obrigações são detidas pelo cônjuge, e 400.000 são detidas por sociedade da qual este dirigente é o administrador único.

(c) das quais 1.000 acções são detidas por descendente a cargo.

**Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais**

Número de ações detidas por acionistas com mais de 10%, 33% e 50% do capital social da Sonae Investimentos, SGPS, SA:

**Número de ações a 31.dezembro.2012**

Sonae, SGPS, SA	768.555.810
Sonae Investments, BV	131.419.190
Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda	25.000

**Participações qualificadas**

Acionistas que detêm mais que 2% do capital social da Sonae Investimentos, SGPS, SA, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculados nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, em cumprimento do artigo 8.º nº 1, al. b), do Regulamento da CMVM n.º 05/2008:

<b>Acionista</b>	<b>Nº de ações</b>	<b>% Capital social</b>	<b>% Direitos de voto</b>
Efanor Investimentos, SGPS, SA (i)			
Através da Sonae, SGPS, SA	768.555.810	76,8556%	85,3951%
Através da Sonae Investments, BV	131.419.190	13,1419%	14,6021%
Através da Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda	25.000	0,0025%	0,0028%
Através da Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA (ii)	100.000.000	10,0000%	-
<b>Total imputável</b>	<b>1.000.000.000</b>	<b>100,0000%</b>	<b>100,0000%</b>

(i) Belmiro Mendes de Azevedo é, nos termos da al.b) do nº1 do Artº 20º e do nº1 do Artº 21º do CVM, o "*ultimate beneficial owner*", porquanto detém cerca de 99% do capital social e dos direitos de voto da Efanor Investimentos SGPS, SA e esta, por sua vez domina integralmente a Pareuro BV.

(ii) Consideradas ações próprias nos termos do Código das Sociedades Comerciais, dado que a Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA é detida a 100% pela Sonae Investimentos, SGPS, SA.

# SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

## Governo das Sociedades

Informação anual sobre as práticas da Sonae Investimentos, SGPS, S.A., sobre o Governo da Sociedade, produzida nos termos do disposto no número 4 do artigo 245ºA do Código dos Valores Mobiliários e arts 2º e 3º da Lei 28/2009 de 19 de Junho.

### Ponto 1 - Participações qualificadas no capital social da sociedade

Acionista	Nº de ações	% Capital social	% Direitos de voto
Efanor Investimentos, SGPS, SA (i)			
Através da Sonae, SGPS, SA	768.555.810	76,8556%	85,3951%
Através da Sonae Investments, BV	131.419.190	13,1419%	14,6021%
Através da Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda	25.000	0,0025%	0,0028%
Através da Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA (ii)	100.000.000	10,0000%	-
<b>Total imputável</b>	<b>1.000.000.000</b>	<b>100,0000%</b>	<b>100,0000%</b>

(i) Belmiro Mendes de Azevedo é, nos termos da al.b) do nº1 do Artº 20º e do nº1 do Artº 21º do CVM, o "*ultimate beneficial owner*", porquanto detém cerca de 99 % do capital social e dos direitos de voto da Efanor Investimentos SGPS, SA e esta, por sua vez domina integralmente a Pareuro BV.

(ii) Consideradas ações próprias nos termos do Código das Sociedades Comerciais, dado que a Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA é detida a 100% pela Sonae Investimentos, SGPS, SA.

### Ponto 2 - Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos

Não existem accionistas com direitos especiais.

### Ponto 3 – Existência de restrições em matéria de direito de voto

Conforme prevê o contrato social (sendo, na omissão, aplicável as regras previstas na lei):

A Assembleia Geral é constituída somente pelos accionistas com direito a voto, possuidores de acções ou títulos de subscrição que, até cinco dias úteis antes da realização da assembleia, comprovem junto da sociedade a sua titularidade, nos termos estabelecidos na lei. A presença nas

assembleias gerais de accionistas titulares de acções preferenciais sem voto e a sua participação na discussão dos assuntos da ordem do dia depende da autorização da Assembleia Geral.

A cada acção corresponde um voto.

Os accionistas que sejam pessoas singulares poder-se-ão fazer representar nas reuniões da Assembleia, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa que indique o nome, domicílio do representante e a data da Assembleia.

As pessoas colectivas far-se-ão representar pela pessoa que para o efeito designarem através de carta cuja autenticidade será apreciada pelo Presidente da Mesa.

Se a sociedade for considerada “sociedade com o capital aberto ao investimento do público”, os accionistas poderão votar por correspondência, no que se refere exclusivamente à alteração do contrato social e à eleição dos órgãos sociais.

Só serão considerados os votos por correspondência, desde que recebidos na sede da sociedade, por meio de carta registada com aviso de recepção, dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia, sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade de accionista.

A declaração de voto deverá ser assinada pelo titular das acções ou pelo seu representante legal, devendo o accionista, se pessoa singular, acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, se pessoa colectiva deverá a assinatura ser reconhecida notarialmente na qualidade e com poderes para o acto.

Só serão consideradas válidas as declarações de voto de onde conste de forma expressa e inequívoca:

- a) a indicação do ponto ou pontos da ordem de trabalhos a que respeita;
- b) a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes;
- c) a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta.

Não obstante, é permitido a um accionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta declarar que vota contra as demais propostas no mesmo ponto da ordem de trabalhos, sem outras especificações.

Entender-se-á que os accionistas que enviem declarações de voto por correspondência se abstêm na votação das propostas que não sejam objecto dessas declarações.

Os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos.

Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, verificar da conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites.

Compete à sociedade assegurar a confidencialidade dos votos exercidos por correspondência até ao momento da votação.

A Assembleia poderá deliberar em primeira convocação desde que se achem presentes ou representados accionistas que representem mais de cinquenta por cento do capital social.

#### **Ponto 4 – Regras aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do órgão de administração e à alteração dos estatutos da sociedade**

O Conselho de Administração é constituído por um número par ou ímpar de membros, no mínimo de 3 e no máximo de 11, eleitos em Assembleia Geral.

Em caso de morte, renúncia ou impedimento temporário ou definitivo, de qualquer administrador, o Conselho de Administração providenciará quanto à sua substituição.

No caso da sociedade, ser uma “sociedade aberta”, concessionária do Estado ou de entidade a ele equiparada, na falta definitiva de um Administrador eleito ao abrigo do disposto no artigo 392º. do Código das Sociedades Comerciais (regras especiais de eleição), proceder-se-á a nova eleição.

Todavia, nada impede, por lei, que a substituição se efectue por deliberação da Assembleia Geral.

Conforme previsto na lei, a alteração do contrato social, depende de deliberação da Assembleia Geral.

O quórum exigido para a alteração do contrato:

- a) Estatutariamente é previsto, que em primeira convocação e para deliberar sobre qualquer assunto, têm de estar presentes ou representados accionistas que representem mais de cinquenta por cento do capital social;
- b) Nos termos do disposto no número 3 do artigo 383º. do Código das Sociedades Comerciais, a Assembleia, em segunda convocação, pode deliberar seja qual for o número de accionistas presentes ou representados e o capital por eles representados.

Nos termos do disposto no número 3 do artigo 386º. do Código das Sociedades Comerciais, a deliberação sobre a alteração do contrato, deve ser aprovada por 2/3 dos votos emitidos, quer a Assembleia reúna em primeira ou em segunda convocação.

**Ponto 5 – Poderes do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital;**

O artigo quinto, número 2, do contrato social, prevê: “O capital social poderá ser elevado por novas entradas em numerário até cinco mil milhões de euros, por uma ou mais vezes, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará, nos termos legais, as condições de subscrição e as categorias de acções a emitir, de entre as já existentes”.

Tal autorização, foi renovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 27 de Abril de 2012, mantendo-se em vigor pelo prazo de cinco anos, nos termos do disposto na alínea b) do número 2 do artigo 456º. do Código das Sociedades Comerciais.

**Ponto 6 – Política de Remuneração dos Órgãos Sociais;**

Por deliberação da Assembleia Geral Anual, realizada no dia 27 de Abril de 2012, foi aprovada a política de remuneração dos órgãos sociais, subordinada aos seguintes princípios:

**A. Princípios da Política de Remuneração e Compensação dos Órgãos Sociais**

A política de remuneração e compensação aplicável aos órgãos sociais e aos dirigentes da Sociedade adere às orientações comunitárias, à legislação nacional e às recomendações da Comissão de Mercado de Valores Mobiliários, sendo baseada no pressuposto de que a iniciativa, a competência e o empenho são os fundamentos essenciais de um bom desempenho e que este deve estar alinhado com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade, visando a sua sustentabilidade.

Na determinação da política retributiva são tomadas como elemento comparativo para a fixação de remuneração, por um lado, as referências de mercado fornecidas pelos diversos estudos disponíveis em Portugal e nos demais mercados europeus, nomeadamente elaborados pelos consultores especializados Mercer e Hay Group e, por outro lado, as sociedades incluídas no PSI-20 do Portuguese Stock Index .

Os planos retributivos a atribuir aos administradores executivos são definidos tendo por referência estudos de mercado relativos aos “Top Executives” Portugal e Europa e posicionam-se na mediana do mercado para a remuneração fixa e no terceiro quartil para a remuneração total em circunstâncias comparáveis.

As remunerações fixas e as remunerações variáveis são deliberadas pelas acionistas e alinhadas pelos mesmos princípios definidos pela Comissão de Vencimentos da acionista dominante Sonae, SGPS,S.A. A componente fixa da remuneração está alinhada, nos seus limites, com os standards do mercado os quais são aferidos pela equivalente praticada nas sociedades comparáveis.

A componente variável da remuneração, aplicável aos membros executivos, está sujeita a limites máximos percentuais e obedece a critérios de desempenho pré-estabelecidos e mensuráveis indicadores de desempenho - comprometidos com cada um dos membros executivos em cada exercício social.

A componente variável da remuneração é aferida por avaliação da performance de um conjunto de indicadores de desempenho, quer do negócio com cariz essencialmente económico e financeiro (“Key Performance Indicators of Business Activity” (Business KPIs) quer individuais, combinando estes

últimos indicadores objetivos e subjetivos - “Key Personal Performance Indicators” (KPIs Individuais). O conteúdo dos indicadores de desempenho e o seu peso específico na determinação da remuneração efetiva, asseguram o alinhamento dos administradores executivos com os objetivos estratégicos definidos e o cumprimento das normas legais em que se enquadra a atividade social.

Para o apuramento da componente variável da remuneração é efetuada uma avaliação individual de desempenho, seguindo os princípios definidos pela Comissão de Vencimentos da acionista dominante Sonae, SGPS, S.A. Esta avaliação tem lugar após serem conhecidos os resultados da Sociedade.

Assim, e relativamente a cada exercício social, são avaliadas a atividade da empresa, a performance e os contributos individuais para o sucesso coletivo, que, necessariamente, condicionarão a atribuição da componente fixa e variável do plano retributivo de cada membro.

É diferida por um período de três anos a disponibilização efetiva de, pelo menos, cinquenta por cento do valor da remuneração variável atribuída ao administrador executivo em resultado da avaliação de desempenho individual e da Sociedade em cada exercício. Esta componente diferida da remuneração variável (“Prémio Variável de Médio Prazo”) é composta por ações, sendo-lhe aplicável o Plano de Prémio Variável de Médio Prazo, nos termos do regulamento estabelecido pela acionista dominante Sonae, SGPS, S.A.

Na aplicação da Política de Remuneração, é ponderado o exercício de funções em sociedades em relação de domínio ou de grupo.

A Política de Remuneração da Sociedade mantém o princípio de não contemplar a atribuição de compensações aos administradores, ou membros dos demais órgãos sociais, associadas à cessação de mandato, quer esta cessação ocorra no termo do respetivo prazo, quer se verifique uma cessação antecipada por qualquer motivo ou fundamento, sem prejuízo da obrigação do cumprimento pela Sociedade das disposições legais em vigor nesta matéria.

Não integra a política de Remuneração e Compensação qualquer sistema de benefícios, designadamente de reforma, a favor dos membros dos órgãos de administração, fiscalização e outros dirigentes.

Para assegurar a efetividade e transparência dos objetivos da Política de Remuneração e Compensação os administradores executivos:

- não celebraram, nem devem celebrar, contratos com a Sociedade ou com terceiros que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela Sociedade.
- não devem alienar, durante o mandato iniciado em 2010, as ações a que acedam por via do Plano de Prémio Variável de Médio Prazo, até ao limite de duas vezes e meia o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas para suportar o pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.

## **B. Em concretização dos princípios formulados, a remuneração e compensação dos membros dos órgãos sociais e dos dirigentes obedece às seguintes regras:**

### **Administradores Executivos**

A política de remuneração incorpora, na sua estrutura, mecanismos de controlo, considerando a ligação ao desempenho individual e coletivo, prevenindo comportamentos de assunção de riscos excessivos. Este objetivo é ainda assegurado pelo facto de cada Key Performance Indicator (KPI) se encontrar limitado a um valor máximo.

A remuneração dos administradores executivos inclui, em princípio, duas componentes: (i) uma componente fixa, que engloba a Remuneração Base e um subsídio de responsabilidade anual, sendo

estabelecida por referência ao período de um ano, (ii) uma componente variável, atribuída no primeiro semestre do ano seguinte àquele que diz respeito e condicionada à concretização dos objetivos fixados do ano anterior, dividida em duas partes (a) um Prémio Variável de Curto Prazo, pago imediatamente após a atribuição, e (b) um Prémio Variável de Médio Prazo, pago após um diferimento pelo período de 3 anos, considerando-se que a exposição dos administradores executivos às flutuações no preço da ação é a forma mais apropriada de alinhar os interesses dos administradores com os dos acionistas.

(i) A Remuneração fixa do administrador executivo é definida em função das competências pessoais e do nível de responsabilidade da função desempenhada por cada administrador executivo, e é objeto de revisão anual. A cada administrador executivo é atribuída uma classificação designada internamente por Grupo Funcional. Os administradores executivos estão classificados nos Grupos Funcionais como: “Group Leader”, “Group Senior Executive” ou “Senior Executive”. Os Grupos Funcionais estão estruturados tendo por base a metodologia internacional da Hay para classificação de funções corporativas com o objetivo de facilitar comparações com o mercado e promover a equidade interna.

(ii) A Remuneração variável, visa orientar e recompensar os administradores executivos pelo cumprimento de objetivos pré-determinados, baseados em indicadores de desempenho da empresa, das equipas de trabalho sob a sua responsabilidade e do seu próprio desempenho individual e é atribuída depois de apuradas as contas do exercício e de ter sido efetuada a avaliação de desempenho. Dado que a atribuição do respetivo valor está dependente da concretização de objetivos, o seu pagamento não se encontra garantido.

(a) O Prémio Variável de Curto Prazo

Este prémio é pago no primeiro semestre seguinte ao ano a que diz respeito. Deste montante, cerca de 70% é determinado pelos KPIs de negócio, económicos e financeiros. Trata-se de indicadores objetivos que se encontram divididos em KPIs coletivos e departamentais. Os KPIs coletivos consistem em indicadores económicos e financeiros definidos com base no orçamento, no desempenho de cada unidade de negócio, assim como no desempenho consolidado da Sociedade. Por sua vez, os KPIs departamentais de função/negócio têm uma natureza semelhante à dos anteriores, sendo diretamente influenciados pelo desempenho do administrador executivo. Os restantes 30% são determinados pela verificação do cumprimento de KPIs individuais, que são subjetivos.

(b) O Prémio Variável de Médio Prazo

Este prémio destina-se a reforçar a ligação dos administradores executivos à Empresa e ao Grupo alinhando os seus interesses com os dos acionistas e aumentando a consciencialização da importância do respetivo desempenho para o sucesso global da Empresa e do Grupo. O valor atribuído corresponde a, no mínimo, 100% do Prémio Variável de Curto Prazo, o que significa que o Prémio Variável de Médio Prazo corresponde, no mínimo, a 50% do valor total de remuneração variável.

O valor atribuído em euros será dividido pelo preço médio de cotação, para apuramento de um número de ações a que corresponde. O valor convertido em ações será ajustado para quaisquer variações ocorridas no capital social ou dividendos (Total Share Returns) durante um período de diferimento de 3 anos. Na data do vencimento, as ações são entregues sem qualquer custo, mantendo a Sociedade a opção pela entrega, em sua substituição, de um valor correspondente em dinheiro.

Considerando as duas componentes variáveis, o valor do objetivo pré-definido varia entre 30% e 60% da remuneração total anual (remuneração fixa e valor objetivo da remuneração variável).

No que se refere ao apuramento de resultados, o valor de cada prémio tem como limite mínimo 0% e máximo 140% do objetivo previamente definido.

### Administradores não executivos

A remuneração dos administradores não executivos pode ser estabelecida em função de dados do mercado, segundo os seguintes princípios: (1) atribuição de uma remuneração fixa, (cerca de 15% está dependente da presença nas reuniões do Conselho de Administração)(2) atribuição de um subsídio de responsabilidade anual.

Não existe qualquer remuneração a título de prémio variável.

### Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Sociedade é composta exclusivamente, por uma componente fixa, na qual se inclui um subsídio de responsabilidade anual, estabelecida tendo em conta as características da Sociedade e as práticas comparáveis do mercado.

### Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade é remunerado de acordo com a tabela de honorários padrão tendo por referência a prática do mercado, sob a supervisão do Conselho Fiscal.

### Mesa da Assembleia Geral

A remuneração dos membros da Mesa da Assembleia-Geral corresponderá a uma quantia fixa que terá em conta as características da Sociedade e as práticas de mercado.

### Dirigentes

São considerados dirigentes, nos termos do Art.º 248-B nº 3 do Código dos Valores Mobiliários, para além dos membros dos órgãos sociais acima referidos, os responsáveis que possuam um acesso regular a informação e participem nas decisões sobre a gestão e estratégia negocial do emitente.

A política de remuneração aplicável às pessoas que sejam, nos termos da lei consideradas dirigentes é equivalente à adotada para a remuneração de outros quadros do mesmo nível de funções e responsabilidades sem a atribuição de qualquer benefício adicional face ao que decorre do respetivo grupo funcional.

### **C. Cumprimento da Recomendação II.1.5.2 da CMVM**

Em observância do estabelecido na referida Recomendação, declara-se:

- (i) Que as entidades tomadas em consideração como elemento comparativo para a fixação da remuneração são as referidas supra no ponto nº. 1;
- (ii) Não foram efetuados pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores;

### **Ponto 7 – Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.**

A existência de um ambiente de controlo interno eficaz, particularmente no processo de reporting financeiro, é um compromisso do Conselho de Administração da Sonae Investimentos, procurando identificar e melhorar os processos mais relevantes em termos de preparação e divulgação da informação financeira, com os objectivos de transparência, consistência, simplicidade e

materialidade. O objectivo do sistema de controlo interno é assegurar uma garantia razoável em relação à preparação das demonstrações financeiras, de acordo com os princípios contabilísticos adoptados, e a qualidade do reporting financeiro.

A fiabilidade da informação financeira é garantida quer através da clara separação entre quem a prepara e os seus utilizadores quer pela realização de diversos procedimentos de controlo ao longo do processo de preparação e divulgação da informação financeira.

O sistema de controlo interno no que respeita à contabilidade, preparação e divulgação de informação financeira inclui os seguintes controlos chave:

- O processo de divulgação de informação financeira está formalizado, os riscos e controlos associados estão identificados, sendo devidamente estabelecidos e aprovados os critérios para a sua preparação e divulgação, que são revistos periodicamente;
- Existem três tipos principais de controlos: controlos de alto nível (controlos ao nível da entidade), controlos dos sistemas de informação e controlos processuais. Todos eles incluem um conjunto de procedimentos relacionados com a execução, supervisão, monitorização e melhoramento de processos, com o objectivo de preparar o relato financeiro da empresa;
- A utilização de princípios contabilísticos, que são explicados ao longo das notas às demonstrações financeiras (consulte a Nota 2), constitui um dos pilares fundamentais do sistema de controlo;
- Os planos, procedimentos e registos do Grupo permitem uma garantia razoável que as transacções são executadas apenas com uma autorização geral ou específica da gestão, e que essas transacções são registadas para permitir que as demonstrações financeiras cumpram os princípios contabilísticos geralmente aceites. Assegura também que a empresa mantém um registo actualizado de activos e que o registo dos activos é verificado face aos activos existentes, sendo adoptadas as medidas apropriadas sempre que ocorrem diferenças;
- A informação financeira é analisada, de forma sistemática e regular, pela gestão das unidades de negócio e pelos responsáveis dos centros de resultados, garantindo uma monitorização permanente e o respectivo controlo orçamental;
- Durante o processo de preparação e revisão da informação financeira, é estabelecido previamente um cronograma e partilhado com as diferentes áreas envolvidas, e todos os documentos são revistos detalhadamente. Isto inclui a revisão dos princípios utilizados, a verificação da precisão da informação produzida e a consistência com os princípios e políticas definidas e utilizadas em períodos anteriores;
- Ao nível das empresas individuais, os registos contabilísticos e a preparação das demonstrações financeiras são assegurados pelas diferentes funções dos serviços administrativos e contabilísticos, que garantem o controlo do registo das transacções dos processos de negócio e dos saldos das contas de activos, passivos e capitais próprios. As demonstrações financeiras são elaboradas pelos Técnicos Oficiais de Contas de cada uma das empresas e revistas pelas funções de controlo de gestão e fiscal;
- As demonstrações financeiras consolidadas são preparadas com periodicidade trimestral pelo departamento de consolidação de contas do serviço administrativo do Centro Corporativo da Sonae Investimentos. Este processo constitui um nível adicional de controlo da fiabilidade da informação financeira, nomeadamente garantindo a aplicação uniforme dos princípios

- contabilísticos, dos procedimentos de corte de operações e o controlo dos saldos e transacções entre as empresas do Grupo Sonae Investimentos e restantes empresas do Grupo Sonae;
- Os Relatórios de Gestão e de Governo da Sociedade são preparados com contribuição de equipas multidisciplinares da sociedade;
  - O conjunto de documentos que constituem o relatório anual é enviado para revisão e aprovação do Conselho de Administração da Sonae Investimentos. Depois de aprovados, os documentos são enviados para o Auditor Externo, que emite a sua certificação legal de contas e o Relatório de Auditoria;
  - O processo de preparação da informação financeira individual e consolidada e o Relatório de Gestão é supervisionado pelo Conselho Fiscal. Trimestralmente, este órgão reúne e analisa as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o Relatório de Gestão. Com periodicidade anual, o Revisor Oficial de Contas apresenta, directamente ao Conselho Fiscal, um sumário das principais conclusões do exame efectuado à informação financeira;
  - Todos aqueles que estão envolvidos no processo de análise financeira da sociedade integram a lista de pessoas com acesso a informação privilegiada, estando especialmente informados sobre o conteúdo das suas obrigações bem como sobre as sanções decorrentes do uso indevido da referida informação;
  - As regras internas aplicáveis à divulgação da informação financeira visam garantir a sua tempestividade e a impedir a assimetria do mercado no seu conhecimento.

Entre as causas de risco que podem afectar materialmente o reporting contabilístico e financeiro, evidenciamos as seguintes:

- Estimativas contabilísticas – As estimativas contabilísticas mais significativas são descritas no anexo às demonstrações financeiras Consolidadas Nota 2.19, e nas outras notas. As estimativas foram baseadas na melhor informação disponível durante a preparação das demonstrações financeiras, e no melhor conhecimento e experiência de eventos passados e/ou presentes;
- Saldos e as transacções com partes relacionadas – Os saldos e transacções mais significativos com partes relacionadas são divulgados nas notas das demonstrações financeiras. Estas estão associadas sobretudo a actividades operacionais do Grupo, bem como a concessão e obtenção de empréstimos, efectuados a preços de mercado.

Pode consultar informação mais específica, sobre como estas e outras causas de risco foram mitigadas, ao longo das notas às demonstrações financeiras.

A Sonae Investimentos adopta várias acções relacionadas com a melhoria contínua do Sistema de Controlo de Riscos Financeiros, incluindo:

- Melhoria da documentação sobre controlos – No seguimento das acções desenvolvidas no passado, durante 2013 a Sonae Investimentos irá continuar a melhorar a documentação e a sistematização dos riscos e o sistema de controlo interno relacionado com a preparação da informação financeira. Esta acção inclui a identificação do risco/causas (risco inerente), a identificação dos processos com maior materialidade, a documentação de controlos e a análise final (risco residual) após a implementação de potenciais melhorias nos controlos;

- Análise de conformidade – A função legal, em cooperação com os departamentos Administrativo, de Relação com Investidores, de Auditoria Interna e de Gestão de Risco e, de acordo com o necessário, outros departamentos, coordena uma análise periódica da conformidade com os requisitos legais e regulamentos relativamente aos processos de governo subjacentes e informação financeira correspondente, que são comunicados no Relatório de Gestão e no Relatório de Governo da Sociedade.

Matosinhos, 11 de março de 2013

O Conselho de Administração,

---

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)

---

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

---

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

# **Demonstrações financeiras**

## **Consolidadas**

## SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011  
E 1 DE JANEIRO DE 2011

(Montantes expressos em euros)

ATIVO	Notas	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso (Notas 1 e 4)	1 janeiro 2011 Reexpresso (Notas 1 e 4)
<b>ATIVOS NÃO CORRENTES:</b>				
Ativos fixos tangíveis	9	2.025.784.857	2.094.098.317	2.130.195.086
Ativos intangíveis	10	154.622.623	156.357.666	152.983.921
Goodwill	11	499.234.487	499.234.487	500.446.937
Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas	6	60.819.852	58.681.026	69.867.554
Outros investimentos	7 e 8	34.605.498	34.613.973	34.556.255
Ativos por impostos diferidos	19	123.115.350	117.767.016	97.680.391
Outros ativos não correntes	8 e 13	34.429.814	36.533.370	37.391.624
<b>Total de ativos não correntes</b>		<b>2.932.612.481</b>	<b>2.997.285.855</b>	<b>3.023.121.768</b>
<b>ATIVOS CORRENTES:</b>				
Inventários	14	524.684.028	643.387.609	664.630.207
Clientes	8 e 15	31.088.175	34.106.278	31.760.219
Outras dívidas de terceiros	8 e 16	51.947.177	54.315.389	100.061.406
Estado e outros entes públicos	17	63.826.930	82.059.326	38.206.737
Outros ativos correntes	18	64.165.275	52.308.105	40.487.955
Investimentos	8 e 12	892.728	5.856.269	15.642.909
Caixa e equivalentes de caixa	8 e 20	162.194.406	253.481.201	199.666.276
<b>Total de ativos correntes</b>		<b>898.798.719</b>	<b>1.125.514.177</b>	<b>1.090.455.709</b>
Ativos não correntes detidos para venda		720.338	720.338	9.500.686
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>3.832.131.538</b>	<b>4.123.520.370</b>	<b>4.123.078.163</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>				
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>				
Capital social	21	1.000.000.000	1.000.000.000	1.000.000.000
Ações próprias	21	(320.000.000)	(320.000.000)	(320.000.000)
Reservas legais		140.357.809	139.614.881	117.087.918
Reservas e resultados transitados		(77.416.945)	(121.151.211)	(265.497.668)
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas da empresa-mãe		9.310.582	63.798.214	168.595.954
<b>Total do capital próprio atribuível aos acionistas da empresa-mãe</b>		<b>752.251.446</b>	<b>762.261.884</b>	<b>700.186.204</b>
Interesses sem controlo	22	85.691.823	75.700.031	75.372.692
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<b>837.943.269</b>	<b>837.961.915</b>	<b>775.558.896</b>
<b>PASSIVO:</b>				
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>				
Empréstimos bancários	8 e 23	218.458.349	366.193.899	303.599.257
Empréstimos obrigacionistas	8 e 23	532.738.392	534.322.595	899.337.511
Credores por locações financeiras	8, 23 e 24	9.942.240	12.105.218	7.170.863
Outros empréstimos	8 e 23	90.166	126.395	162.624
Outros passivos não correntes	8 e 26	429.509.652	428.236.505	425.372.544
Passivos por impostos diferidos	19	130.113.975	119.911.312	108.129.814
Provisões	31	46.471.233	35.325.262	21.495.563
<b>Total de passivos não correntes</b>		<b>1.367.324.007</b>	<b>1.496.221.186</b>	<b>1.765.268.176</b>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>				
Empréstimos bancários	8 e 23	55.175.849	7.979.618	7.724.844
Empréstimos obrigacionistas	8 e 23	170.900.782	365.856.920	89.554.618
Credores por locações financeiras	8, 23 e 24	3.383.796	4.453.100	2.730.054
Outros empréstimos	8 e 23	986.997	76.210	5.278.846
Fornecedores	8 e 28	1.090.451.413	1.114.978.891	1.104.372.587
Outras dívidas a terceiros	8 e 29	92.477.002	84.110.354	153.540.962
Estado e outros entes públicos	17	47.866.681	44.281.667	52.588.097
Outros passivos correntes	30	163.393.412	165.351.179	164.871.746
Provisões	31	2.228.330	2.249.330	1.589.337
<b>Total de passivos correntes</b>		<b>1.626.864.262</b>	<b>1.789.337.269</b>	<b>1.582.251.091</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>2.994.188.269</b>	<b>3.285.558.455</b>	<b>3.347.519.267</b>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<b>3.832.131.538</b>	<b>4.123.520.370</b>	<b>4.123.078.163</b>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

## SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011*(Montantes expressos em euros)*

	Notas	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso (Notas 1 e 4)
Vendas	34	4.496.799.850	4.610.706.032
Prestações de serviços	34	34.866.216	45.957.801
Rendimentos ou perdas relativos a investimentos	35	(896.208)	174.101
Rendimentos e ganhos financeiros	36	6.268.194	9.632.660
Outros rendimentos	37	428.589.697	457.474.402
Custo das vendas	14	(3.499.250.155)	(3.550.573.095)
Variação da produção		(666.354)	688.948
Fornecimentos e serviços externos	38	(568.055.578)	(592.463.961)
Gastos com o pessoal	39	(539.382.172)	(555.504.167)
Amortizações e depreciações	9 e 10	(183.719.428)	(180.088.244)
Provisões e perdas por imparidade	31	(25.663.160)	(25.134.452)
Gastos e perdas financeiras	36	(82.586.817)	(83.968.204)
Outros gastos	40	(34.281.691)	(54.782.318)
Rendimentos ou perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	6	1.014.532	(7.372.631)
Resultado antes de impostos		33.036.926	74.746.872
Imposto sobre o rendimento	41	(23.750.914)	(12.590.576)
Resultado líquido consolidado do exercício		9.286.012	62.156.296
Atribuível a:			
Acionistas da empresa-mãe		9.310.582	63.798.214
Interesses sem controlo	22	(24.570)	(1.641.918)
Resultados por ação			
Básico	43	0,010345	0,070887
Diluído	43	0,010345	0,070887

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

## SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011*(Montantes expressos em euros)*

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso (Notas 1 e 4)
Resultado líquido consolidado do exercício	9.286.012	62.156.296
Varição nas reservas de conversão cambial	(125.867)	(65.664)
Participação em outro rendimento integral, líquido de imposto, relativo a associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método de equivalência patrimonial	2.324.633	(2.833.974)
Varição no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa	(2.681.189)	5.106.729
Imposto relativo às componente do outro rendimento integral	706.717	(1.352.903)
Outro rendimento integral do exercício	224.294	854.188
Total rendimento integral consolidado do exercício	<u>9.510.306</u>	<u>63.010.484</u>
Atribuível a:		
Acionistas da empresa-mãe	9.603.041	64.601.505
Interesses sem controlo	<u>(92.735)</u>	<u>(1.591.021)</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

## SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

## DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011

*(Montantes expressos em euros)*

	Atribuível aos Acionistas da Empresa-Mãe											
	Capital Social	Ações Próprias	Reservas Legais	Reservas e Resultados Transitados				Resultado Líquido do Exercício	Total	Interesses Sem Controlo (Nota 22)	Total do Capital Próprio	
				Reservas de Conversão Cambial	Reservas de Cobertura	Reservas nos termos do artº 342º do CSC	Outras Reservas e Resultados Transitados					Total
Saldo em 1 de janeiro de 2011- Reexpresso	1.000.000.000	(320.000.000)	117.087.918	402.475	(2.107.724)	320.000.000	(583.792.419)	(265.497.668)	168.595.954	700.186.204	75.372.692	775.558.896
Total do rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	(65.664)	3.702.929	-	(2.833.974)	803.291	63.798.214	64.601.505	(1.591.021)	63.010.484
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2010												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	22.526.963	-	-	-	146.068.991	146.068.991	(168.595.954)	-	-	-
Aquisição de filiais	-	-	-	-	-	-	193.439	193.439	-	193.439	1.918.360	2.111.799
Outros	-	-	-	-	-	-	(2.719.264)	(2.719.264)	-	(2.719.264)	-	(2.719.264)
Saldo em 31 de dezembro de 2011- Reexpresso	1.000.000.000	(320.000.000)	139.614.881	336.811	1.595.205	320.000.000	(443.083.227)	(121.151.211)	63.798.214	762.261.884	75.700.031	837.961.915
Saldo em 1 de janeiro de 2012- Reexpresso	1.000.000.000	(320.000.000)	139.614.881	336.811	1.595.205	320.000.000	(443.083.227)	(121.151.211)	63.798.214	762.261.884	75.700.031	837.961.915
Total do rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	(125.867)	(1.906.307)	-	2.324.633	292.459	9.310.582	9.603.041	(92.735)	9.510.306
Aplicação do resultado líquido consolidado de 2011												
Transferência para reserva legal e resultados transitados	-	-	742.928	-	-	-	63.055.286	63.055.286	(63.798.214)	-	-	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	-	-	(20.000.000)	(20.000.000)	-	(20.000.000)	(157.074)	(20.157.074)
Distribuição de rendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.015.675)	(6.015.675)
Outros	-	-	-	-	(2)	-	386.523	386.521	-	386.521	16.257.276	16.643.797
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.000.000.000	(320.000.000)	140.357.809	210.944	(311.102)	320.000.000	(397.316.785)	(77.416.945)	9.310.582	752.251.446	85.691.823	837.943.269

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

## SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011*(Montantes expressos em euros)*

	Notas	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso (Notas 1 e 4)
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
Recebimentos de clientes		4.534.683.803	4.627.499.606
Pagamentos a fornecedores		(3.548.977.855)	(3.709.889.720)
Pagamentos ao pessoal		(540.060.743)	(559.536.732)
Fluxos gerados pelas operações		<u>445.645.205</u>	<u>358.073.154</u>
Pagamento/recebimento de imposto sobre o rendimento		(23.696.065)	(58.453.731)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		4.304.369	(2.581.750)
Fluxos das atividades operacionais (1)		<u>426.253.509</u>	<u>297.037.673</u>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	44	2.294.971	19.138.566
Ativos fixos tangíveis		1.711.291	58.073.159
Ativos intangíveis		43.796	443.621
Juros e rendimentos similares		2.801.012	5.305.513
Empréstimos concedidos		12.703.190	391.953.234
Dividendos		304.131	745.871
Outros		-	29.955
		<u>19.858.391</u>	<u>475.689.919</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		(13.094)	(131.236)
Ativos fixos tangíveis		(92.916.312)	(147.650.707)
Ativos fixos intangíveis		(19.919.041)	(24.721.877)
Empréstimos concedidos		(16.203.189)	(387.472.598)
Outros		-	(12.807)
		<u>(129.051.636)</u>	<u>(559.989.225)</u>
Fluxos das atividades de investimento (2)		<u>(109.193.245)</u>	<u>(84.299.306)</u>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		4.271.692.904	4.190.990.786
Aumento de capital, prestações suplementares e prémios de emissão		15.882.000	-
Outros		-	1.470.000
		<u>4.287.574.904</u>	<u>4.192.460.786</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(4.592.221.541)	(4.268.805.613)
Juros e gastos similares		(84.100.080)	(82.314.670)
Dividendos		(26.104.565)	-
Outros		(2.527.668)	(2.590.695)
		<u>(4.704.953.854)</u>	<u>(4.353.710.978)</u>
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u>(417.378.950)</u>	<u>(161.250.192)</u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		<u>(100.318.686)</u>	<u>51.488.175</u>
Efeito das diferenças de câmbio		(213.901)	(2.331.953)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	20	249.087.227	195.267.099
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	20	<u>148.982.442</u>	<u>249.087.227</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração

# SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

*(Montantes expressos em euros)*

## 1 NOTA INTRODUTÓRIA

---

A Sonae Investimentos, SGPS, S.A., tem a sua sede na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 5 a 7 como Grupo Sonae Investimentos (“Sonae Investimentos”), cujas atividades principais se encontram descritas no Relatório de Gestão e na Nota 45.

Durante o período o Grupo alterou a seguinte política contabilística:

**Alteração do método de consolidação das empresas conjuntamente controladas do proporcional para equivalência patrimonial**

A IFRS 11 – Joint arrangements, já se encontra emitida pelo IASB e aprovada (“endorsed”) pela União Europeia com aplicação obrigatória nos exercícios iniciados após 1 de janeiro de 2014. Da aplicação desta norma era, até 31 de dezembro de 2011, expectável um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente no que se refere à extinção do método de consolidação proporcional para as entidades conjuntamente controladas, o que teria impacto, nomeadamente, sobre o negócio das Viagens (“Raso”).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Sonae Investimentos decidiu, antecipando os previsíveis impactos desta norma e facilitando a comparabilidade futura das suas demonstrações financeiras, passar a reportar todas as suas filiais controladas conjuntamente de acordo com o método de equivalência patrimonial já desde 1 de janeiro de 2012, possibilidade prevista atualmente na IAS 31 – Empreendimentos conjuntos, que é uma aproximação do previsto no IFRS 11.

Na Nota 4 encontram-se divulgados os impactos desta alteração de política contabilística.

## 2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

---

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

## 2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) tal como adotadas pela União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas na União Europeia à data de publicação das contas.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, suas subsidiárias e empreendimentos conjuntos, ajustados no processo de consolidação, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para determinados instrumentos financeiros que se encontram registados pelo justo valor.

### Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras consolidadas

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas e interpretações, algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2012:

Com aplicação obrigatória no exercício de 2012:	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Alterações (emitidas em 7 de outubro de 2010)	01-07-2011

A entrada em vigor durante 2012 da norma acima referida não provocou impactos significativos nas demonstrações financeiras anexas.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia e têm aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros:

Com aplicação obrigatória após o exercício de 2012:	Data de Eficácia (exercícios iniciados em ou após)
IFRS 10 - (Demonstrações Financeiras Consolidadas) (*)	01-01-2014
IFRS 11 - (Investimentos em empresas controladas conjuntamente) (*)	01-01-2014
IFRS 12 - (Divulgações de Interesses em Outras Entidades) (*)	01-01-2014
IFRS 13 - (Mensuração ao Justo Valor)	01-01-2013
IAS 27 - (Demonstrações Financeiras Separadas) (*)	01-01-2014
IAS 28 - (Investimentos em Associadas e Joint Ventures) (*)	01-01-2014
IAS 12 - Alterações (Emenda: Recuperação de ativos por impostos diferidos) (**)	01-01-2013

IAS 19 - Alterações (Planos de pensões de benefícios definidos)	01-01-2013
IFRS 1 – Emenda (Hiperinflação)	01-01-2013
IAS 1 - Alterações (Apresentação de itens em Outro Rendimento Integral)	01-07-2012
IFRS 7 - Alterações (Divulgações de instrumentos financeiros)	01-01-2013
IAS 32 - Alterações (Ativos e Passivos Financeiros)	01-01-2014
IFRIC 20 - Interpretação (Custos da remoção do terreno de cobertura na fase produtiva de uma mina de superfície)	01-01-2013

(\*) De acordo com o regulamento comunitário que aprova a adoção das IFRS 10, 11 e 12 e as emendas às IAS 27 e IAS 28, as entidades deverão adotar estas normas nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014. A adoção antecipada é contudo permitida;

(\*\*) De acordo com o regulamento que aprova esta emenda ao IAS 12, as entidades deverão aplicar a norma aos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, com adoção antecipada permitida;

O Grupo não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção das mesmas, nomeadamente em virtude do Grupo ter alterado a forma de mensuração dos investimentos em empreendimentos conjuntos tendo passado a aplicar o método da equivalência patrimonial.

## 2.2 Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adotados pela Sonae Investimentos:

### a) Investimentos financeiros em empresas da Sonae Investimentos

As participações financeiras em empresas nas quais a Sonae Investimentos detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pela Sonae Investimentos), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidada, respetivamente, na rubrica interesses sem controlo. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na nota 4.

O rendimento integral é atribuído aos proprietários da Sonae Investimentos e aos interesses sem controlo, mesmo que a situação resulte num saldo deficitário ao nível dos interesses sem controlo.

Os ativos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição ou tomada de controlo podendo tal mensuração ser concluída no prazo de doze meses após a data de aquisição. Qualquer excesso do preço de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses sem controlo face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos é reconhecido como goodwill (Nota 2.2.c)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos e do valor dos interesses

sem controlo e o justo valor de ativos e passivos líquidos identificáveis adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como rendimento do exercício na rubrica “Outros rendimentos” após reconfirmação do justo valor atribuído aos ativos líquidos. A Sonae Investimentos optará numa base de transação a transação, pelo cálculo do valor dos interesses sem controlo, (i) de acordo com a proporção do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, ou (ii) de acordo com o justo valor dos interesses dos mesmos.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data de tomada de controlo até à data da cedência de controlo.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pela Sonae Investimentos. As transações, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas da Sonae Investimentos são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que a Sonae Investimentos detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

#### **b) Investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente e empresas associadas**

Os investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente, são registadas pelo método de equivalência patrimonial, método alternativo ao método de consolidação proporcional, previsto no IAS 31 – Interesses em empreendimentos conjuntos (Nota 1 e 4). A determinação que um investimento financeiro é uma empresa conjuntamente controlada baseia-se na existência de acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde a Sonae Investimentos exerce uma influência significativa mas não detém o controlo ou o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado pelo valor correspondente à participação da Sonae Investimentos nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido do exercício) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis das empresas controladas conjuntamente e das associadas na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como goodwill e mantidas no valor da rubrica investimento financeiro em empresas controladas conjuntamente e associadas (Nota 2.2.c)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como rendimentos do exercício na rubrica rendimentos ou perdas relativos a empresas associadas após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas e empresas controladas conjuntamente quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção da Sonae Investimentos nos prejuízos acumulados da associada e empresas controladas conjuntamente excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, exceto quando a Sonae Investimentos tenha assumido compromissos para com a associada, situação em que é registada uma provisão por aqueles montantes.

Os ganhos não realizados em transações com empresas controladas conjuntamente e associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse da Sonae Investimentos nas referidas entidades por contrapartida do investimento nessa mesma entidade. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente e associadas encontram-se detalhados na Nota 6.

### **c) Goodwill**

As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas da Sonae Investimentos, empresas controladas conjuntamente e associadas acrescido do valor dos interesses sem controlo (no caso de filiais) e o justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis dessas empresas à data da concentração de atividades empresariais, quando positivas são registadas na rubrica Goodwill (Nota 11) ou mantidas na rubrica Investimentos em empresas associadas (Nota 6). As diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro cuja moeda funcional não é o Euro, acrescido do valor dos interesses sem controlo (no caso de filiais) e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda funcional e de reporte da Sonae Investimentos (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reservas de conversão incluída na rubrica “Outras Reservas e Resultados Transitados”.

O valor do Goodwill não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. A quantia recuperável é determinada com base nos planos de negócio utilizados pela gestão da Sonae Investimentos ou por relatórios de avaliação elaborados por entidades independentes. As perdas por imparidade do Goodwill constatadas no exercício são registadas na demonstração dos resultados do exercício na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

As perdas por imparidade relativas a Goodwill não podem ser revertidas.

Nas situações em que as diferenças entre o preço de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo Sonae Investimentos, empresas associadas e empreendimentos conjuntos, acrescido, no caso de filiais, do valor dos Interesses sem controlo e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, sejam negativas, as mesmas são reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

### **d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras**

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio à data da demonstração da posição financeira e os gastos e rendimentos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no

exercício. A diferença cambial resultante gerada após 1 de Janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de “Reservas de conversão cambial”. As diferenças cambiais geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de “Outras reservas e resultados transitados”.

O valor do goodwill e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada (total ou parcialmente), mas com perda de controlo, a correspondente diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

As cotações utilizadas na conversão para euros das contas das filiais, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011 Reexpresso	
	Final do exercício	Média do exercício	Final do exercício	Média do exercício
Real Brasileiro	0,36988	0,39996	0,41392	0,43061
Lira Turca	0,42461	0,43242	0,40930	0,42996

### 2.3 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o exercício de vida útil estimado para cada grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Provisões e perdas de imparidade" da demonstração consolidada dos resultados.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	10 a 15
Equipamento de transporte	5
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	10
Outras imobilizações corpóreas	5

As despesas com reparação e manutenção de ativos fixos tangíveis são consideradas como gasto no exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos fixos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos fixos são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

## 2.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Sonae Investimentos, sejam controláveis pela Sonae Investimentos e se possa medir fiavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais a Sonae Investimentos demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gastos do exercício em que são incorridas.

Os gastos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de Software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes gastos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a Sonae Investimentos. Nestas situações estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após os bens estarem concluídos ou disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado o qual corresponde genericamente a 5 anos e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados.

Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objeto de testes de imparidade numa base anual.

## 2.5 Locações

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

### a) Situações em que a Sonae Investimentos age como Locatário

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o bem de acordo com a sua natureza, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do ativo fixo tangível são reconhecidas como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

### b) Situações em que o Grupo age como Locador

Na situação em que a Sonae Investimentos age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, o valor dos bens afetos são mantidos na demonstração da posição financeira da Sonae Investimentos e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação.

## 2.6 Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Sonae Investimentos irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são incluídos na rubrica “Outros passivos correntes” e são creditados na demonstração dos resultados em quotas constantes durante o período estimado de vida útil dos ativos adquiridos.

Os subsídios relacionados com custos incorridos são registados como rendimentos na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que a Sonae Investimentos já tenha incorrido nos gastos subsidiados e que cumpra com as condições exigidas para sua concessão.

## 2.7 Imparidade dos ativos não correntes, exceto Goodwill

São efetuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados consolidada na rubrica “Provisões e perdas por imparidade”.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuiram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos”. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

## 2.8 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados ou imputáveis à aquisição, construção ou produção de ativos fixos, são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer rendimentos financeiros gerados por empréstimos obtidos, diretamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

## 2.9 Inventários

As mercadorias encontram-se registadas ao custo de aquisição deduzido do valor dos descontos de quantidade respetivos, concedidos ou a conceder pelos fornecedores ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo, utilizando como método de custeio o custo médio.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao custo, são registadas como custos em “Custo das vendas”.

## 2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Sonae Investimentos tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pela Sonae Investimentos sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

## 2.11 Instrumentos financeiros

A Sonae Investimentos classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a Demonstração da posição financeira consolidada conforme identificado na nota 8.

### a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento;
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados;
- Investimentos disponíveis para venda;

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como “Investimentos não correntes”, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Sonae Investimentos tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a Sonae Investimentos adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo, sendo classificados no consolidado como Investimentos correntes.

A Sonae Investimentos classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até

à maturidade. Estes ativos são classificados como ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor que corresponde ao valor de aquisição, no caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda são incluídas as despesas de transação, excetuando os investimentos mensurados ao justo valor através de resultado em que os investimentos são inicialmente reconhecidos ao justo valor e os custos de transação são reconhecidos na demonstração dos resultados.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de “Reserva de justo valor” incluída na rubrica “Reservas e resultados transitados” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) nas rubricas, “Rendimentos e ganhos financeiros” ou “Gastos e perdas financeiras” da demonstração consolidada dos resultados.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

#### **b) Clientes e outras dívidas de terceiros**

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de “Perdas por imparidade em contas a receber”, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, cada empresa da Sonae Investimentos tem em consideração informação de mercado que demonstre que a contraparte está em incumprimento das suas responsabilidades bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva

inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

#### **c) Classificação de capital próprio ou passivo**

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos ativos da Sonae Investimentos após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

#### **d) Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, e contabilizados na rubrica “Gastos e perdas financeiras” da demonstração consolidada dos resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.16. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o exercício.

Os financiamentos sobre a forma de papel comercial são classificados como não corrente, quando têm garantias de colocação por um período superior a um ano e é intenção da Sonae Investimentos manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a um ano.

#### **e) Fornecedores e dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

#### **f) Instrumentos derivados**

A Sonae Investimentos utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação.

Os critérios utilizados pela Sonae Investimentos para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura;
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos financeiros de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são inicialmente, registados pelo seu valor, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor

destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica “Reservas de cobertura” incluída na rubrica “Reservas e resultados transitados”, sendo transferidas para as rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiras” no mesmo exercício em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados. As ineficiências, eventualmente existentes, são registadas nas rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e “Gastos e perdas financeiras”.

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros é efetuada com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e teve por base a atualização, para a data da demonstração da posição financeira, dos fluxos de caixa futuros do “leg” fixo e do “leg” variável do instrumento derivado, através da utilização de curvas de taxa de juro extraídas da Bloomberg.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica “Reservas de cobertura” incluída em “Reservas e resultados transitados” são transferidas para resultado líquido do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração dos resultados.

Nos casos em que os instrumentos derivados, embora contratados com o objetivo específico de cobertura dos riscos financeiros inerentes ao negócio (fundamentalmente, “forwards” de taxa de câmbio para cobertura de importações futuras), não se enquadram nos requisitos definidos no IAS 39 para classificação como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afetam diretamente a demonstração dos resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos de acolhimento e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração dos resultados.

Adicionalmente, a Sonae Investimentos procede por vezes à contratação de derivados de taxa de juro e de taxa de câmbio com o objetivo de cobertura de justo valor. Nestas situações, os derivados são registados pelo seu justo valor através da demonstração dos resultados. Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não é mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estão mensurados ao custo amortizado) a parcela eficaz de cobertura é ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto através da demonstração dos resultados.

Em situações específicas, a Sonae Investimentos pode proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxa de câmbio de forma a efetuar a cobertura do risco associado à variação de fluxos de caixa futuros provocados pela variação daquela variável, e que poderão não se qualificar como instrumentos de cobertura de acordo com o IAS 39, sendo que nessas situações o efeito da revalorização a justo valor de tais derivados é registado na demonstração dos resultados.

### g) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos, na demonstração da posição financeira consolidada.

### 2.12 Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica. Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de custos, não sendo amortizados a partir do momento da sua classificação como disponíveis para venda.

### 2.13 Responsabilidades por pagamentos baseados em ações

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos os quais foram atribuídos pela Sonae Investimentos estão indexadas à evolução da cotação das ações da Sonae, SGPS, S.A. (empresa detentora da Sonae Investimentos, SGPS, S.A.).

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Março de cada ano) e posteriormente atualizado no final de cada exercício de reporte em função do número de ações atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em custos com pessoal e outros passivos correntes e não correntes, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas, no caso de atribuição de direitos sobre ações remíveis em dinheiro de acordo com o seu justo valor à data da demonstração da posição financeira. Quando não existe a opção de remição em dinheiro a responsabilidade é registada em custos com pessoal e em reservas de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

### 2.14 Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

### 2.15 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa da Sonae Investimentos.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

### 2.16 Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidada quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

O reconhecimento do rédito, associado a operações de extensão de garantia, as quais são concedidas por um período de 1 a 3 anos, após a garantia legalmente obrigatória de 2 anos, encontra-se reconhecido linearmente ao longo do período de vigência da garantia, estando o rédito associado às garantias vendidas, mas que não se encontram ativas, registado nas rubricas da Demonstração da Posição Financeira “Outros passivos não correntes” e “Outros passivos correntes”.

Relativamente à atividade de prestação de serviços de agenciamento de viagens (atividade desenvolvida pela Raso SGPS, SA e suas participadas e atualmente mensurada pelo método da equivalência patrimonial), o reconhecimento de rendimentos verifica-se no momento da faturação ao cliente do serviço contratado. No encerramento de cada exercício contabilístico são feitos os ajustamentos necessários no sentido de

reconhecer o crédito associado a serviços já prestados mas cuja faturação ainda não tinha ocorrido, bem como os gastos de subcontratos associados. Nas transações em que o Grupo atua como agente o crédito refere-se à comissão, nas transações em que atua como responsável principal (Programas/Pacotes desenvolvidos em nome próprio) o crédito é o valor global faturado ao cliente.

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidada com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data da demonstração da posição financeira.

Os dividendos recebidos ou a receber são reconhecidos como rendimentos no exercício em que são atribuídos pelos sócios ou acionistas das empresas participadas.

O diferimento do crédito associado aos programas de fidelização de clientes através da atribuição de pontos, são quantificados tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que são gerados, sendo apresentado o correspondente passivo na rubrica “Outras dívidas a terceiros”.

Os gastos e rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de “Outros ativos correntes” e “Outros passivos correntes”, são registados os gastos e os rendimentos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

### **2.17 Saldos e transações expressos em moeda estrangeira**

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na moeda funcional da filial, utilizando as taxas em vigor na data da transação.

Todos os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira de cada exercício. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada dos resultados do exercício, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio a Sonae Investimentos contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.11.f)).

### 2.18 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

### 2.19 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade de goodwill e de outros ativos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores do ativo e provisões e análise de passivos contingentes;
- d) Cálculo da responsabilidade associada aos programas de fidelização de clientes;
- e) Determinação de justo valor de instrumentos financeiros derivados;
- f) Recuperabilidade de ativos por impostos diferidos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

### 2.20 Informação por segmentos

A informação relativa à informação financeira ao nível dos segmentos operacionais identificados é incluída na Nota 45.

### 2.21 Ações próprias

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas em “Outras reservas”, incluído em “Outras reservas e resultados transitados”.

## 2.22 Reservas legais, outras reservas e resultados transitados

### Reserva legal:

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da Reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

### Reservas de cobertura:

As reservas de cobertura refletem as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de “cash flow” que se consideram eficazes (Nota 2.11.f)), sendo que a mesma não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

### Reservas de conversão:

A rubrica de reservas de conversão corresponde ao efeito da conversão de demonstrações financeiras de entidades com moeda funcional distinta do euro, conforme referido na Nota 2.17.

### Reservas de acordo com o art. 324º do Código das Sociedades Comerciais:

As reservas constituídas de acordo com o art. 324º do Código das Sociedades Comerciais (“CSC”), refletem o valor das ações próprias adquiridas e seguem um regime legal equivalente ao da reserva legal.

Nos termos da legislação portuguesa o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Empresa apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia.

## 3 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os princípios gerais da gestão de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração, estando a sua implementação e acompanhamento supervisionados pela Tesouraria da Sonae Investimentos.

### 3.1 Risco de Mercado

Revestem-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado os riscos taxa de juro e os riscos taxa de câmbio.

A Sonae Investimentos utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos de mercado a que está exposta como forma de garantir a sua cobertura, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objetivo de negociação ou especulação.

#### 3.1.1 Risco de taxa de juro

A exposição da Sonae Investimentos à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

### Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os custos e proveitos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação da taxa de juro com impacto no capital próprio (outras reservas);
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício;

Estima-se que a exposição a este risco à data da demonstração da posição financeira seja reduzida, de tal forma que, nos últimos 12 meses, uma subida de 75 pontos base em todas as taxas de juro do euro durante o ano de 2012 teria tido um impacto negativo nos resultados consolidados antes de impostos, não superior a 7,9 milhões de euros (8,4 milhões de euros em 2011), tomando em consideração os perfis de refixação contratados e excluindo quaisquer outros efeitos na atividade da empresa.

#### 3.1.2 Risco de taxa de câmbio

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em euros. A Sonae Investimentos está apenas exposta ao risco taxa de câmbio nas transações relativas a aquisições de mercadorias em mercados internacionais em USD.

A gestão do risco taxa de câmbio pretende fornecer uma base sólida à tomada de decisão de compra de mercadorias estabelecendo preços de custo conhecidos e estáveis. A cobertura do risco cambial acompanha toda a decisão de compra desde o momento da seleção dos fornecedores até à negociação formal de aquisição.

A exposição é controlada através de um programa de compra de divisas a prazo (*forwards*) com o objetivo de minorar o impacto negativo ocasionado por variações nas responsabilidades em consequência dos processos de importação em divisas distintas do euro.

A 31 de dezembro de 2012 e 2011 os valores em euros dos saldos ativos e passivos denominados em moeda estrangeira eram os seguintes:

	Ativos		Passivos	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Real Brasileiro	12.040.467	15.631.230	7.032.050	7.813.509
Libra Inglesa	-	7.203	152.474	137.918
Lira Turca	549.490	566.082	218.135	231.926
Dólar Americano	761.504	7.897.107	9.196.314	8.844.560
Outras moedas	7.407	21.022	2.578	3.436

Os montantes acima apresentados apenas incluem ativos e passivos monetários denominados em moeda diferente da moeda funcional das filiais, não representando por isso o risco de translação das demonstrações financeiras. Dada a imaterialidade da exposição ao risco cambial por via dos ativos e passivos monetários à data da demonstração da posição financeira não é apresentada análise de sensibilidade à variação de taxa de câmbio.

### 3.2 Risco de Liquidez

O principal objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que o grupo tem disponível, a todo o momento, os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos, através de uma adequada gestão do binómio custo-maturidade dos financiamentos.

A Sonae Investimentos prossegue assim uma política ativa de refinanciamento pautada pela manutenção de um nível elevado de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face a necessidades de curto prazo e pelo alongamento ou manutenção da maturidade da dívida de acordo com os cash-flows previstos e a capacidade de alavancagem da sua posição financeira.

Constituem também importantes instrumentos de resposta ao risco de liquidez, a limitação da amplitude das cláusulas contratuais capazes de despoletar o vencimento antecipado dos empréstimos. O grupo assegura ainda, no seu relacionamento com as instituições financeiras, um elevado nível de diversificação que permite agilizar a contratação de novos empréstimos e limitar o impacto negativo de eventuais descontinuações de relacionamento.

A análise de liquidez para instrumentos financeiros é apresentada junto da nota respetiva a cada classe de passivos financeiros.

### 3.3 Risco de Crédito

A Sonae Investimentos está exposta ao risco de crédito no âmbito da sua atividade operacional corrente. O risco de crédito no relacionamento com os clientes é controlado através de um sistema de recolha de informação quantitativa e qualitativa prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, ou através da obtenção de garantias idóneas, visando a redução do risco de concessão de crédito. O risco de crédito no relacionamento com fornecedores surge na sequência de adiantamentos ou de débitos de receitas comerciais e é mitigado pela expectativa de manutenção do relacionamento comercial. Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Sonae Investimentos, estando portanto ao seu justo valor.

A Sonae Investimentos está ainda exposta ao risco de crédito nas suas relações com as instituições financeiras relativas a aplicações de fundos, garantias de colocação em instrumentos de dívida, derivados, entre outros.

O risco de crédito às instituições financeiras é limitado pela gestão de concentração de riscos e uma rigorosa seleção de contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

## 4 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

---

Impacto decorrente das alterações de políticas contabilísticas mencionadas na Nota 1.

Conforme previsto pela IAS 8 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, a alteração de política foi aplicada retrospectivamente, pelo que foram efetuadas alterações nas Demonstrações das Posições Financeiras consolidadas a 1 de janeiro de 2011 e a 31 de dezembro de 2011 e nas Demonstrações Consolidadas dos resultados por natureza e de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011. O efeito da alteração referida pode ser analisada como segue:

## Demonstração da posição financeira a 1 de janeiro de 2011

	Antes da alteração	Mudança de método de PROP para MEP	Reexpresso
<b>Total do ativo</b>	<b>4.147.368.037</b>	<b>(24.289.874)</b>	<b>4.123.078.163</b>
<b>Ativo não corrente</b>	<b>3.028.962.898</b>	<b>(5.841.130)</b>	<b>3.023.121.768</b>
Investimentos	88.444.013	15.979.796	104.423.809
Goodwill	518.235.811	(17.788.874)	500.446.937
Outros ativos não correntes	2.422.283.074	(4.032.052)	2.418.251.022
<b>Ativo corrente</b>	<b>1.118.405.139</b>	<b>(18.448.744)</b>	<b>1.099.956.395</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>775.615.075</b>	<b>(56.179)</b>	<b>775.558.896</b>
Atribuível aos acionistas	700.180.295	5.909	700.186.204
Interesses sem controlo	75.434.780	(62.088)	75.372.692
<b>Total do passivo</b>	<b>3.371.752.962</b>	<b>(24.233.695)</b>	<b>3.347.519.267</b>
<b>Passivo não corrente</b>	<b>1.765.376.569</b>	<b>(108.393)</b>	<b>1.765.268.176</b>
Empréstimos	1.210.270.255	-	1.210.270.255
Outros passivos	555.106.314	(108.393)	554.997.921
<b>Passivo corrente</b>	<b>1.606.376.393</b>	<b>(24.125.302)</b>	<b>1.582.251.091</b>
Empréstimos	108.475.740	(3.187.378)	105.288.362
Fornecedores e outros passivos	1.497.900.653	(20.937.924)	1.476.962.729
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>4.147.368.037</b>	<b>(24.289.874)</b>	<b>4.123.078.163</b>

## Demonstração da posição financeira a 31 de dezembro de 2011

	Antes da alteração	Mudança de método de PROP para MEP	Reexpresso
<b>Total do ativo</b>	<b>4.134.744.735</b>	<b>(11.224.365)</b>	<b>4.123.520.370</b>
<b>Ativo não corrente</b>	<b>3.004.769.431</b>	<b>(7.483.576)</b>	<b>2.997.285.855</b>
Investimentos	79.797.769	13.497.230	93.294.999
Goodwill	517.042.098	(17.807.611)	499.234.487
Outros ativos não correntes	2.407.929.564	(3.173.195)	2.404.756.369
<b>Ativo corrente</b>	<b>1.129.975.304</b>	<b>(3.740.789)</b>	<b>1.126.234.515</b>
<b>Capital próprio</b>	<b>837.996.206</b>	<b>(34.291)</b>	<b>837.961.915</b>
Atribuível aos acionistas	762.255.976	5.908	762.261.884
Interesses sem controlo	75.740.230	(40.199)	75.700.031
<b>Total do passivo</b>	<b>3.296.748.529</b>	<b>(11.190.074)</b>	<b>3.285.558.455</b>
<b>Passivo não corrente</b>	<b>1.496.286.242</b>	<b>(65.056)</b>	<b>1.496.221.186</b>
Empréstimos	912.748.107	-	912.748.107
Outros passivos	583.538.135	(65.056)	583.473.079
<b>Passivo corrente</b>	<b>1.800.462.287</b>	<b>(11.125.018)</b>	<b>1.789.337.269</b>
Empréstimos	380.944.864	(2.579.016)	378.365.848
Fornecedores e outros passivos	1.419.517.423	(8.546.002)	1.410.971.421
<b>Total do capital próprio e do passivo</b>	<b>4.134.744.735</b>	<b>(11.224.365)</b>	<b>4.123.520.370</b>

## Demonstração de resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011

	Antes da alteração	Mudança de método de PROP para MEP	Reexpresso
Volume de negócios	4.679.163.790	(22.499.957)	4.656.663.833
Ganhos e perdas relativos a investimentos	174.101	-	174.101
Outros rendimentos	460.185.514	(2.022.164)	458.163.350
Total de rendimentos	5.139.523.405	(24.522.121)	5.115.001.284
Total de gastos	(4.778.741.234)	25.417.693	(4.753.323.541)
	360.782.171	895.572	361.677.743
Amortizações e depreciações	(180.584.223)	495.979	(180.088.244)
Provisões e perdas por imparidade	(25.330.166)	195.714	(25.134.452)
<b>Resultados antes de resultados financeiros e resultados de empreendimentos conjuntos e associadas</b>	<b>154.867.782</b>	<b>1.587.265</b>	<b>156.455.047</b>
Resultados financeiros	(74.612.598)	277.054	(74.335.544)
Resultados de associadas e empreendimentos conjuntos	(4.890.066)	(2.482.565)	(7.372.631)
<b>Resultados antes de impostos</b>	<b>75.365.118</b>	<b>(618.246)</b>	<b>74.746.872</b>
Impostos sobre o rendimento	(13.229.713)	639.137	(12.590.576)
<b>Resultado líquido</b>	<b>62.135.405</b>	<b>20.891</b>	<b>62.156.296</b>
Atribuível aos acionistas	63.798.214		63.798.214
Interesses sem controlo	(1.663.809)	21.891	(1.641.918)
<b>Resultados por ação</b>			
Básico	0,070887	-	0,070887
Diluído	0,070887	-	0,070887

## Demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011

	Antes da alteração	Mudança de método de PROP para MEP	Reexpresso
Fluxos da atividades operacionais	299.744.019	(2.706.346)	297.037.673
Fluxos da atividades de investimento	(95.361.725)	11.062.419	(84.299.306)
Fluxos da atividades de financiamento	(152.471.219)	(8.778.973)	(161.250.192)
<b>Varição de caixa e seus equivalentes</b>	<b>51.911.075</b>	<b>(422.900)</b>	<b>51.488.175</b>

Os impactos na Demonstração do rendimento integral a 31 de dezembro de 2011 são imateriais.

## 5 EMPRESAS FILIAIS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas filiais incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, são as seguintes:

Percentagem de capital detido

FIRMA	Sede Social	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011	
		Direto	Total	Direto	Total
<b>Sonae Investimentos- SGPS, S.A.</b>	Matosinhos	MÃE	MÃE	MÃE	MÃE
Arat Inmuebles, SA	a) Madrid	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

	(Espanha)				
Azulino Imobiliária, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
BB Food Service, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Bom Momento - Restauração, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Carnes do Continente - Industria e Distribuição Carnes, SA	a) Santarém	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, SA	a) Castelo de Paiva	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Continente Hipermercados, SA	a) Lisboa	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Discovery Sports, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Edições Book.it, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Estevão Neves - Hipermercados da Madeira, SA	a) Funchal	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Farmácia Selecção, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fashion Division, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fashion Division Canárias , SL	a) Tenerife (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	a) Maia	54,55%	54,55%	54,55%	54,55%
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	a) Maia	99,89%	99,89%	99,94%	99,94%
Igimo - Sociedade Imobiliária, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA	a) Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	a) Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Infocfield - Informática, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Marcas MC, zRT	a)	Budapeste (Hungria)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modalfa - Comércio e Serviços, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modalloop – Vestuário e Calçado, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	b)	Maia	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%
Modelo Continente Hipermercados, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Continente International Trade, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo Hiper Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Modelo.com - Vendas p/Correspond., SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Peixes do Continente - Indústria e Distribuição de Peixes, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Pharmaconcept – Atividades em Saúde, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
1) SDSR – Sports Division SR, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Selifa - Empreendimentos Imobiliários de Fafe, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sesagest - Proj.Gestão Imobiliária, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Gondomar	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Soflorin, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Capital Brasil, Lda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonaecenter Serviços II, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Sonaegest- Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, SA	a)	Maia	60,00%	60,00%	60,00%	60,00%
Sonaerp – Retail Properties, SA	a)	Porto	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Specialized Retail, SGPS, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonae Retalho Espanha - Servicios Generales, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
SIAL Participações, Ltda	a)	São Paulo (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sondis Imobiliária, SA	a)	Maia	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sonvecap, BV	a)	Amesterdão (Holanda)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sport Zone Canarias, SL	a)	Tenerife (Espanha)	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
Sport Zone Espanha - Comércio de Articulos de Deporte, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Sport Zone Sport Maiz.Per.Satis lth.Ve tic Ltd Sti	a)	Istambul (Turquia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Têxtil do Marco, SA	a)	Marco de Canaveses	92,76%	92,76%	92,76%	92,76%
Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Tlantic Sistemas de Informação, Ltda	a)	Porto Alegre (Brasil)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Todos os Dias - Com. Ret. Expl. C. Comer., SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Valor N, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Worten Canarias, S.L.	a)	Tenerife (Espanha)	51,00%	51,00%	51,00%	51,00%
Worten - Equipamento para o Lar, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Worten Espanha Distribución, S.L.	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Zippy – Comércio e Distribuição, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Zippy - Comércio Y Distribución, SA	a)	Madrid (Espanha)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Zippy Cocuk Maiz.Dag.Satis lth.Ve Tic Ltd Sti	a)	Istambul (Turquia)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
ZYEvolution – Investig.e Desenvolvimento, SA	a)	Matosinhos	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

a) Controlo detido por maioria de votos;

b) Controlo detido por maioria dos membros dos órgãos de Administração.

1) Ex- Sport Zone – Comércio de artigos de Desporto, SA.

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, tendo em consideração que as subsidiárias são controladas pela Sonae Investimentos SGPS, S.A..

## 6 INVESTIMENTOS EM ENTIDADES CONTROLADAS CONJUNTAMENTE E ASSOCIADAS

As empresas controladas conjuntamente e associadas, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 são os seguintes:

Firma	Sede Social	Percentagem de capital detido				Valor na demonstração da posição financeira	
		31 dezembro 2012		31 dezembro 2011		31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
		Direto	Total	Direto	Total		
1) Raso SGPS, SA (consolidado)	Lisboa	50,00%	50,00%	50,00%	50,00%	10.716.070	13.497.230
Investimentos em empreendimentos conjuntos						10.716.070	13.497.230
MDS SGPS, SA (consolidado)	Maia	46,92%	46,92%	46,92%	46,92%	49.205.951	43.099.957
Mundo VIP	Lisboa	33,34%	33,34%	33,34%	33,34%	-	1.101.337
Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda	Lisboa	25,00%	25,00%	25,00%	25,00%	897.831	982.502
Investimentos em associadas						50.103.782	45.183.796
<b>Total</b>						<b>60.819.852</b>	<b>58.681.026</b>

1) Participadas controladas conjuntamente incluídas pelo método proporcional desde 31 de dezembro de 2011 (Nota 4).

As empresas controladas conjuntamente e associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em empresas controladas conjuntamente e associadas, foi o seguinte:

	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011 Reexpresso		
	Valor da proporção nos capitais próprios	Goodwill	Total do Investimento	Valor da proporção nos capitais próprios	Goodwill	Total do Investimento
<b>Investimentos em empreendimentos conjuntos e associadas</b>						
Saldo em 1 de Janeiro	14.160.562	44.520.464	58.681.026	25.365.827	44.501.727	69.867.554
Mudança de método de consolidação	-	-	-	(466.552)	-	(466.552)
Equivalência patrimonial:						
Efeito em ganhos/perdas relativos a empreendimentos conjuntos e associadas	1.014.532	-	1.014.532	(7.391.368)	18.737	(7.372.631)
Distribuição de dividendos	(99.002)	-	(99.002)	(513.371)	-	(513.371)
Variação nas reservas do Grupo	2.324.633	-	2.324.633	(2.833.974)	-	(2.833.974)
	17.400.725	44.520.464	61.921.189	14.160.562	44.520.464	58.681.026
Perdas por imparidade acumuladas (Nota 31)	688.417	(1.789.754)	(1.101.337)	-	-	-
	18.089.142	42.730.710	60.819.852	14.160.562	44.520.464	58.681.026

O efeito em capitais próprios resulta fundamentalmente do efeito da conversão cambial de empresas com moeda funcional diferente do euro.

Os montantes agregados dos principais indicadores financeiros destas entidades podem ser resumidos como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Ativos	224.506.704	228.210.590
Passivos	150.484.873	161.577.360
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Rendimentos e ganhos	168.952.463	180.988.713
Gastos e perdas	165.486.840	196.027.167

## 7 OUTROS INVESTIMENTOS NÃO CORRENTES

Outros investimentos não correntes, suas sedes sociais, proporção de capital detido e valor da demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 são as seguintes:

Firma	Sede Social	Percentagem de capital detido				Valor na demonstração da posição financeira	
		31 dezembro 2012		31 dezembro 2011		31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
		Directo	Total	Directo	Total		
Dispar - Distrib. de Participações, SGPS, SA	Lisboa	14,28%	14,28%	14,28%	14,28%	9.976	9.976
Insko - Insular de Hipermerc., SA	Ponta Delgada	10,00%	10,00%	10,00%	10,00%	748.197	748.197
Outros investimentos						33.847.325	33.855.800
						<u>34.605.498</u>	<u>34.613.973</u>

Em outros investimentos financeiros estão registados 33.716.476 euros (33.737.856 euros em 31 de dezembro de 2011), relativos a montantes depositados numa *Escrow Account* e que se encontram aplicados em Unidades de Participação num fundo de investimento monetário de *rating* superior, que surgem como garantias das responsabilidades contratuais assumidas pela Sonae Investimentos na venda da Sonae Distribuição Brasil, S.A. e para as quais foram constituídas provisões nas situações aplicáveis (Nota 31 e 32).

Embora de acordo com os prazos definidos contratualmente a *Escrow Account* já devesse ter sido libertada pelo comprador, a mesma ainda não o foi pelo facto de existirem alguns pontos de divergência quanto à utilização da referida *Escrow account*, nomeadamente quanto à possibilidade ou não, de retenção da *Escrow account* para processos fiscais em curso ainda não decididos (Nota 32). É entendimento do Conselho de Administração, consubstanciado em opiniões legais de advogados brasileiros e portugueses, que a razão assiste à Empresa.

O valor de outros investimentos inclui ainda Investimentos em empresas não cotadas e cujo justo valor não foi estimado por não ser mensurável de forma fiável, mantêm-se ao custo de aquisição deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o movimento ocorrido no valor dos outros investimentos não correntes, foi o seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
<b>Outros Investimentos</b>		
Saldo em 1 de janeiro	34.613.973	34.496.255
Aquisições no exercício	12.905	112.500
Aumento/(diminuição)	(21.380)	5.218
Saldo em 31 de dezembro	34.605.498	34.613.973
Perdas por imparidade acumuladas	-	-
	<u>34.605.498</u>	<u>34.613.973</u>
<b>Adiantamentos para investimentos financeiros</b>		
Saldo em 1 de janeiro	-	60.000
Diminuições	-	(60.000)
Saldo em 31 de dezembro	-	-
	<u>34.605.498</u>	<u>34.613.973</u>

## 8 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.11, foram classificados como segue:

Activos financeiros	Nota	Empréstimos e contas a receber	Disponíveis para venda	Derivados de cobertura (Nota 25)	Sub-total	Ativos não abrangidos pelo IFRS 7	Total
<b>A 31 de dezembro de 2012</b>							
<b>Ativos não correntes</b>							
Outros investimentos	7	33.717.673	889.022	-	34.605.498	-	34.605.498
Outros ativos não correntes	13	34.338.152	-	-	34.338.152	91.662	34.429.814
		<u>68.055.825</u>	<u>889.022</u>	<u>-</u>	<u>68.943.650</u>	<u>91.662</u>	<u>69.035.312</u>
<b>Ativos correntes</b>							
Clientes	15	31.088.175	-	-	31.088.175	-	31.088.175
Outras dívidas de terceiros	16	51.947.177	-	-	51.947.177	-	51.947.177
Outros investimentos	12	862.387	-	30.341	892.728	-	892.728
Caixa e equivalentes de caixa	20	162.194.406	-	-	162.194.406	-	162.194.406
		<u>246.092.145</u>	<u>-</u>	<u>30.341</u>	<u>246.122.486</u>	<u>-</u>	<u>246.122.486</u>
		<u>314.147.970</u>	<u>889.022</u>	<u>30.341</u>	<u>315.066.136</u>	<u>91.662</u>	<u>315.157.797</u>
<b>A 31 de dezembro de 2011- reexpresso</b>							
<b>Ativos não correntes</b>							
Outros investimentos	7	33.737.856	876.117	-	34.613.973	-	34.613.973
Outros ativos não correntes	13	36.160.458	-	-	36.160.458	372.912	36.533.370
		<u>69.898.314</u>	<u>876.117</u>	<u>-</u>	<u>70.774.431</u>	<u>372.912</u>	<u>71.147.343</u>
<b>Ativos correntes</b>							
Clientes	15	34.106.278	-	-	34.106.278	-	34.106.278
Outras dívidas de terceiros	16	54.315.389	-	-	54.315.389	-	54.315.389
Outros investimentos	12	3.059.199	-	2.797.070	5.856.269	-	5.856.269
Caixa e equivalentes de caixa	20	253.481.201	-	-	253.481.201	-	253.481.201
		<u>344.962.067</u>	<u>-</u>	<u>2.797.070</u>	<u>347.759.137</u>	<u>-</u>	<u>347.759.137</u>
		<u>414.860.380</u>	<u>876.117</u>	<u>2.797.070</u>	<u>418.533.567</u>	<u>372.912</u>	<u>418.906.479</u>

Passivos financeiros	Nota	Passivos financeiros	Derivados de	Sub-total	Passivos não	Total
		registados pelo	cobertura		abrangidos	
		custo amortizado	(Nota 25)		pelo IFRS 7	
<b>A 31 de dezembro de 2012</b>						
<b>Passivos não correntes</b>						
Empréstimos bancários	23	218.458.349	-	218.458.349	-	218.458.349
Empréstimos obrigacionistas	23	532.738.392	-	532.738.392	-	532.738.392
Credores por locação financeira	23 e 24	9.942.240	-	9.942.240	-	9.942.240
Outros empréstimos	23	90.166	-	90.166	-	90.166
Outros passivos não correntes	26	408.345.653	-	408.345.653	21.163.999	429.509.652
		<u>1.169.574.800</u>	<u>-</u>	<u>1.169.574.800</u>	<u>21.163.999</u>	<u>1.190.738.799</u>
<b>Passivos correntes</b>						
Empréstimos bancários	23	55.175.849	-	55.175.849	-	55.175.849
Empréstimos obrigacionistas	23	170.900.782	-	170.900.782	-	170.900.782
Credores por locação financeira	23 e 24	3.383.796	-	3.383.796	-	3.383.796
Outros empréstimos	23	33.466	953.531	986.997	-	986.997
Fornecedores	28	1.090.451.413	-	1.090.451.413	-	1.090.451.413
Outras dívidas a terceiros	29	92.477.002	-	92.477.002	-	92.477.002
		<u>1.412.422.308</u>	<u>953.531</u>	<u>1.413.375.839</u>	<u>-</u>	<u>1.413.375.839</u>
		<u>2.581.997.108</u>	<u>953.531</u>	<u>2.582.950.639</u>	<u>21.163.999</u>	<u>2.604.114.638</u>
<b>A 31 de dezembro de 2011 - reexpresso</b>						
<b>Passivos não correntes</b>						
Empréstimos bancários	23	366.193.899	-	366.193.899	-	366.193.899
Empréstimos obrigacionistas	23	534.322.595	-	534.322.595	-	534.322.595
Credores por locação financeira	23 e 24	12.105.218	-	12.105.218	-	12.105.218
Outros empréstimos	23	126.395	-	126.395	-	126.395
Outros passivos não correntes	26	423.588.753	-	423.588.753	4.647.752	428.236.505
		<u>1.336.336.860</u>	<u>-</u>	<u>1.336.336.860</u>	<u>4.647.752</u>	<u>1.340.984.612</u>
<b>Passivos correntes</b>						
Empréstimos bancários	23	7.979.618	-	7.979.618	-	7.979.618
Empréstimos obrigacionistas	23	365.856.920	-	365.856.920	-	365.856.920
Credores por locação financeira	23 e 24	4.453.100	-	4.453.100	-	4.453.100
Outros empréstimos	23	33.466	42.744	76.210	-	76.210
Fornecedores	26	1.114.978.891	-	1.114.978.891	-	1.114.978.891
Outras dívidas a terceiros	29	84.110.354	-	84.110.354	-	84.110.354
		<u>1.577.412.349</u>	<u>42.744</u>	<u>1.577.455.093</u>	<u>-</u>	<u>1.577.455.093</u>
		<u>2.913.749.209</u>	<u>42.744</u>	<u>2.913.791.953</u>	<u>4.647.752</u>	<u>2.918.439.705</u>

A 31 de dezembro de 2012 e de 2011 os instrumentos financeiros registados a justo valor por resultados correspondem apenas a instrumentos financeiros derivados que não se qualificam como de cobertura.

#### Instrumentos financeiros reconhecidos a justo valor

O quadro abaixo detalha os instrumentos financeiros que são mensurados a justo valor após o reconhecimento inicial, agrupados em 3 níveis de acordo com a possibilidade de observar no mercado o seu justo valor:

Nível 1: o justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo;

Nível 2: o justo valor é determinado com base em técnicas de avaliação. Os principais inputs dos modelos de avaliação são observáveis no mercado;

Nível 3: o justo valor é determinado com base em modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011 Reexpresso		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros mensurados a justo valor						
Investimentos	-	30.341	-	-	2.797.070	-
	-	30.341	-	-	2.797.070	-
Passivos financeiros mensurados a justo valor						
Derivados	-	953.531	-	-	42.744	-
	-	953.531	-	-	42.744	-

## 9 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Ativos fixos tangíveis						Total ativos fixos tangíveis
	Terrenos e edifícios	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	
<b>Ativo bruto:</b>							
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2011 - reexpresso	1.674.566.854	1.056.683.747	20.787.658	104.263.748	36.589.035	42.312.641	2.935.203.683
Investimento	5.593.940	3.488.473	98.894	706.477	332.857	141.989.028	152.209.669
Desinvestimento	(32.973.015)	(36.654.634)	(759.655)	(7.652.685)	(1.443.112)	(894.161)	(80.377.262)
Variações cambiais	-	(102.947)	(6.027)	(91.838)	(14.311)	-	(215.123)
Transferências	4.096.531	132.704.317	787.247	10.847.998	2.966.282	(155.344.888)	(3.942.513)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012 - reexpresso	1.651.284.310	1.156.118.956	20.908.117	108.073.700	38.430.751	28.062.620	3.002.878.454
Investimento	3.411.111	2.456.323	43.208	276.516	35.897	95.767.211	101.990.266
Desinvestimento	(2.886.204)	(41.197.931)	(917.616)	(7.331.067)	(1.329.376)	(2.834.690)	(56.496.884)
Variações cambiais	-	(134.837)	(5.821)	(67.925)	-	-	(208.583)
Transferências	1.302.116	77.163.471	696.854	4.421.017	1.595.006	(89.188.016)	(4.009.552)
Saldo final a 31 de dezembro de 2012	1.653.111.333	1.194.405.982	20.724.742	105.372.241	38.732.278	31.807.125	3.044.153.701
<b>Amortizações e perdas por imparidade acumuladas</b>							
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2011 - reexpresso	233.006.545	455.016.104	16.241.890	72.211.385	28.532.673	-	805.008.597
Depreciações e perdas por imparidade do exercício	28.798.713	111.172.184	1.445.923	12.279.916	4.443.327	-	158.140.063
Desinvestimento	(5.715.566)	(35.263.137)	(751.912)	(7.444.449)	(1.417.573)	-	(50.592.637)
Variações cambiais	-	(60.609)	(1.265)	(41.066)	-	-	(102.940)
Transferências	(2.832)	(3.007.241)	(141.043)	(426.974)	(94.856)	-	(3.672.946)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012 - reexpresso	256.086.860	527.857.301	16.793.593	76.578.812	31.463.571	-	908.780.137
Depreciações e perdas por imparidade do exercício	27.691.694	118.021.424	1.309.049	11.443.732	3.550.371	-	162.016.270
Desinvestimento	(1.310.414)	(38.370.781)	(895.176)	(7.128.956)	(1.283.639)	-	(48.988.966)
Variações cambiais	-	(85.103)	(2.563)	(46.388)	-	-	(134.054)
Transferências	-	(661.856)	(322.631)	(2.239.707)	(80.349)	-	(3.304.543)
Saldo final a 31 de dezembro de 2012	282.468.140	606.760.985	16.882.272	78.607.493	33.649.954	-	1.018.368.844
<b>Valor líquido</b>							
A 31 de dezembro de 2011 - reexpresso	1.395.197.450	628.261.655	4.114.524	31.494.888	6.967.180	28.062.620	2.094.098.317
A 31 de dezembro de 2012	1.370.643.193	587.644.997	3.842.470	26.764.748	5.082.324	31.807.125	2.025.784.857

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Ativos fixos tangíveis em curso” referem-se aos seguintes projetos:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Remodelação e expansão de lojas em Portugal	22.221.243	14.395.876
Remodelação e expansão de lojas em Espanha	842.420	4.028.693
Projetos de lojas Modelo e Continente para as quais foram efetuados adiantamentos	8.274.617	9.184.617
Outros	468.845	453.434
	<u>31.807.125</u>	<u>28.062.620</u>

O valor de desinvestimento líquido em “Ativos fixos tangíveis”, em 31 de Dezembro de 2011, inclui 25.748.719 euros relativos à operação de sale & leaseback das suas lojas Continente e Worten situadas no Centro Comercial Vasco da Gama. A operação foi seguida do início de contratos de locação operacional por um período inicial de 20 anos, renováveis automaticamente por opção do arrendatário, por dois períodos consecutivos de 10 anos cada.

## 10 ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findo em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Ativos fixos intangíveis					Total ativos intangíveis
	Propriedade industrial	Software	Trespases	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	
<b>Ativo bruto:</b>						
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2011 - reexpresso</b>	100.831.268	141.613.835	14.779.372	-	14.382.676	271.607.151
Investimento	504.101	68.904	-	2.904.844	23.424.746	26.902.595
Desinvestimento	(19.269)	(8.692.820)	-	-	(449.563)	(9.161.652)
Variações cambiais	(5.778)	(46.239)	-	(25.871)	-	(77.888)
Transferências	48.451	21.607.302	-	600.000	(21.857.155)	398.598
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012 - reexpresso</b>	101.358.773	154.550.982	14.779.372	3.478.973	15.500.704	289.668.804
Investimento	247.675	13.633	-	49.581	23.290.911	23.601.800
Desinvestimento	(222.932)	(853.427)	(746.047)	(49.581)	(718.959)	(2.590.946)
Variações cambiais	(3.083)	(57.944)	-	26.199	-	(34.828)
Transferências	1.024.973	15.289.988	-	(2.755.477)	(16.770.730)	(3.211.246)
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2012</b>	102.405.406	168.943.232	14.033.325	749.695	21.301.926	307.433.584
<b>Amortizações e perdas por impar. acumuladas</b>						
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2011 - reexpresso</b>	14.136.103	90.112.099	14.375.028	-	-	118.623.230
Amortizações do exercício	3.714.037	17.776.289	-	457.855	-	21.948.181
Perdas de imparidade do exercício (Nota 31)	1.496.933	-	-	-	-	1.496.933
Desinvestimento	(10.754)	(8.683.081)	-	-	-	(8.693.835)
Variações cambiais	(160)	(17.213)	-	(2.509)	-	(19.882)
Transferências	(188.103)	144.614	-	-	-	(43.489)
<b>Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012 - reexpresso</b>	19.148.056	99.332.708	14.375.028	455.346	-	133.311.138
Amortizações do exercício	3.305.394	18.337.274	-	60.490	-	21.703.158
Perdas de imparidade do exercício (Nota 31)	-	-	-	-	-	-
Desinvestimento	(217.696)	(799.481)	(746.047)	(49.581)	-	(1.812.805)
Variações cambiais	(2.101)	(25.092)	-	1.922	-	(25.271)
Transferências	20.495	(13.240)	-	(372.514)	-	(365.259)
<b>Saldo final a 31 de dezembro de 2012</b>	22.254.148	116.832.169	13.628.981	95.663	-	152.810.961
<b>Valor líquido</b>						
<b>A 31 de dezembro de 2011 - reexpresso</b>	82.210.717	55.218.274	404.344	3.023.627	15.500.704	156.357.666
<b>A 31 de dezembro de 2012</b>	80.151.258	52.111.063	404.344	654.032	21.301.926	154.622.623

O valor de ativos intangíveis em curso diz respeito, fundamentalmente, a projetos informáticos e desenvolvimento de software.

Adicionalmente encontrava-se ainda registado na rubrica de Propriedade industrial o justo valor atribuído a um conjunto de marcas sem vida útil definida, entre as quais a marca Continente no valor de 75.000.000 euros, igual montante em 2011.

## 11 GOODWILL

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o movimento ocorrido na rubrica de Goodwill, bem como nas respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
<b>Valor Bruto:</b>		
Saldo inicial	501.821.164	501.821.164
Aumentos	-	-
Saldo final	501.821.164	501.821.164
<b>Perdas por imparidade acumuladas:</b>		
Saldo inicial	2.586.677	1.374.227
Aumentos	-	1.212.450
Saldo final	2.586.677	2.586.677
<b>Valor líquido</b>	<b>499.234.487</b>	<b>499.234.487</b>

O valor do Goodwill é alocado a cada um dos segmentos de negócio, Retalho de base Alimentar e Retalho Especializado, e alocados a cada um dos grupos homogêneos de unidades geradoras de caixa, direções operacionais (Sonae MC) e a cada uma das insígnias do segmento e país (Sonae SR).

O valor alocado a ativos imobiliários é alocado a cada um dos imóveis existentes na data de aquisição.

São efetuados testes anuais de imparidade sobre o goodwill e sempre que existam indicações que o goodwill pode estar em imparidade.

Para este efeito os segmentos da área do Retalho Especializado (Sonae SR) e Alimentar (Sonae MC) recorrem aos resultados da valorização interna das suas insígnias através de metodologias de planeamento anuais, sustentadas em planos de negócio onde se projetam os cash-flows de cada uma das unidades, através da consideração de pressupostos totalmente detalhados e justificados. Estes planos contemplam um detalhe do impacto das principais ações que serão levadas a cabo por cada um dos negócios, bem como um estudo apurado da alocação dos recursos da Empresa.

As simulações são feitas com um custo médio ponderado de capital e com uma taxa de crescimento dos cash-flows na perpetuidade de:

	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011 Reexpresso		
	Custo médio ponderado de capital	Taxas de crescimento na perpetuidade	Taxa composta de crescimento vendas *	Custo médio ponderado de capital	Taxas de crescimento na perpetuidade	Taxa composta de crescimento vendas *
Retalho base Alimentar	9% a 10%	≤ 1%	3%	9% a 10%	≤ 1%	5%
Retalho Especializado	9% a 11%	≤ 1%	10%	9% a 11%	≤ 1%	16%
Gestão de Investimentos	8% a 10%	≤ 1,5%	5%	8% a 9%	≤ 1,5%	9%

\*No Retalho especializado as taxas de crescimento dos planos de 2011 correspondem a taxas compostas para um período de 5 anos e em 2012 para um período de 10 anos

O valor recuperável das Unidades Geradoras de caixa, com exceção do relativo a formatos do retalho especializado, é determinado com base no seu valor de uso tomando por base os últimos planos de negócios os quais são preparados recorrendo à utilização de fluxos de caixa projetados para períodos de 5 anos. Os formatos do retalho especializado tomam por base o seu valor de uso, obtido a partir de planos de negócios com período de projeção de 10 anos. Face a 2011, o período de projeção sofreu um incremento

de 5 para 10 anos, assumindo tratar-se do prazo mais realista e apropriado para a implementação da estratégia de internacionalização da Sonae no segmento de retalho especializado, tendo em consideração não só, a natureza dos produtos em questão (de carácter mais discricionário) mas também atuais condições macro económicas e as restrições no acesso a novos financiamentos, que limitam um processo de internacionalização mais acelerado.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o valor das diferenças de consolidação pode ser detalhado como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Retalho base alimentar	429.826.294	429.826.294
Retalho especializado	62.030.352	62.030.352
Gestão de investimentos	3.096.074	3.096.074
Imobiliário de retalho	4.281.767	4.281.767
	<u>499.234.487</u>	<u>499.234.487</u>

## 12 OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica pode ser decomposta como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
<b>Outros investimentos financeiros</b>		
Saldo em 1 de janeiro	3.059.199	15.185.750
Aumentos durante o exercício	189	-
Diminuições durante o exercício	(2.197.001)	(12.126.551)
Saldo em 31 de dezembro	<u>862.387</u>	<u>3.059.199</u>
Perdas por imparidade acumuladas	-	-
Saldo em 31 de dezembro	<u>862.387</u>	<u>3.059.199</u>
<b>Instrumentos financeiros derivados</b>		
Justo valor em 1 de janeiro	2.797.070	457.159
Aumento/(diminuição) no justo valor	(2.766.729)	2.339.911
Justo valor em 31 de dezembro (Nota 25)	<u>30.341</u>	<u>2.797.070</u>
<b>Total de outros investimentos financeiros (Nota 8)</b>	<u>892.728</u>	<u>5.856.269</u>

O valor de diminuições na rubrica “Outros investimentos financeiros” está sobretudo associado ao resgate de uma aplicação financeira numa subsidiária do Grupo no Brasil (Nota 44).

## 13 OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos outros ativos não correntes em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é o seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
<b>Empréstimos concedidos a empresas Associadas</b>	18.976.002	17.935.689
Perdas de imparidade acumulada em empréstimos a associadas (Nota 31)	(1.000.000)	-
	17.976.002	17.935.689
<b>Clientes e outros devedores</b>		
Cauções (a)	5.919.711	5.962.373
Depósitos judiciais (b)	973.963	851.831
Reconhecimento valor a receber da Carrefour (c)	9.468.476	10.595.846
Valor a receber referente à venda da Modelo Cont.Seguros	2.344.124	2.264.719
	36.682.276	37.610.458
Perdas de imparidade acumulada em devedores diversos (Nota 31)	(2.344.124)	(1.450.000)
<b>Total de instrumentos financeiros (Nota 8)</b>	34.338.152	36.160.458
Outros ativos não correntes	91.662	372.912
	34.429.814	36.533.370

Os “Empréstimos concedidos a empresas Associadas”, referem-se principalmente à MDS SGPS, SA (17.971.001 euros). Estes empréstimos vencem juros a taxas de mercados e não têm maturidade definida, por terem caráter de suprimentos. Estima-se que o seu justo valor não difira significativamente do respetivo valor da demonstração da posição financeira.

Os valores registados em “Clientes e outros devedores” não correntes, correspondem fundamentalmente a:

- Montantes relativos a cauções de contratos de locação de imóveis das lojas do Grupo em Espanha, que não se encontram vencidas a esta data;
- Montantes relativos a depósitos judiciais efetuados por uma filial brasileira, para os quais se encontram registados os correspondentes passivos na rubrica “Outros passivos não correntes” (Nota 26), estes valores não apresentam maturidade definida;
- Em resultado dos acordos celebrados em 2005, pela anterior subsidiária - Sonae Distribuição Brasil, S.A. (alienada ao Grupo Wall-Mart em 2005) com o Carrefour Comércio e Indústria Ltda, a Sonae Investimentos assumiu a responsabilidade de indemnizar o Carrefour por eventuais despesas que viessem a revelar-se necessárias para efeitos de finalização do processo de licenciamento de 10 lojas no Estado de S. Paulo que foram vendidas àquela entidade. Durante 2010, o Carrefour exerceu uma garantia bancária “on first demand” pelo valor de 25.340.145,80 Reais (aproximadamente 9,5 milhões de euros) para fazer face a supostas despesas incorridas com as referidas lojas e que alegadamente se destinaram a sanar deficiências apontadas pelas autoridades competentes para efeitos de licenciamento das lojas, sem que contudo tenha sido apresentada à Sonae prova das referidas despesas e bem assim demonstrada a necessidade da realização das referidas despesas para efeitos de licenciamento das lojas, nos termos dos contratos celebrados.

Com base no entendimento do Conselho de Administração e parecer dos advogados do grupo, o valor do pagamento efetuado é considerado indevido tendo o Grupo já instaurado processo judicial contra o Carrefour Comércio e Indústria Ltda no sentido de recuperar judicialmente tais montantes, cuja probabilidade de sucesso de acordo com os advogados e de acordo com o Conselho de Administração é

muito elevada atendendo ao facto da inexistência de evidência e prova da realização das despesas e sua elegibilidade nos termos do contrato, e bem assim atendendo aos prazos de prescrição existentes na lei brasileira.

De acordo com os advogados, ao valor indevidamente recebido pelo Carrefour e que será objeto de pedido de indemnização por parte da Sonae (25.340.145,80 Reais), acrescerão juros à taxa SELIC sendo expectativa que o processo se mantenha em curso durante um período de até 7 anos.

## 14 INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	831.499	792.692
Mercadorias	566.507.747	675.404.570
Produtos acabados e intermédios	318.157	707.206
Produtos e trabalhos em curso	187.377	455.467
	<u>567.844.780</u>	<u>677.359.935</u>
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 31)	(43.160.752)	(33.972.326)
	<u>524.684.028</u>	<u>643.387.609</u>

O custo das vendas nos períodos findos a 31 de dezembro de 2012 e 2011, foi apurado como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Inventários iniciais	676.197.262	684.823.337
Variações cambiais	7.956	(12.045)
Compras	3.390.646.639	3.538.597.812
Regularizações de inventários	(9.441.666)	(9.944.218)
Inventários finais	567.339.246	676.197.262
	<u>3.490.070.945</u>	<u>3.537.267.624</u>
Perdas por imparidade e reversões de imparidade (Nota 31)	16.459.784	16.821.329
Reversão de perdas por imparidade (Nota 31)	(7.280.572)	(3.515.858)
	<u>3.499.250.157</u>	<u>3.550.573.095</u>

Os montantes inscritos na rubrica de 'Regularizações de existências', em 31 de dezembro de 2012 e 2011, referem-se, essencialmente, a regularizações resultantes de ofertas a instituições de solidariedade social.

## 15 CLIENTES

O detalhe de clientes em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é o seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Clientes correntes	31.787.666	34.613.139
Clientes de cobrança duvidosa	2.693.857	3.787.894
	<u>34.481.523</u>	<u>38.401.033</u>
Perdas por imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 31)	(3.393.348)	(4.294.755)
	<u>31.088.175</u>	<u>34.106.278</u>

A rubrica de Clientes correntes inclui 13.773.931 euros (13.383.336 euros em 31 de dezembro de 2011), relativo a vendas por grosso a empresas relacionadas.

Os valores apresentados acima correspondem fundamentalmente a dívidas originadas pelo curso normal da atividade operacional da Sonae Investimentos. Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira são líquidos de perdas de imparidade, pelo que o valor registado em Clientes representa um valor próximo do seu justo valor uma vez que os mesmos não vencem juros mas o efeito de desconto é considerado imaterial.

A 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

	Clientes	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Não vencido	11.931.338	11.802.120
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 90 dias	17.055.767	18.293.482
+ 90 dias	1.618.094	2.705.434
Total	18.673.861	20.998.916
Vencido com registo de imparidade		
0 - 90 dias	504.507	680.415
90 - 180 dias	13.690	677.656
180 - 360 dias	87.786	187.768
+ 360 dias	3.270.341	4.054.158
Total	3.876.324	5.599.997
	34.481.523	38.401.033

Os saldos de clientes que não estão vencidos não apresentam qualquer sinal de imparidade, o valor contabilístico dos ativos líquidos de imparidade é considerado como estando próximo do seu justo valor.

## 16 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

O detalhe das outras dívidas de terceiros em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é o seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Empréstimos concedidos e outras contas a receber de empresas relacionadas	8.423.538	4.873.563
Outros Devedores		
Fornecedores c/c - saldos devedores	30.578.619	43.161.142
Vendas c/créditos s/terceiros	1.389.623	821.441
Regime esp.reg.dividas ao Fisco e Seg.Social (Dec.Lei 248-A)	12.047.569	12.047.568
IVA de imóveis e de descontos de talões	1.143.779	444.020
Alienação de ativos fixos tangíveis	915.522	884.811
Outros ativos correntes	11.882.482	12.123.855
	57.957.594	69.482.837
Perdas de imparidade acumuladas em contas a receber (Nota 31)	(14.433.955)	(20.041.011)
Total de instrumentos financeiros (Nota 8)	51.947.177	54.315.389

Os empréstimos concedidos a empresas relacionadas (sendo o valor mais significativo associado ao empréstimo concedido à Raso, SGPS, SA de 7.800.000 euros) vencem juros a taxas de mercado e não têm uma maturidade definida, não ultrapassando contudo os doze meses.

A 31 de dezembro de 2012, o valor de Fornecedores c/c - saldos devedores está sobretudo associado à existência de receitas comerciais diversas debitadas a fornecedores e que não foram ainda deduzidas aos créditos de compras futuras.

O montante relacionado com o Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco e Segurança Social, corresponde basicamente a impostos pagos, que foram reclamados junto das autoridades competentes, sendo entendimento do Conselho de Administração que as reclamações apresentadas terão um desfecho favorável para a Sonae Investimentos facto pelo qual não registou qualquer perda por imparidade relativamente a estes ativos.

A 31 de dezembro de 2012 e de 2011, a antiguidade dos saldos de Outras dívidas de terceiros pode ser analisada como segue:

	Outros devedores	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Não vencido	24.551.147	25.209.069
Vencido mas sem registo de imparidade		
0 - 90 dias	24.332.901	25.630.700
+ 90 dias	3.400.882	3.009.549
Total	27.733.783	28.640.249
Vencido com registo de imparidade		
0 - 180 dias	1.371.983	1.567.390
180 - 360 dias	850.540	1.485.274
+ 360 dias	11.873.679	17.454.418
Total	14.096.202	20.507.082
	66.381.132	74.356.400

Os devedores que não estão vencidos não apresentam qualquer sinal de imparidade, o valor contabilístico dos ativos líquidos de imparidades é considerado como estando próximo do seu justo valor.

## 17 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é o seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
<b>Valores devedores</b>		
Imposto sobre o rendimento	31.515.112	28.621.366
Imposto sobre o valor acrescentado	30.716.891	51.658.033
Outros Impostos	1.594.927	1.779.927
	63.826.930	82.059.326
<b>Valores credores</b>		
Imposto sobre o rendimento	7.187.745	9.755.684
Imposto sobre o valor acrescentado	25.994.486	19.937.747
Retenção na fonte - IRS trabalho dependente	4.443.734	4.596.973
Contribuições para a Segurança Social	10.139.559	9.975.414
Outros Impostos	101.157	15.849
	47.866.681	44.281.667

## 18 OUTROS ATIVOS CORRENTES

O detalhe dos “Outros ativos correntes” em 31 de dezembro de 2012 e 2011, é o seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Receitas comerciais	30.490.883	29.495.919
Juros a receber	1.141.142	1.231.765
Comissões a receber	1.926.548	1.784.827
Rendas	6.687.441	6.728.908
Serviços de gestão de condomínios	1.490.358	1.823.876
Seguros	5.076.606	3.610.428
Indemnizações relativas a sinistros	7.423.141	103.175
Licenças software	1.460.671	1.621.862
Outros ativos correntes	8.468.485	5.907.345
	<u>64.165.275</u>	<u>52.308.105</u>

A rubrica de “Receitas comerciais” diz respeito a campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas, participadas pelos parceiros da Sonae, não tendo ainda os valores em causa sido debitados a estes mesmos parceiros, dado os acordos de pagamento estabelecidos com os mesmos.

A rubrica de “Indemnizações relativas a sinistros” espelha, essencialmente, a estimativa da Sonae Investimentos sobre os valores a serem recuperados da instituição de seguros com que opera com um nível de probabilidade elevada, relacionada com o incêndio numa das suas lojas “Continente” em Portimão no mês de Setembro de 2012.

## 19 IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	3.779.408	3.408.306	30.285.857	30.041.386
Homogeneização de amortizações	117.928	82.760	71.619.715	63.532.275
Provisões e perdas por imparidade de ativos não aceites fiscalmente	19.872.171	18.390.916	-	-
Anulação de ativos fixos tangíveis e intangíveis	3.340.298	4.917.983	-	-
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	107.198	9.426	48.946	582.921
Amortização da diferença de consolidação para efeitos fiscais	-	-	23.732.055	22.336.051
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	-	-	1.727.983	1.835.383
Prejuízos fiscais reportáveis	93.593.647	89.372.529	-	-
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	1.000.609	1.197.663
Outros	2.304.700	1.585.096	1.698.810	385.633
	<u>123.115.350</u>	<u>117.767.016</u>	<u>130.113.975</u>	<u>119.911.312</u>

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foi como segue:

	Ativos por impostos diferidos		Passivos por impostos diferidos	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
<b>Saldo inicial</b>	117.767.016	97.680.391	119.911.312	108.129.814
<b>Efeito em resultados (Nota 41):</b>				
Diferença entre o justo valor e o custo histórico	376.452	762.990	(747.757)	94.917
Homogeneização de amortizações	14.459	(799)	5.531.889	7.429.840
Provisões e perdas por imparid. de ativos não aceites fiscalmente	1.142.804	11.972.446	-	-
Anulação de ativos fixos tangíveis e intangíveis	(1.610.592)	(1.322.205)	-	-
Anulação de custos diferidos	-	-	1.146.785	-
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	-	(306)	-	-
Reavaliações de ativos tangíveis reintegráveis	-	-	(142.945)	(128.422)
Prejuízos fiscais reportáveis	4.221.118	7.623.167	-	-
Amortização das diferenças de consolidação para efeitos fiscais	-	-	1.396.003	1.396.003
Mais / menos valias reinvestidas	-	-	(205.410)	(141.278)
Efeito de alteração de taxa de imposto	734.663	939.076	3.640.629	2.294.476
Outros	336.943	105.557	166.392	328.499
	<u>5.215.847</u>	<u>20.079.926</u>	<u>10.785.586</u>	<u>11.274.034</u>
<b>Efeito em reservas:</b>				
Valorização de instrumentos derivados de cobertura	130.612	(836.526)	(574.230)	516.377
Conversão cambial	-	-	(8.693)	(8.913)
Outros	1.875	843.225	-	-
	<u>132.487</u>	<u>6.699</u>	<u>(582.923)</u>	<u>507.464</u>
<b>Saldo final</b>	<u>123.115.350</u>	<u>117.767.016</u>	<u>130.113.975</u>	<u>119.911.312</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, nas empresas em Portugal, a taxa de imposto utilizada para o apuramento dos impostos diferidos ativos relativos a prejuízos fiscais foi de 25%. No caso dos ativos por impostos diferidos gerados por diferenças temporárias, a taxa usada foi de 26,5%, acrescido de aproximadamente 3%, nas empresas que se perspectiva o pagamento de derrama estadual nos períodos de reversão esperada dos impostos diferidos associados. Para as empresas ou sucursais localizadas noutros países foram utilizadas as respetivas taxas aplicáveis em cada jurisdição.

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam impostos diferidos ativos por prejuízos fiscais, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, utilizando para o efeito as taxas de câmbio naquelas datas, os mesmos irão ser reportáveis como segue:

	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011 Reexpresso		
	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização
<b>Com limite de data de utilização</b>						
Gerados em 2007	1.223.112	305.778	2013	1.223.112	305.778	2013
Gerados em 2008	1.219.236	304.808	2014	1.227.861	306.965	2014
Gerados em 2009	3.523	881	2015	1.607.078	401.769	2015
Gerados em 2010	99.670	24.918	2014	99.670	24.918	2014
Gerados em 2011	286.255	71.564	2015	351.258	87.814	2015
Gerados em 2012	87.055	21.764	2017	-	-	-
	<u>2.918.851</u>	<u>729.713</u>		<u>4.508.979</u>	<u>1.127.244</u>	
<b>Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima (a)</b>						
	309.546.450	92.863.934		294.183.253	88.245.285	
	<u>312.465.301</u>	<u>93.593.647</u>		<u>298.692.232</u>	<u>89.372.529</u>	

(a) Inclui a 31 de dezembro de 2012 cerca de 76 milhões de euros (72 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011) relativos a ativos por impostos diferidos cujo prazo de utilização ainda não se iniciou.

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 foram avaliados os ativos por impostos diferidos a reconhecer, os quais só foram registados na medida em que é provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis ou até à concorrência de passivos por impostos diferidos que sejam registados pela mesma entidade e que cuja reversão seja expectável que ocorra na mesma data. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas da Sonae Investimentos, periodicamente revistos e atualizados, e nas oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e identificadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008 no segmento Retalho Especializado, foram constituídos ativos por impostos diferidos no montante de, aproximadamente, 18,3 milhões de euros (18,2 milhões de euros em 2011) relativos a prejuízos fiscais reportáveis da filial Worten España, S.A. gerados no exercício e em exercícios anteriores, dos quais 11,8 milhões de euros (11,8 milhões de euros em 2011) relativos a prejuízos gerados em data anterior à aquisição e tendo afetado o cálculo da respetiva diferença de consolidação negativa constatada. Nos exercícios posteriores foram acrescidos os ativos por impostos diferidos relativos aos prejuízos gerados no valor de 17,6 milhões de euros (27,2 milhões de euros em 2011) na Worten España, S.A. e 2,4 milhões de euros (4,2 milhões de euros em 2011) na Zippy Espanha que se encontram incluídos nos ativos por impostos diferidos registados no consolidado fiscal em Espanha, conforme referido no parágrafo seguinte. Adicionalmente foram ainda constatados ativos por impostos diferidos de 14,2 milhões de euros (14,2 milhões de euros em 2011) na Sport Zone España, S.A. O registo de ativos por impostos diferidos está suportado em planos de negócio das Empresas que preveem a sua recuperação na íntegra, sendo que para a Sport Zone España, S.A. o prazo para reporte de prejuízos fiscais é de 18 anos e para as restantes sociedades ainda não se iniciou o período de utilização. É entendimento do Conselho de Administração que os referidos ativos por impostos diferidos são integralmente recuperáveis.

O Grupo apresenta em 31 de dezembro de 2012 um valor de 57,7 milhões de euros (54,1 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011) de ativos por impostos diferidos relacionados com prejuízos fiscais deste exercício e de exercícios anteriores da Sucursal em Espanha da Modelo Continente Hipermercados, S.A. e que podem, ser recuperados na esfera tributária da Sucursal em Espanha. A Sucursal da Modelo Continente Hipermercados, S.A. em Espanha era em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, entidade dominante de um consolidado fiscal em Espanha. É entendimento do Conselho de Administração, com base em planos de negócio existentes para as diversas empresas, que tais ativos por impostos diferidos são integralmente recuperáveis.

A recuperação dos ativos por impostos diferidos acima referidos relativos á operação do Grupo em Espanha, estão dependentes do cumprimento efetivo dos planos de negócios a 10 anos, aprovado pelo Conselho de Administração, para aqueles mercados os quais pressupõe a ocorrência de um aumento de crescimento de vendas após 2016 bem como plano de expansão do número de lojas. Estes planos foram também utilizados na análise de imparidade sobre goodwill e restantes ativos não correntes.

Adicionalmente a legislação espanhola permitia a dedução anual, para efeitos fiscais, de 5% do goodwill apurado na aquisição de participações financeiras em sociedades não residentes que tenham ocorrido em data anterior a 21 de Dezembro de 2007, no entanto em 2012 e 2013 esta taxa foi reduzida para 1%. O Grupo, neste âmbito, encontra-se a registar passivos por impostos diferidos relacionados com a amortização efetuada para efeitos fiscais do goodwill gerado com a compra da participação financeira na Continente Hipermercados (ex-Carrefour Portugal).

Durante o exercício de 2010 e 2011, as autoridades tributárias Espanholas, notificaram a sucursal da Modelo Continente Hipermercados da redução dos prejuízos fiscais do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e 2009 respetivamente, no montante de, aproximadamente, 23,3 milhões de euros relativos à amortização de Goodwill gerado na aquisição da Continente Hipermercados, S.A. para cada um dos exercícios em causa. Aquela Sucursal procedeu à reclamação dessa decisão junto do Tribunal Económico-Administrativo Central de Madrid em 2010 e 2011, respetivamente, entendendo que o referido processo de reclamação lhe será favorável, razão pela qual não procedeu à anulação dos ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos reconhecidos relativamente a esta matéria. Em 2012 interpôs-se recurso à Audiência Nacional em Espanha, decorrente da decisão contrária às pretensões e estimativas da Empresa, por parte do Tribunal Económico-Administrativo Central da Madrid, relativamente à notificação correspondente ao exercício de 2008. Em 31 de dezembro de 2012, o valor de prejuízos fiscais gerados com a amortização de Goodwill, incluindo os relativos a 2008, ascendem a 79,1 milhões de euros (74,5 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011). Relativamente a esta natureza mantêm-se constatados ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos no montante de 23,7 milhões de euros (22,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011).

Em 31 de dezembro de 2012 existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 54,7 milhões de euros (30,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011), cujos ativos por impostos diferidos, numa ótica de prudência, não se encontram registados.

	31 dezembro 2012			31 dezembro 2011 Reexpresso		
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização
<b>Com limite de data de utilização</b>						
Gerados em 2006	-	-	2012	292.997	73.250	2012
Gerados em 2007	60.805	15.202	2013	375.767	93.943	2013
Gerados em 2008	3.135.429	783.858	2014	3.549.398	887.350	2014
Gerados em 2009	5.302.815	1.325.703	2015	5.302.815	1.325.703	2015
Gerados em 2010	5.386.907	1.346.727	2014	5.386.907	1.346.727	2014
Gerados em 2011	4.292.265	1.073.066	2015	4.022.212	1.005.553	2015
Gerados em 2012	3.557.841	889.460	2017			
	<u>21.736.062</u>	<u>5.434.016</u>		<u>18.930.096</u>	<u>4.732.526</u>	
<b>Sem limite de data de utilização</b>	11.625.306	3.952.604		11.305.988	3.844.036	
<b>Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima</b>	21.316.027	6.394.808		190.967	38.193	
	<u>54.677.395</u>	<u>15.781.428</u>		<u>30.427.051</u>	<u>8.614.755</u>	

## 20 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Numerário	6.964.521	6.908.592
Depósitos bancários	115.130.218	246.560.909
Aplicações de tesouraria	40.099.667	11.700
Caixa e equivalentes de caixa no balanço (Nota 8)	162.194.406	253.481.201
Descobertos bancários (Nota 23)	(13.211.964)	(4.393.974)
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>148.982.442</u>	<u>249.087.227</u>

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de empréstimos bancários.

## 21 CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.000.000.000 ações ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada uma.

Em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

Entidade	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011
Sonae, SGPS, S.A.	76,856%	76,858%
Sonae Investments, BV	13,142%	13,142%
Sonae Specialized Retail, SGPS, SA	10,000%	10,000%
Libra Serviços, Lda	0,002%	-

Em 31 de dezembro de 2012, a Efanor Investimentos, SGPS, S.A. e suas filiais detinham 52,48% das ações representativas do capital social da Sonae, SGPS, S.A..

A 31 de dezembro de 2012, a Sonae Investimentos detêm 10% de ações próprias. Na sequência da aquisição de ações da Sonae Investimentos SGPS, S.A., tornou-se indisponível, nos termos do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, reservas livres de montante igual ao custo de aquisição. Esta reserva só poderá ser movimentada após a extinção ou alienação das referidas ações.

## 22 INTERESSES SEM CONTROLO

Os movimentos desta rubrica durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 foram os seguintes:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Saldo inicial em 1 de janeiro	75.700.031	75.372.692
Dividendos distribuídos	(157.074)	-
Rendimentos distribuídos	(6.015.675)	-
Aquisição/Constituição de filiais	-	466.285
Aumento de capital com redução de percentagem	-	1.276.562
Aumento de capital com prémio de emissão	1.166.629	-
Alienação de filiais	-	175.515
Entradas facultativas de capital	15.000.000	-
Outras variações	22.482	50.895
Resultado do exercício atribuível aos interesses sem controlo	(24.570)	(1.641.918)
Saldo final em 31 de dezembro	85.691.823	75.700.031

## 23 EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011 Reexpresso	
	Montante utilizado		Montante utilizado	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
<b>Empréstimos bancários</b>				
Sonae Investimentos, SGPS,SA - papel comercial	28.500.000	147.500.000	-	282.000.000
Filial da Sonae Investimentos	10.000.000	65.000.000	-	75.000.000
Outros	3.500.038	6.500.345	3.593.311	10.000.385
	<u>42.000.038</u>	<u>219.000.345</u>	<u>3.593.311</u>	<u>367.000.385</u>
Descobertos bancários (Nota 20)	13.211.964	-	4.393.974	-
Custos de montagem de financiamentos	(36.153)	(541.996)	(7.667)	(806.486)
<b>Empréstimos bancários</b>	<u>55.175.849</u>	<u>218.458.349</u>	<u>7.979.618</u>	<u>366.193.899</u>
<b>Empréstimos por obrigações:</b>				
Obrigações Modelo Continente / 2005/2012	-	-	150.000.000	-
Obrigações Modelo Continente / 2007/2012	-	-	200.000.000	-
Obrigações Sonae Distribuição / 2007/2015	-	200.000.000	-	200.000.000
Obrigações Sonae Distribuição / 2007/2015	155.000.000	155.000.000	-	310.000.000
Obrigações Sonae Distribuição 2009/2014	16.000.000	10.000.000	16.000.000	26.000.000
Obrigações Sonae Investimentos 2012/2017	-	170.000.000	-	-
Custos de montagem de financiamentos	(99.218)	(2.261.608)	(143.080)	(1.677.405)
<b>Empréstimos por obrigações</b>	<u>170.900.782</u>	<u>532.738.392</u>	<u>365.856.920</u>	<u>534.322.595</u>
Outros empréstimos	33.466	90.166	33.466	126.395
Instrumentos derivados (Nota 25)	953.531	-	42.744	-
Outros empréstimos	986.997	90.166	76.210	126.395
Credores por locações financeiras (Nota 24)	3.383.796	9.942.240	4.453.100	12.105.218
	<u>230.447.424</u>	<u>761.229.147</u>	<u>378.365.848</u>	<u>912.748.107</u>

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro de 2012 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média cerca de 2,50% (2,51% em 31 de dezembro de 2011). Estima-se que o justo valor destes empréstimos não difira significativamente do seu valor contabilístico.

Os instrumentos derivados estão registados ao seu justo valor (Nota 25).

O valor nominal dos empréstimos (incluindo credores por locações financeiras) e juros têm as seguintes maturidades:

	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011 Reexpresso	
	Capital	Juros	Capital	Juros
N+1	229.629.264	23.864.734	378.473.851	24.679.828
N+2	58.633.624	20.402.608	186.845.604	16.061.871
N+3	417.084.216	18.556.579	238.114.232	10.886.427
N+4	190.541.370	11.241.470	379.551.343	9.635.346
N+5	96.149.353	3.045.007	107.985.347	1.261.160
Após N+5	1.624.188	36.717	2.735.472	112.764
	<u>993.662.015</u>	<u>77.147.115</u>	<u>1.293.705.849</u>	<u>62.637.396</u>

As maturidades acima apresentadas foram estimadas de acordo com as cláusulas contratuais dos empréstimos e contratos estabelecidos.

A 31 de dezembro de 2012 existia uma operação de financiamento com compromissos de manutenção de covenants cujas condições se encontram previamente negociadas de acordo com as práticas normais de mercado. À data do reporte não se encontra em incumprimento nenhum dos referidos compromissos e, o Conselho de Administração considera improvável a ocorrência de tais incumprimentos.

À data de 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, as linhas de crédito disponíveis são:

	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011 Reexpresso	
	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano	Compromissos inferiores a 1 ano	Compromissos superiores a 1 ano
Montantes de linhas disponíveis	188.763.449	400.000.000	241.249.073	203.000.000
Montantes de linhas contratadas	230.260.000	547.500.000	242.760.000	485.000.000

## 24 CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica tinha a seguinte composição:

Credores por locação financeira	Pagamentos mínimos da locação financeira		Valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Montantes a pagar por locações financeiras:				
N+1	4.086.651	4.861.728	3.383.796	4.453.100
N+2	2.353.514	2.468.617	2.068.705	1.998.236
N+3	2.810.048	2.862.875	2.573.476	2.491.588
N+4	2.811.104	2.833.938	2.684.923	2.573.475
N+5	829.448	2.829.879	793.402	2.684.923
Após N+5	1.588.707	2.430.107	1.821.734	2.356.996
	14.479.472	18.287.144	13.326.036	16.558.318
Juros futuros	(1.153.436)	(1.728.833)		
	13.326.036	16.558.311		
Componente de curto prazo			3.383.796	4.453.100
Credores por locações financeiras - líquidos da parcela de curto prazo			9.942.240	12.105.218

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos, sendo usualmente garantido ao locatário o exercício de uma opção de compra sobre o bem locado.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o valor líquido contabilístico, dos bens objeto de locação financeira tinha o seguinte detalhe:

Bens objeto de locação financeira	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Terrenos e edifícios	17.150.194	17.477.577
Equipamento básico	937.117	1.096.532
Equipamento administrativo	5.425.716	8.914.453
Total de ativos fixos tangíveis	23.513.027	27.488.562

Em 31 de dezembro de 2012, o valor do custo de aquisição dos ativos fixos tangíveis ascendia a 36.552.269 euros (38.727.397 euros em 31 de dezembro de 2011).

## 25 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

### Derivados de taxa de câmbio

No âmbito da política de gestão de riscos financeiros a Sonae Investimentos utiliza derivados de taxa de câmbio de forma a efetuar cobertura de fluxos de caixa futuros.

Em 31 de Dezembro de 2012, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados, calculado tendo por base os valores de mercado atuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é estimado como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Activos (Nota 12)	30.341	2.797.070
Passivos (Nota 23)	(953.531)	(42.744)
	<u>(923.190)</u>	<u>2.754.326</u>

Os ganhos e perdas associados à variação do valor de mercado dos instrumentos derivados em 31 de dezembro de 2012, foi de (923.190) euros (2.754.326 euros em 2011), que são registados na rubrica de “Reservas de cobertura”, quando considerados de cobertura de Cash Flow, e na rubrica “Diferenças Cambiais Operacionais”, quando considerados de cobertura de justo valor. A variação do valor de mercado dos instrumentos derivados quando considerados de especulação, são registados na demonstração dos resultados na rubrica de “Outros gastos”.

### Derivados de taxa de juro

A 31 de dezembro de 2012, o Grupo não possuía nenhum instrumento financeiro derivado sobre taxa de juro.

## 26 OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica “Outros passivos não correntes” pode ser detalhada como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Empresas participantes	404.631.259	419.530.355
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	1.137.500	1.187.500
Outras dívidas a terceiros não correntes	2.576.894	2.870.898
Total de instrumentos financeiros (Nota 8)	408.345.653	423.588.753
Responsabilidades por pagamentos em ações (Nota 27)	2.655.169	1.378.150
Extensão de garantias a clientes (2.16)	14.550.263	-
Outros acréscimos e diferimentos	3.958.567	3.269.602
Outros passivos não correntes	<u>429.509.652</u>	<u>428.236.505</u>

A rubrica “Empresas participantes” inclui:

- Empréstimo obrigacionista subordinado, com maturidade de 10 anos emitido em condições de mercado pela Sonae Investimentos SGPS, SA em 28 de dezembro de 2010, no montante de 400.000.000 euros correspondente a 8.000 obrigações com valor nominal de 50.000 euros cada, com taxa fixa de 7% e reembolso no final do período do empréstimo. O justo valor deste empréstimo a 31 de dezembro de 2012

é de 42.606 euros (40.000 euros em 31 de dezembro de 2011) por obrigação tendo sido determinado com base no método dos fluxos de caixa descontados;

- Empréstimos concedidos por acionistas de filiais do Grupo os quais vencem juros a taxas de mercado. O justo valor destes empréstimos é, aproximadamente, o seu valor contabilístico, sendo que não tem maturidade definida.

Em 31 de dezembro de 2012, a rubrica “Outras dívidas a terceiros não correntes” inclui 797.645 euros (892.617 euros em 2011) relativos aos montantes estimados para cumprir com as obrigações judiciais e fiscais da filial brasileira que são consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas dos processos fiscais e judiciais em curso e para os quais existiam depósitos judiciais na rubrica de Outros ativos não correntes (Nota 13), sendo que não tem maturidade definida.

## 27 RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

A Sonae Investimentos concedeu, em 2012 e em anos anteriores, a colaboradores do Grupo prémios de desempenho diferidos sob a forma de ações, a adquirir a custo zero ou com desconto, três anos após a sua atribuição. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efetuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade tem o direito de entregar, em substituição das ações, o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço de empresa do Grupo Sonae na data de vencimento.

As responsabilidades com prémios de desempenho diferidos assim como o número total de ações atribuídas associadas a estes planos, em 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser resumidas como segue:

	Ano de atribuição	Ano de vencimento	Número de participantes	Número de ações		Justo Valor	
				31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
<b>Acções</b>							
	2009	2012	49	-	4.963.645	-	2.212.536
	2010	2013	51*	729.799	3.158.886	501.372	1.449.929
	2011	2014	52	3.131.398	2.876.872	2.151.270	1.320.484
	2012	2015	52	5.079.345	-	3.489.510	-
<b>Total</b>				<b>8.940.542</b>	<b>10.999.403</b>	<b>6.142.152</b>	<b>4.982.949</b>

\* Algumas das empresas do Grupo, pagaram este plano antecipadamente, em dezembro de 2012.

Os valores registados nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2012 e de 2011, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Valor registado em gastos com pessoal do exercício	3.417.392	336.832
Registado em exercícios anteriores	(260.851)	2.994.884
	<b>3.156.541</b>	<b>3.331.716</b>
Registado em outros passivos não correntes (Nota 26)	2.655.169	1.378.150
Registado em outros passivos correntes (Nota 30)	501.372	1.953.566
	<b>3.156.541</b>	<b>3.331.716</b>

Os gastos dos planos de ações são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício dos mesmos em gastos com pessoal.

## 28 FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 dezembro 2012	A pagar	
		até 90 dias	mais de 90 dias
Fornecedores conta corrente	992.543.104	991.172.382	1.370.722
Fornecedores, faturas em receção e conferência	97.908.309	97.908.309	-
	<u>1.090.451.413</u>	<u>1.089.080.691</u>	<u>1.370.722</u>

  

	31 dezembro 2011 Reexpresso	A pagar	
		até 90 dias	mais de 90 dias
Fornecedores conta corrente	1.007.616.544	1.007.057.734	558.810
Fornecedores, faturas em receção e conferência	107.362.347	107.362.347	-
	<u>1.114.978.891</u>	<u>1.114.420.081</u>	<u>558.810</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica de fornecedores respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das atividades da Sonae Investimentos. A Sonae Investimentos entende que o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

A maturidade de fornecedores pode ser analisada da seguinte forma:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Total de fornecedores	1.090.451.413	1.114.978.891
até 90 dias		
em euros	1.089.080.691	1.114.420.081
em % sob o total	99,9%	99,9%
mais de 90 dias	1.370.722	558.810

O montante global a pagar a fornecedores apresenta na sua quase totalidade uma maturidade inferior a 90 dias.

A partir do ano de 2010, foi disponibilizado a um número muito restrito de fornecedores o sistema de pagamentos através de programas de confirming, possibilitando aos fornecedores efetuar o seu desconto em data antecipada. Em 31 de dezembro de 2012, o valor das dívidas nesta situação ascendia a 71.680.001 euros (59.296.644 euros em 31 de dezembro de 2011).

## 29 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica “Outras dívidas a terceiros” pode ser detalhada como segue:

	31 dezembro 2012	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	49.507.973	48.289.734	770.919	447.319
Outras dívidas	42.591.281	36.464.908	34.687	6.091.686
	92.099.254	84.754.642	805.606	6.539.005
Empresas participadas e participantes	377.748			
	92.477.002			

  

	31 dezembro 2011 Reexpresso	A pagar		
		até 90 dias	90 a 180 dias	Mais de 180 dias
Fornecedores de ativos fixos tangíveis	43.161.637	42.029.154	575.717	556.766
Outras dívidas	40.476.516	33.691.609	22.441	6.762.466
	83.638.153	75.720.763	598.158	7.319.232
Empresas participadas e participantes	472.201			
	84.110.354			

A rubrica Outras dívidas inclui:

- 22.632.350 euros (19.209.200 euros em 31 de dezembro de 2011) relativos a descontos atribuídos, no âmbito "Cartão Cliente", ainda não rebatidos;
- 8.844.988 euros (9.201.784 euros em 31 de dezembro de 2011) relativos a meios de pagamento em posse de clientes, nomeadamente vouchers, cheques de oferta e talões de desconto;
- 5.208.150 euros (5.828.261 euros em 31 de dezembro de 2011) relativos ao valor a pagar ao comprador da Sonae Distribuição Brasil, SA em resultado das responsabilidades assumidas com aquela entidade (Nota 32);

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, esta rubrica inclui saldos a pagar a outros credores e fornecedores de ativos fixos tangíveis e não incorporam juros. O Conselho de Administração considera que o valor contabilístico não difere significativamente do seu justo valor, e que os efeitos de atualização não são materiais.

### 30 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica "Outros passivos correntes" pode ser detalhada como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Gastos com o pessoal	88.329.450	87.606.182
Encargos financeiros a liquidar	4.934.351	8.819.359
Publicidade e propaganda	13.825.089	9.544.702
Outros fornecimentos e serviços externos	40.786.512	41.105.839
Rendas fixas debitadas antecipadamente	2.643.727	3.725.249
IMI-Imposto municipal sobre imóveis	3.276.643	4.247.265
Responsabilidades por pagamentos baseados em ações (Nota 27)	501.372	1.953.566
Outros	9.096.268	8.349.017
	163.393.412	165.351.179

A rubrica de "Gastos com Pessoal" diz essencialmente respeito a valores de remuneração a liquidar durante o exercício seguinte referente a valores de Férias e Subsídio de Férias.

## 31 PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios de 2012 e 2011 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo em 1 janeiro 2012 Reexpresso	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31 dezembro 2012
Perdas por imparidade acumuladas em investimentos (Nota 6)	-	1.101.337	-	1.101.337
Perdas por imparidade em ativos fixos intangíveis (Nota 10)	1.496.933	-	-	1.496.933
Perdas por imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Nota 13)	1.450.000	1.894.124	-	3.344.124
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 15)	4.294.755	1.097.614	(1.999.021)	3.393.348
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 16)	20.041.011	7.594.587	(13.201.643)	14.433.955
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 14)	33.972.326	16.459.784	(7.271.358)	43.160.752
Provisões não correntes	35.325.262	16.295.100	(5.149.129)	46.471.233
Provisões correntes	2.249.330	-	(21.000)	2.228.330
	<u>98.829.617</u>	<u>44.442.546</u>	<u>(27.642.151)</u>	<u>115.630.012</u>

Rubricas	Saldo em 1 janeiro 2011 Reexpresso	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31 dezembro 2011 Reexpresso
Perdas por imparidade em ativos fixos intangíveis (Nota 10)	-	1.496.933	-	1.496.933
Perdas por imparidade acumuladas em outros ativos não correntes (Nota 13)	-	1.450.000	-	1.450.000
Perdas por imparidade acumuladas em clientes correntes (Nota 15)	4.476.167	684.597	(866.009)	4.294.755
Perdas por imparidade acumuladas em devedores diversos correntes (Nota 16)	18.227.209	5.662.773	(3.848.971)	20.041.011
Perdas por imparidade acumuladas em inventários (Nota 14)	20.666.324	16.821.860	(3.515.858)	33.972.326
Provisões não correntes	21.495.563	15.061.865	(1.232.166)	35.325.262
Provisões correntes	1.589.337	700.000	(40.007)	2.249.330
	<u>66.454.600</u>	<u>41.878.028</u>	<u>(9.503.011)</u>	<u>98.829.617</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o valor do reforço de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Provisões e perdas de imparidade	25.663.160	25.134.452
Imparidade em investimentos	1.101.337	-
Imparidade do Goodwill	-	(1.212.449)
Provisão para imparidade em inventários registada em custo das vendas	16.459.784	16.821.329
Outros	1.218.265	1.134.696
	<u>44.442.546</u>	<u>41.878.028</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o valor de diminuição de provisões e perdas de imparidade pode ser detalhado como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Reversão de provisões e de perdas por imparidade	(10.455.344)	(3.254.565)
Utilizações diretas de imparidades para contas a receber	(7.479.661)	(1.953.786)
Utilizações e reversões registados em inventários	(7.280.572)	(3.515.858)
Outras responsabilidades	(2.426.574)	(778.802)
	<u>(27.642.151)</u>	<u>(9.503.011)</u>

A rubrica provisões não correntes inclui 24.423.571 euros (10.545.595 euros em 31 de Dezembro de 2011), para fazer face a responsabilidades por contingências não correntes assumidas pela sociedade aquando da alienação da filial Sonae Distribuição Brasil, S.A. ocorrida em 2005. Esta provisão vai sendo utilizada à medida que aqueles passivos se vão materializando, estando constituída com base na melhor estimativa dos custos a incorrer com tais responsabilidades e que resultam de um conjunto significativo de processos de natureza cível e laboral e de pequeno valor. Durante o exercício o Grupo procedeu a uma alteração de estimativa com base no 6º processo de conferência de valores com o comprador da antiga subsidiária no Brasil.

A rubrica de provisões não correntes e o movimento do exercício nesta mesma rubrica, inclui ainda a estimativa das responsabilidades incorridas pelo Grupo, decorrente da venda de programas de extensão de garantias nos produtos transacionados pelo segmento de negócio do Retalho Especializado no valor de 19.316.820 euros (21.089.854 euros em 31 de dezembro de 2011). Estas extensões são concedidas por um período de um a três anos, após a garantia legalmente obrigatória.

## 32 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, os principais passivos contingentes respeitavam a garantias prestadas e tinham o seguinte detalhe:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Garantias prestadas:		
por processos fiscais em curso	300.501.734	299.625.260
por processos autárquicos em curso	6.095.992	6.423.622
outras	26.207.255	26.480.085
Fianças prestadas a favor de subsidiárias (a)	172.973.984	127.221.883

a) Fianças prestadas à Administração Fiscal a favor de subsidiárias para efeito de suspensão de processos fiscais.

O valor de garantias prestadas relativas a processos fiscais em curso inclui garantias de 296,7 milhões de euros (256,9 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011) relativas a processos de IRC, bem como garantias de 166,4 milhões de euros relativas a processos de IVA (164,0 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011).

Filiais dos segmentos Retalho base Alimentar e Retalho Especializado prestaram garantias ou fianças a favor da administração fiscal associadas a processos referentes a liquidações adicionais de IVA no valor de 193,9 milhões de euros (148,6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011) relativos aos períodos de 2004 a 2008, para os quais foram apresentadas ou pretende apresentar as respetivas impugnações. Os processos em questão resultam do entendimento da Administração Tributária que o Grupo deveria ter procedido à liquidação de Imposto sobre Valor Acrescentado relativamente a descontos concedidos por fornecedores e calculados com base em valores de compras que a Administração Tributária alega corresponderem a supostos serviços prestados àquelas entidades, bem como a valores relativos a regularização a favor da Empresa daquele imposto liquidado em descontos concedidos a clientes particulares sob a forma de talão.

Relativamente às fianças prestadas as mais relevantes dos processos são: i) no valor de cerca de 60 milhões de euros, surge como resultado da impugnação judicial apresentada pela Empresa relativamente a

correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício findo a 31 de dezembro de 2005, correspondendo a uma cobertura prévia de prejuízos fiscais acumulados pela sociedade participada, que tendo sido levada ao custo da participação, aliás, como é entendimento já firmado pela própria Administração Fiscal, entendeu que agora e no caso concreto não devia considerar o montante do custo da participação, incluindo, portanto, a cobertura de prejuízos, quando da liquidação da sociedade participada, e II) no valor de cerca de 50 milhões de euros, surge como resultado da impugnação judicial apresentada pela Empresa relativamente a correções efetuadas pela Administração Tributária ao resultado tributável do exercício findo a 31 de dezembro de 2002, correspondem à não aceitação por parte da Administração Fiscal o reconhecimento de perdas fiscais correspondentes à venda e posterior liquidação de uma subsidiária do Grupo.

A rubrica de “Garantias prestadas – por processos fiscais em curso” inclui uma garantia prestada por uma filial da Sonae Investimentos no Brasil que prestou em exercícios anteriores uma garantia no montante de 27,1 milhões de euros (65,6 milhões de reais), relativos a um processo fiscal que se encontra a ser julgado em tribunal referente a imposto de renda (65,6 milhões de reais em 31 de dezembro de 2011).

Para além das garantias divulgadas anteriormente, na sequência da alienação de uma subsidiária no Brasil a Sonae garantiu ao comprador todas as perdas que aquela filial venha a suportar em resultado de decisões desfavoráveis e não passíveis de recurso relativas a processos fiscais sobre transações anteriores à data de alienação (13 de dezembro de 2005) que excedam o montante de 40 milhões de euros. Em 31 de dezembro de 2012, o montante reclamado pela Administração Tributária Brasileira dos processos fiscais em curso, que os advogados da Empresa qualificam como tendo uma probabilidade de perda provável, acrescidos dos montantes pagos (26 milhões de euros), nomeadamente, no âmbito de programas das autoridades brasileiras competentes de recuperação de impostos estaduais ou federais, ascende em 31 de dezembro de 2012 a 39,3 milhões de euros (39,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011). Adicionalmente, existem outros processos fiscais no valor global de 61,3 milhões de euros (57,3 milhões de euros em 31 de dezembro de 2011) para os quais o Conselho de Administração baseado no parecer dos advogados entende que da sua resolução é possível mas não provável a existência de perdas para aquela antiga filial.

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os eventos/diferendos para os quais foram prestadas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos eventos/diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sonae Investimentos.

### 33 LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2012 foi reconhecido como gasto do exercício o montante de 92.526.430 euros (87.998.620 euros em 31 de dezembro de 2011) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relativos a imóveis, valores que não incluem rendas variáveis dada a sua imaterialidade.

Adicionalmente, à data da demonstração da posição financeira o Grupo detinha, como locatário, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação vencem como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
<b>Vencíveis em:</b>		
N+1 renovável automaticamente	10.661.090	23.797.700
N+1	87.479.783	80.598.810
N+2	83.108.629	73.783.987
N+3	71.299.599	67.112.611
N+4	63.980.933	54.242.317
N+5	56.466.720	45.987.307
Após N+5	507.626.299	466.901.891
	<u>880.623.053</u>	<u>812.424.623</u>

Durante o exercício de 2012 foi reconhecido como ganho do exercício o montante de 6.439.742 euros (9.504.585 euros em 31 de dezembro de 2011) relativo a rendas recebidas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relacionadas com galerias comerciais exploradas por terceiros em lojas propriedade da Sonae Investimentos.

Adicionalmente, à data da demonstração da posição financeira a Sonae Investimentos tinha celebrado, como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação vencem como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
<b>Vencíveis em:</b>		
N+1 renovável automaticamente	2.896.976	2.815.305
N+1	3.592.921	4.356.602
N+2	3.006.610	3.857.145
N+3	2.159.609	2.805.669
N+4	1.627.963	1.909.474
N+5	1.226.365	1.068.619
Após N+5	1.075.010	532.439
	<u>15.585.454</u>	<u>17.345.252</u>

## 34 VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As “vendas e as prestações de serviços” nos exercícios de 2012 e 2011 foram como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Vendas de mercadorias	4.496.799.850	4.610.706.032
Prestações de serviços	34.866.216	45.957.801
	<u>4.531.666.066</u>	<u>4.656.663.833</u>

## 35 GANHOS E PERDAS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Os ganhos e perdas relativos a investimentos nos exercícios de 2012 e 2011, foram como se segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
<b>Dividendos</b>	205.129	232.500
Outros	-	(58.399)
<b>Resultados obtidos na alienação de investimentos em filiais</b>	-	(58.399)
Imparidade de investimentos em associadas	(1.101.337)	-
Imparidade de investimentos em activos disponíveis para venda	-	-
<b>Reversão (Perdas) por imparidade de investimentos</b>	(1.101.337)	-
	<u>(896.208)</u>	<u>174.101</u>

## 36 RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios de 2012 e 2011 têm a seguinte decomposição:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
<b>Gastos e perdas:</b>		
Juros suportados		
relativos a descobertos e empréstimos bancários	(11.812.611)	(11.528.807)
relativos a obrigações não convertíveis	(21.134.856)	(21.029.815)
relativos a outros empréstimos	(32.533.333)	(32.444.445)
relativos a contratos de locação financeira	(246.159)	(104.632)
relativos a derivados de cobertura	-	(2.575.517)
outros	(3.313.635)	(2.204.772)
	<u>(69.040.594)</u>	<u>(69.887.988)</u>
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(1.815.255)	(1.691.028)
Encargos de emissão de dívida	(5.710.473)	(4.785.997)
Outros	(6.020.495)	(7.603.191)
	<u>(82.586.817)</u>	<u>(83.968.204)</u>
<b>Rendimentos e ganhos</b>		
Juros obtidos		
relativos a depósitos bancários	1.375.738	1.149.210
outros	2.006.981	3.360.771
	<u>3.382.719</u>	<u>4.509.981</u>
Diferenças de câmbio favoráveis	2.388.112	3.391.331
Outros proveitos e ganhos financeiras	497.363	1.731.348
	<u>6.268.194</u>	<u>9.632.660</u>
<b>Resultados financeiros</b>	<u>(76.318.623)</u>	<u>(74.335.544)</u>

### 37 OUTROS RENDIMENTOS

A repartição dos outros rendimentos e ganhos nos exercícios de 2012 e 2011 é a seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Proveitos suplementares	370.860.267	365.335.546
Descontos de pronto pagamento obtidos	26.106.600	32.077.281
Diferenças cambiais	9.114.717	28.130.079
Trabalhos para a própria empresa	4.289.211	5.940.305
Ganhos na alienação de ativos	2.652.795	17.364.730
Goodwill negativo	-	1.089.108
Reversão de perdas de imparidade (Nota 31)	10.455.344	3.177.157
Benefícios de penalidades contratuais	147.015	410.544
Subsídios à exploração	271.687	386.776
Outros	4.692.060	3.562.875
	<u>428.589.697</u>	<u>457.474.402</u>

A rubrica de Proveitos suplementares diz essencialmente respeito a receitas obtidas, junto dos fornecedores da Sonae Investimentos, relativas a: i) participações em campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas, ii) receitas obtidas de fornecedores relativas à colocação de produtos em localizações preferenciais, e iii) descontos de pronto de pagamento obtidos.

Os ganhos na alienação de ativos, em 2011, explicam-se pelo processo de *sale & leaseback* operacional que uma subsidiária do Grupo conduziu das suas lojas Continente e Worten situadas no Centro Comercial Vasco da Gama ao Fundo de Investimento Imobiliário Aberto “Imofomento”. O valor total da transação foi de 42,3 milhões de euros com uma yield inicial de 6,1%, numa base “Triple Net”, gerando uma mais-valia de 16,6 milhões de euros.

Na rubrica de Trabalhos para a própria empresa estão incluídos 4.289.211 euros (5.940.305 euros em 31 de dezembro de 2011), referentes a desenvolvimento de software efetuado por uma filial brasileira.

### 38 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e de 2011 é a seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Publicidade e propaganda	109.225.866	117.243.292
Rendas e alugueres	133.040.282	129.335.601
Transportes de mercadorias	50.288.673	56.527.380
Electricidade e combustíveis	58.799.425	52.054.720
Trabalhos especializados	38.364.365	40.362.586
Conservação e reparação	21.998.991	30.262.347
Custos com terminais pagamento automático	23.644.296	25.773.390
Subcontratos	5.315.718	8.146.789
Vigilância e segurança	22.785.493	24.739.792
Limpeza, higiene e conforto	20.687.014	21.723.448
Comunicação	9.438.144	10.374.113
Deslocações e estadas	6.657.384	8.380.126
Seguros	5.398.722	5.173.316
Outros	62.411.205	62.367.061
	<u>568.055.578</u>	<u>592.463.961</u>

### 39 GASTOS COM O PESSOAL

A repartição dos “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 é a seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Remunerações	424.294.919	438.666.057
Encargos sobre remunerações	87.878.020	88.972.979
Seguros	8.014.640	9.099.007
Gastos com ação social	3.354.114	1.714.660
Outros gastos com pessoal	15.840.479	17.051.464
	<u>539.382.172</u>	<u>555.504.167</u>

### 40 OUTROS GASTOS

A repartição dos “Outros gastos” nos exercícios de 2012 e 2011 é a seguinte:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Diferenças cambiais	9.134.218	27.786.573
Donativos	8.446.725	8.486.892
Perdas na alienação de ativos	1.260.463	2.000.386
Imposto municipal sobre imóveis	2.686.479	3.446.234
Outros impostos	6.749.067	4.767.031
Dividas incobráveis	1.013.780	1.780.352
Outros	4.990.959	6.514.589
	<u>34.281.691</u>	<u>54.782.057</u>

## 41 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos no exercício de 2012 e 2011 são detalhados como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Imposto corrente	18.181.176	21.396.468
Imposto diferido (Nota 19)	5.569.738	(8.805.892)
	<u>23.750.914</u>	<u>12.590.576</u>

A reconciliação do resultado antes de imposto para os exercícios findos a 31 de dezembro de 2012 e de 2011 pode ser analisada como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Resultado antes de impostos	33.036.926	74.746.872
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	(1.195.456)	(11.226.188)
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 6)	(1.014.532)	(7.372.631)
Provisões e perdas de imparidade não aceites fiscalmente	17.995.461	12.580.300
Lucro tributável	48.822.399	68.728.353
Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a ativos por impostos diferidos	28.846.279	(145.020)
	<u>77.668.678</u>	<u>68.583.333</u>
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	25,00%	25,00%
	19.417.169	17.145.833
Efeito da existência de taxas de imposto diferentes da que vigora em Portugal	(7.553.320)	(3.279.861)
Efeito da constatação ou reversão de impostos diferidos	1.529.317	1.629.632
Utilização de benefícios fiscais	(2.669.211)	(2.793.540)
Insuficiência / (Excesso) de estimativa de imposto	1.717.240	(2.213.117)
Tributação autónoma	1.512.099	1.145.817
Derrama	7.249.321	3.170.565
Outros	2.548.299	(2.214.753)
<b>Imposto sobre o rendimento</b>	<u>23.750.914</u>	<u>12.590.576</u>

## 42 PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

Transações	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços recebidos	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Empresa - Mãe	1.037.410	1.092.924	1.783.059	1.237.666
Empresas controladas conjuntamente	1.405.041	1.249.316	3.757.299	5.382.274
Empresas associadas	33.596.428	34.714.689	359.998	412.312
Outras partes relacionadas <sup>(1)</sup>	60.837.478	64.556.603	71.548.720	70.942.279
	<u>96.876.357</u>	<u>101.613.532</u>	<u>77.449.076</u>	<u>77.974.531</u>

Transações	Juros auferidos		Juros suportados	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Empresa - Mãe	30.671	410.406	30.608.959	33.045.231
Empresas controladas conjuntamente	357.634	148.119	-	-
Empresas associadas	1.097.928	1.088.044	-	-
Outras partes relacionadas <sup>(1)</sup>	78.254	272.219	5.118.327	1.272.335
	<u>1.564.487</u>	<u>1.918.788</u>	<u>35.727.286</u>	<u>34.317.566</u>

Saldos	Contas a receber		Contas a pagar	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Empresa - Mãe	404.416	638.149	2.306.676	1.666.572
Empresas controladas conjuntamente	315.594	2.218.350	405.529	750.372
Empresas associadas	6.039.723	5.798.351	412.093	308.671
Outras partes relacionadas <sup>(1)</sup>	18.464.066	22.875.938	22.117.155	19.338.628
	<u>25.223.799</u>	<u>31.530.788</u>	<u>25.241.453</u>	<u>22.064.243</u>

Saldos	Empréstimos			
	Obtidos		Concedidos	
	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
Empresa - Mãe (Nota 26)	400.000.000	400.000.000	-	-
Empresas controladas conjuntamente	-	-	7.939.822	4.342.159
Empresas associadas	-	-	19.451.742	18.459.118
Outras partes relacionadas <sup>(1)</sup>	4.616.289	18.777.556	-	-
	<u>404.616.289</u>	<u>418.777.556</u>	<u>27.391.564</u>	<u>22.801.277</u>

1) Consideram-se “Outras partes relacionadas” as filiais ou empresas sob controlo conjunto da Efanor SGPS, SA não integradas na Sonae Investimentos, nomeadamente as empresas integradas nos Grupos Sonae, Sonae Indústria, Sonae Capital e sócios minoritários de empresas subsidiárias e filiais do Grupo.

Os montantes registados como empréstimos obtidos de “Outras partes relacionadas” correspondem a empréstimos obtidos de sócios de empresas subsidiárias os quais vencem juros à taxa de mercado.

Os montantes correspondentes a empréstimos concedidos a Empresas associadas, referem-se aos valores de suprimentos concedidos ao Mundo VIP (1.000.000 euros em 2012 e 2011) e MDS, SGPS, S.A. (18.451.742 euros em 2012 e 17.459.118 euros em 2011).

A remuneração dos membros do Conselho de Administração da empresa mãe e dos colaboradores com responsabilidade de direção estratégica, auferidas em todas as sociedades da Sonae Investimentos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, tem a seguinte composição:

	31 dezembro 2012		31 dezembro 2011 Reexpresso	
	Conselho de Administração	Direcção Estratégica <sup>(a)</sup>	Conselho de Administração	Direcção Estratégica <sup>(a)</sup>
Benefícios de curto prazo	-	6.610.085	16.025	5.130.331
Benefícios em ações	-	1.775.224	-	1.393.900
	<u>-</u>	<u>8.385.309</u>	<u>16.025</u>	<u>6.524.231</u>

(a) Inclui os colaboradores com responsabilidade de direção estratégica das principais sociedades da Sonae Investimentos (excluindo os membros do Conselho de Administração da Sonae Investimentos).

### 43 RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
<b>Resultados</b>		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	9.310.582	63.798.214
Efeito das ações potenciais	-	-
Juro das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	-	-
	<u>9.310.582</u>	<u>63.798.214</u>
<b>Numero de ações</b>		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	900.000.000	900.000.000
Efeito das ações potenciais decorrentes das obrigações convertíveis	-	-
	<u>900.000.000</u>	<u>900.000.000</u>
<b>Resultado por ação (básico e diluído)</b>	<u>0,010345</u>	<u>0,070887</u>

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 não existem efeitos diluidores do número de ações em circulação.

### 44 RECEBIMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 podem ser analisados como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
<b>Recebimentos</b>		
Recebimento da alienação da Sontária	-	6.120.239
Resgate de aplicação financeira	2.182.230	11.913.419
Outros	112.741	1.104.908
	<u>2.294.971</u>	<u>19.138.566</u>

## 45 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Os contributos dos principais segmentos identificados nos exercícios de 2012 e 2011 podem ser analisados como segue:

	Sonae MC	Sonae SR	Sonae RP	Eliminações e outros	Total
<b>31 de Dezembro de 2012</b>					
Volume de negócios	3.281.052.311	1.180.236.237	119.889.493	(49.511.975)	4.531.666.066
Ex-Fuel	3.281.052.311	1.180.236.237	119.889.493	(49.511.975)	4.531.666.066
Amortizações, provisões e perdas por imparidade *	84.304.190	60.314.264	25.925.621	38.838.513	209.382.588
EBIT direto	160.701.736	(106.848.721)	75.988.596	(4.604.386)	125.237.225
Capitais empregues líquidos	325.940.419	258.068.203	1.334.747.641	110.644.711	2.029.400.975
Área de venda [000 m <sup>2</sup> ]	554	415	-	60	1.029

\*Exclui provisões para ativos descontinuados ou ativo não core.

	Sonae MC	Sonae SR	Sonae RP	Eliminações e outros	Total
<b>31 de Dezembro de 2011 Reexpresso</b>					
Volume de negócios	3.347.235.392	1.235.035.320	119.311.667	(44.918.546)	4.656.663.833
Ex-Fuel	3.327.239.402	1.235.035.320	119.311.667	(44.918.546)	4.636.667.843
Fuel	19.995.990	-	-	-	19.995.990
Amortizações, provisões e perdas por imparidade	90.525.273	65.809.920	25.427.648	23.459.855	205.222.696
EBIT direto	134.756.993	(60.644.822)	89.176.715	(8.595.203)	154.693.682
Capitais empregues líquidos	418.183.226	347.470.390	1.360.659.243	124.710.952	2.251.023.811
Área de venda [000 m <sup>2</sup> ]	547	415	-	60	1.022

A reconciliação do EBIT direto para o total pode ser analisada como segue:

	31 dezembro 2012	31 dezembro 2011 Reexpresso
EBIT Direto	125.237.225	154.693.682
Provisão para contingências no Brasil (Nota 31)	(15.000.000)	-
Imparidade de investimentos financeiros e suprimentos (Nota 6 e 31)	(2.101.337)	-
Outros	205.129	1.761.365
EBIT Total	108.341.017	156.455.047

A rubrica de Capitais empregues líquidos a 31 de Dezembro de 2010 em “Eliminações, ajustamentos e outros”, inclui o investimento financeiro na associada MDS, SGPS, S.A. e respetivo valor de suprimentos. Esse investimento financeiro e respetivos suprimentos, encontram-se divulgados, em 31 de dezembro de 2012, no segmento de Gestão de Investimentos.

### Sonae MC

Inclui o contributo da atividade do Grupo associada às insígnias de retalho alimentar (Continente, Bom Bocado, Well's e Book.it) e combustíveis (que é operada sob a insígnia Continente).

### Sonae SR

Inclui o contributo da atividade do Grupo associada às insígnias de retalho não alimentar (Worten, Worten Mobile, Worten Gamer, SDSR, Loop, Modalfa e Zippy).

**Sonae RP**

Inclui o contributo dos ativos imobiliários detidos e geridos pela Sonae Investimentos, nomeadamente as galerias comerciais anexas às unidades Continente e Continente Modelo.

**Eliminações e outros**

Inclui intragrupos, ajustamentos de consolidação e contributos das empresas não incluídas nos segmentos reportados. Adicionalmente, a componente volume de negócios inclui rendas debitadas pelo segmento Imobiliário de retalho a outros segmentos do Grupo.

**EBIT**

Volume de negócios + Outros rendimentos – Gastos operacionais + Ganhos/perdas com vendas de empresas – Amortizações, provisões e perdas de imparidade.

**EBIT Direto**

EBT + resultado financeiro + resultado direto dos centros comerciais + outros resultados

**Capitais empregues líquidos (Capital investido)**

Ativos tangíveis e intangíveis brutos + Outros ativos fixos brutos (incluindo Goodwill) - Amortizações e perdas de imparidade + Investimentos financeiros + Fundo de maneoio.

---

**46 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

---

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de março de 2013, contudo as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

O Conselho de Administração,

---

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)

---

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

---

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão

## **Demonstrações financeiras individuais**

## SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES DA POSIÇÃO FINANCEIRA INDIVIDUAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

*(Montantes expressos em euros)*

ATIVO	Notas	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
<b>ATIVOS NÃO CORRENTES:</b>			
Ativos fixos tangíveis	6	60	86
Ativos intangíveis	6	1.225	3.656
Investimentos	5	2.653.628.614	2.650.119.951
Ativos por impostos diferidos	7	28.070	82.690
Outros ativos não correntes	4, 8	1.092.008.435	1.590.401.623
Total de ativos não correntes		<u>3.745.666.404</u>	<u>4.240.608.006</u>
<b>ATIVOS CORRENTES:</b>			
Clientes	4, 9	1.688.043	525.861
Outras dívidas de terceiros	4, 10	179.156.814	171.595.870
Estado e outros entes públicos	11	30.428.987	27.680.590
Outros ativos correntes	4, 12	3.353.995	3.503.105
Caixa e equivalentes de caixa	4, 13	94.502.364	132.716.621
Total de ativos correntes		<u>309.130.203</u>	<u>336.022.047</u>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<u><b>4.054.796.607</b></u>	<u><b>4.576.630.053</b></u>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO:</b>			
Capital social	14	1.000.000.000	1.000.000.000
Reservas legais	15	140.357.809	139.614.881
Reservas de justo valor, cobertura e outras reservas	16	1.189.025.023	1.194.909.392
Resultado líquido do exercício		5.693.194	14.858.559
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO</b>		<u><b>2.335.076.026</b></u>	<u><b>2.349.382.832</b></u>
<b>PASSIVO:</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE:</b>			
Empréstimos obrigacionistas	4, 17	532.738.392	534.322.595
Empréstimos bancários	4, 17	152.484.985	290.295.955
Outros passivos não correntes	4, 18	400.000.000	400.126.731
Passivos por impostos diferidos	7	237	784
Total de passivos não correntes		<u>1.085.223.614</u>	<u>1.224.746.065</u>
<b>PASSIVO CORRENTE:</b>			
Empréstimos obrigacionistas	4, 17	170.900.782	365.856.920
Empréstimos bancários	4, 17	31.827.393	3.883.974
Fornecedores	4, 19	37.634	1.092.558
Outras dívidas a terceiros	4, 20	421.462.150	619.675.007
Estado e outros entes públicos	11	2.831.463	1.919.990
Outros passivos correntes	4, 21	7.437.545	10.072.707
Total de passivos correntes		<u>634.496.967</u>	<u>1.002.501.156</u>
<b>TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO</b>		<u><b>4.054.796.607</b></u>	<u><b>4.576.630.053</b></u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

## SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS RESULTADOS  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011*(Montantes expressos em euros)*

	Notas	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Prestações de serviços	26	2.018.202	633.112
Ganhos ou perdas relativos a investimentos	27	39.372.600	35.074.579
Rendimentos e ganhos financeiros	28	50.252.857	49.444.092
Outros rendimentos	29	497.634	576.833
Fornecimentos e serviços externos	30	(2.759.408)	(2.393.332)
Gastos com o pessoal		(178.141)	(29.482)
Depreciações e amortizações	6	(2.457)	(2.504)
Provisões e perdas por imparidade	23	(1.894.124)	(1.450.000)
Gastos e perdas financeiras	28	(82.595.663)	(79.738.803)
Outros gastos e perdas	31	(441.410)	(371.681)
Resultado antes de impostos		<u>4.270.090</u>	<u>1.742.814</u>
Imposto sobre o rendimento	32	<u>1.423.104</u>	<u>13.115.745</u>
Resultado líquido individual do exercício		<u>5.693.194</u>	<u>14.858.559</u>
Resultados por ação (básico e diluído)	33	<u>0,0063</u>	<u>0,0165</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

## SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DO RENDIMENTO INTEGRAL  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011*(Montantes expressos em euros)*

	<u>31.dezembro.2012</u>	<u>31.dezembro.2011</u>
Resultado líquido individual do exercício	5.693.194	14.858.559
Varição no justo valor dos derivados de cobertura de fluxos de caixa	-	2.522.882
Imposto diferido relativo à variação no justo valor de instrumentos financeiros derivados	-	(668.565)
Outro rendimento integral do exercício	<u>-</u>	<u>1.854.317</u>
Total rendimento integral individual do exercício	<u>5.693.194</u>	<u>16.712.876</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

## SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

*(Montantes expressos em euros)*

Notas	Capital social	Reservas legais	Reservas e resultados transitados			Total reservas e resultados transitados	Resultado líquido	Total
			Reservas cobertura	Reserva nos termos do artº 324º do Código das Sociedades Comerciais	Outras reservas			
Saldo em 1 de janeiro de 2011	1.000.000.000	117.087.918	(1.854.317)	320.000.000	446.897.093	882.130.694	450.539.262	2.332.669.956
Total rendimento integral individual do exercício	-	-	1.854.317	-	-	1.854.317	14.858.559	16.712.876
Aplicação do resultado individual de 2010: Transferência para reservas	15	22.526.963	-	-	428.012.299	450.539.262	(450.539.262)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>1.000.000.000</u>	<u>139.614.881</u>	<u>-</u>	<u>320.000.000</u>	<u>874.909.392</u>	<u>1.334.524.273</u>	<u>14.858.559</u>	<u>2.349.382.832</u>
Saldo em 1 de janeiro de 2012	1.000.000.000	139.614.881	-	320.000.000	874.909.392	1.334.524.273	14.858.559	2.349.382.832
Total rendimento integral individual do exercício	-	-	-	-	-	-	5.693.194	5.693.194
Aplicação do resultado individual de 2011: Transferência para reservas	15	742.928	-	-	-	742.928	(742.928)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	-	(5.884.369)	(5.884.369)	(14.115.631)	(20.000.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	<u>1.000.000.000</u>	<u>140.357.809</u>	<u>-</u>	<u>320.000.000</u>	<u>869.025.023</u>	<u>1.329.382.832</u>	<u>5.693.194</u>	<u>2.335.076.026</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

## SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011*(Montantes expressos em euros)*

	Notas	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>			
Recebimentos de clientes		(736.289)	3.563.602
Pagamentos a fornecedores		(2.658.154)	(1.505.370)
Pagamentos ao pessoal		(325.962)	(286.057)
Fluxos gerados pelas operações		<u>(3.720.405)</u>	<u>1.772.175</u>
(Pagamento)/recebimento de imposto sobre o rendimento		2.567.625	(5.789.769)
Outros recebimentos/(pagamentos) relativos à atividade operacional		646.653	581.868
Fluxos das atividades operacionais (1)		<u>(506.127)</u>	<u>(3.435.726)</u>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	34	-	141.365.754
Ativos fixos tangíveis		-	143
Juros e rendimentos similares		60.366.445	44.783.006
Dividendos		24.646.376	25.053.099
Outros	27	26.827.561	29.954
Empréstimos concedidos		<u>1.937.115.766</u>	<u>1.893.335.757</u>
		<u>2.048.956.148</u>	<u>2.104.567.713</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	34	(15.610.000)	(1.584.736)
Ativos fixos tangíveis		(492)	-
Ativos intangíveis		-	(218)
Outros		-	(12.807)
Empréstimos concedidos		<u>(1.456.599.516)</u>	<u>(2.072.431.447)</u>
		<u>(1.472.210.008)</u>	<u>(2.074.029.208)</u>
Fluxos das atividades de investimento (2)		<u>576.746.140</u>	<u>30.538.505</u>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>			
Recebimentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		7.493.285.369	6.890.622.771
		<u>7.493.285.369</u>	<u>6.890.622.771</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(8.001.157.977)	(6.828.597.215)
Juros e gastos similares		(86.025.081)	(84.391.508)
Dividendos		(20.000.000)	(68)
		<u>(8.107.183.058)</u>	<u>(6.912.988.791)</u>
Fluxos das atividades de financiamento (3)		<u>(613.897.689)</u>	<u>(22.366.020)</u>
Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(37.657.676)	4.736.759
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	13	<u>132.158.313</u>	<u>127.421.554</u>
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	13	<u>94.500.637</u>	<u>132.158.313</u>

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras individuais.

O Conselho de Administração

# SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, SA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012

*(Montantes expressos em euros)*

## 1 NOTA INTRODUTÓRIA

---

A SONAE INVESTIMENTOS, SGPS, “Empresa” ou “Sonae Investimentos”, é uma sociedade anónima, que tem a sua sede social na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Matosinhos, Portugal.

A Empresa tem como atividade principal a gestão de participações sociais (Nota 5).

As demonstrações financeiras individuais são apresentadas conforme requerido pelo Código das Sociedades Comerciais. De acordo com o permitido pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de Julho, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro “IFRS” tal como adotadas pela União Europeia.

São igualmente apresentadas, nos termos da legislação em vigor, demonstrações financeiras consolidadas.

## 2 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

---

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais são as seguintes:

### 2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras individuais anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adotadas pela União Europeia. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adotadas pela União Europeia.

As demonstrações financeiras individuais anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para alguns instrumentos financeiros que se encontram registados pelo justo valor.

### Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras individuais foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia normas contabilísticas e interpretações, algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2012, e que se encontram divulgados na Nota 2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas. A entrada em vigor destas normas não provocou impactos nas demonstrações financeiras anexas dado não serem aplicáveis às demonstrações financeiras individuais da Empresa.

Adicionalmente existem normas aprovadas para aplicação nos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013, as quais a Empresa não aplicou antecipadamente e que não irão implicar alterações significativas ao nível das demonstrações financeiras da Empresa.

#### 2.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido das amortizações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada ativo e registadas por contrapartida da rubrica amortizações e depreciações da demonstração dos resultados.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica perdas de imparidade da demonstração dos resultados.

#### 2.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis por esta e se possa mensurar de forma fiável o seu custo de aquisição.

As amortizações do exercício são calculadas pelo método das quotas constantes em função da vida útil de cada ativo e registadas por contrapartida da rubrica amortizações e depreciações da demonstração dos resultados.

#### 2.4 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gasto de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, utilizando para o efeito o método da taxa de juro efetiva.

#### 2.5 Instrumentos financeiros

A Empresa classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com a demonstração da posição financeira conforme identificado na Nota 4.

##### a) Investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

Os investimentos em partes de capital de empresas subsidiárias e associadas são mensurados de acordo com o estabelecido na IAS 27, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

**b) Investimentos**

Os investimentos classificam-se como segue:

Investimentos detidos até ao vencimento

Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados

Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Empresa tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados incluem os investimentos detidos para negociação que a Empresa adquire tendo em vista a sua alienação num curto período de tempo. São classificados na demonstração da posição financeira como investimentos correntes.

A Empresa classifica como investimentos disponíveis para venda os que não são enquadráveis como investimentos mensurados ao justo valor através de resultados nem como investimentos detidos até à maturidade. Estes ativos são classificados como ativos não correntes, exceto se houver intenção de os alienar num período inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor naquela data. No caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda, são incluídas as despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor, incluída na rubrica "Outras reservas" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração dos resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados (as) na demonstração dos resultados do exercício, nas rubricas de ganhos ou perdas financeiras.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

**c) Empréstimos e contas a receber**

Os empréstimos e contas a receber são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juro efetiva e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os ganhos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, exceto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes instrumentos financeiros resultam do facto da Empresa providenciar fundos ou prestar serviços às suas subsidiárias e associadas sem que tenha a intenção de transacionar esses ativos.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como ativos correntes, exceto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, os quais se classificam como não correntes. Estes ativos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 4.

**d) Dívidas de terceiros**

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial sendo que nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerado que o efeito do desconto seria imaterial.

**e) Classificação de capital próprio ou passivo**

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

**f) Empréstimos**

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.7. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

**g) Fornecedores e outras dívidas a terceiros**

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal uma vez que correspondem a dívidas a curto prazo, para as quais o efeito do desconto é imaterial.

#### h) Instrumentos derivados

A Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos não sendo utilizados derivados com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficácias de cobertura, caso existam, são registadas na rubrica de ganhos ou perdas financeiras da demonstração dos resultados.

Os critérios utilizados pela Empresa para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura;
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum o qual corresponde ao seu justo valor, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica reservas de cobertura incluída na rubrica Reservas e resultados transitados”, sendo transferidas para resultados no mesmo exercício em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica reservas de cobertura incluída em “Reservas e resultados transitados” são transferidas para Resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração dos resultados.

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros é efetuada com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e teve por base a atualização, para a data da demonstração da posição financeira, dos fluxos de caixa futuros do “leg” fixo e do “leg” variável do instrumento derivado, através da utilização de curvas de taxa de juro retiradas da Bloomberg.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos de acolhimento e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração dos resultados.

Em situações específicas a Empresa poderá proceder à contratação de instrumentos derivados sobre taxas de câmbio. Nestas circunstâncias, e muito embora os mesmos sejam contratados com o objetivo de reduzir a volatilidade dos fluxos de caixa futuros em transações altamente prováveis, tais derivados são usualmente registados a justo valor através de resultados.

#### **i) Ações próprias**

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das ações próprias são registadas em outras reservas.

#### **j) Caixa e equivalentes de caixa**

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos bancários de curto prazo, na demonstração da posição financeira.

#### **k) Método da taxa de juro efetiva**

O método da taxa de juro efetiva é o método utilizado para cálculo do custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e para efetuar a alocação de ganhos ou perdas com juros até à maturidade do instrumento financeiro.

#### **l) Imparidade**

Os ativos financeiros, exceto os mensurados a justo valor através de resultados, são analisados à data de cada demonstração da posição financeira para verificar da existência de indícios de perdas de imparidade.

Os ativos financeiros encontram-se em situações de imparidade quando exista evidência objetiva que, como consequência de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial dos ativos, os fluxos de caixa estimados tenham sido negativamente afetados.

Para os instrumentos financeiros não negociados em mercados regulamentados, a estimativa de imparidade envolve o recurso a modelos de fluxos de caixa descontados para estimar o valor de uso do investimento. Tais modelos implicam que a Empresa estime o valor presente dos fluxos de caixa futuros que é expectável que surjam do instrumento financeiro em questão de acordo com uma taxa de desconto adequada ao risco específico do ativo.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a imparidade é calculada como a diferença entre o valor contabilístico do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efetiva original.

Relativamente aos investimentos em subsidiárias (investimentos em partes de capital e empréstimos concedidos a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas) a análise de imparidade é efetuada com base na estimativa de justo valor da filial em análise, baseado na avaliação através do método de fluxos de caixa descontados ou com base no justo valor dos seus ativos, conforme aplicável.

Tal estimativa é efetuada com base na avaliação das participações detidas pela filial em análise por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos, sempre que identificados indícios de imparidade, nomeadamente em resultado da distribuição de dividendos por parte daquelas participadas.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu e a diminuição possa ser relacionada objetivamente com determinado evento que ocorra após o reconhecimento inicial de imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido caso não tivesse sido registada qualquer perda de imparidade.

Relativamente a ativos disponíveis para venda relativos a partes de capital, as perdas de imparidade não são revertidas. Qualquer aumento no justo valor do ativo é reconhecido em capitais próprios.

## 2.6 Ativos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

## 2.7 Rédito e especialização dos exercícios

Os rendimentos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados do período em que ocorrem.

Os dividendos são reconhecidos como ganhos no exercício em que são atribuídos aos seus sócios ou acionistas.

Os ganhos e perdas são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os ganhos e perdas cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de outros ativos correntes e outros passivos correntes são registados os ganhos e perdas imputáveis ao período corrente e cujas receitas e despesas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

## 2.8 Eventos subsequentes

Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

## 2.9 Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Registo de ajustamentos aos valores do ativo e provisões;
- b) Análise de imparidade de empréstimos e de investimentos em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e em associadas;

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas nas situações aplicáveis.

## 2.10 Responsabilidade por pagamentos baseados em ações

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das ações da Sonae, SGPS, SA (empresa detentora da Sonae Investimentos, SGPS, SA).

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em março de cada ano) e posteriormente atualizado no final de cada período de reporte em função do número de ações atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em custos com pessoal e outros passivos correntes, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

## 2.11 Imposto sobre o rendimento

A Sonae Investimentos encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (sociedade dominante), sendo que cada uma das sociedades abrangidas por este regime regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais por contrapartida da rubrica de empresas do grupo. Nos casos em que as filiais contribuem com prejuízos, é registado nas contas individuais o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades abrangidas por este regime.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como ganho ou perda do exercício, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

### 3 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os princípios gerais da gestão de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração, estando a sua implementação e acompanhamento supervisionados pela tesouraria da empresa.

#### 3.1 Risco de mercado

Revestem-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado os riscos de taxa de juro e os riscos de taxa de câmbio.

##### 3.1.1. Risco de taxa de juro

A exposição da Empresa à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

#### Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afetam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os custos e proveitos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afetam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade à variação da taxa de juro com impacto no capital próprio (outras reservas);

- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício;

Estima-se que a exposição a este risco à data da demonstração da posição financeira seja reduzida, de tal forma que, nos últimos 12 meses, uma subida de 75 pontos base em todas as taxas de juro do euro durante o ano de 2012 teria tido um impacto positivo nos resultados antes de impostos, não superior a 1,8 milhões euros (1,1 milhões euros em 2011), tomando em consideração os perfis de refixação contratados e excluindo quaisquer outros efeitos na atividade da empresa.

### **3.1.2. Risco de taxa de câmbio**

O impacto nas demonstrações financeiras individuais das variações nas taxas de câmbio da Empresa é praticamente inexistente uma vez que a generalidade dos ativos e passivos estão denominados em euros.

### **3.1.3. Risco de liquidez**

O principal objetivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que a empresa e o conjunto das empresas que domina têm disponível, a todo o momento, os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos, através de uma adequada gestão do seu fundo de maneio e quando necessário ao recurso a empréstimos bancários ou de acionistas.

## **3.2 Risco de crédito**

A empresa está sobretudo exposta ao risco de crédito nas suas relações de financiamento com as empresas em que participa.

A empresa está ainda exposta ao risco de crédito nas suas relações com as instituições financeiras relativas a aplicações de fundos.

O risco de crédito às instituições financeiras é limitado pela gestão da concentração de riscos e uma rigorosa seleção de contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional e baseada nas respetivas notações de rating tendo em consideração a natureza, maturidade e dimensão das operações.

## 4 CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS E JUSTO VALOR

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.5, a 31 de dezembro de 2012, foram classificados como segue:

Ativos financeiros		31.dezembro.2012			
		Notas	Empréstimos e contas a receber	Subtotal	Ativos fora do âmbito do IFRS 7
<b>Ativos não correntes</b>					
Outros ativos não correntes	8	1.092.008.435	1.092.008.435	-	1.092.008.435
		<u>1.092.008.435</u>	<u>1.092.008.435</u>	<u>-</u>	<u>1.092.008.435</u>
<b>Ativos correntes</b>					
Cientes	9	1.688.043	1.688.043	-	1.688.043
Outras dívidas de terceiros	10	179.156.814	179.156.814	-	179.156.814
Outros ativos correntes	12	1.213.320	1.213.320	2.140.675	3.353.995
Caixa e equivalentes de caixa	13	94.502.364	94.502.364	-	94.502.364
		<u>276.560.541</u>	<u>276.560.541</u>	<u>2.140.675</u>	<u>278.701.216</u>
		<u>1.368.568.976</u>	<u>1.368.568.976</u>	<u>2.140.675</u>	<u>1.370.709.651</u>

Passivos financeiros		31.dezembro.2012			
		Notas	Empréstimos e contas a pagar	Subtotal	Passivos fora do âmbito do IFRS 7
<b>Passivos não correntes</b>					
Empréstimos obrigacionistas	17	532.738.392	532.738.392	-	532.738.392
Empréstimos bancários	17	152.484.985	152.484.985	-	152.484.985
Outros passivos não correntes	18	400.000.000	400.000.000	-	400.000.000
		<u>1.085.223.377</u>	<u>1.085.223.377</u>	<u>-</u>	<u>1.085.223.377</u>
<b>Passivos correntes</b>					
Empréstimos obrigacionistas	17	170.900.782	170.900.782	-	170.900.782
Empréstimos bancários	17	31.827.393	31.827.393	-	31.827.393
Fornecedores	19	37.634	37.634	-	37.634
Outras dívidas a terceiros	20	421.462.150	421.462.150	-	421.462.150
Outros passivos correntes	21	7.128.369	7.128.369	309.176	7.437.545
		<u>631.356.328</u>	<u>631.356.328</u>	<u>309.176</u>	<u>631.665.504</u>
		<u>1.716.579.705</u>	<u>1.716.579.705</u>	<u>309.176</u>	<u>1.716.888.881</u>

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.5, a 31 de dezembro de 2011, foram classificados como segue:

		31.dezembro.2011				
		Notas	Empréstimos e contas a receber	Subtotal	Ativos fora do âmbito do IFRS 7	Total
<b>Ativos financeiros</b>						
<b>Ativos não correntes</b>						
	Outros ativos não correntes	8	1.590.401.623	1.590.401.623	-	1.590.401.623
			<u>1.590.401.623</u>	<u>1.590.401.623</u>	<u>-</u>	<u>1.590.401.623</u>
<b>Ativos correntes</b>						
	Clientes	9	525.861	525.861	-	525.861
	Outras dívidas de terceiros	10	171.595.870	171.595.870	-	171.595.870
	Outros ativos correntes	12	1.087.218	1.087.218	2.415.887	3.503.105
	Caixa e equivalentes de caixa	13	132.716.621	132.716.621	-	132.716.621
			<u>305.925.570</u>	<u>305.925.570</u>	<u>2.415.887</u>	<u>308.341.457</u>
			<u>1.896.327.193</u>	<u>1.896.327.193</u>	<u>2.415.887</u>	<u>1.898.743.080</u>

		31.dezembro.2011				
		Notas	Empréstimos e contas a pagar	Subtotal	Passivos fora do âmbito do IFRS 7	Total
<b>Passivos financeiros</b>						
<b>Passivos não correntes</b>						
	Empréstimos obrigacionistas	17	534.322.595	534.322.595	-	534.322.595
	Empréstimos bancários	17	290.295.955	290.295.955	-	290.295.955
	Outros passivos não correntes	18	400.000.000	400.000.000	126.731	400.126.731
			<u>1.224.618.550</u>	<u>1.224.618.550</u>	<u>126.731</u>	<u>1.224.745.281</u>
<b>Passivos correntes</b>						
	Empréstimos obrigacionistas	17	365.856.920	365.856.920	-	365.856.920
	Empréstimos bancários	17	3.883.974	3.883.974	-	3.883.974
	Fornecedores	19	1.092.558	1.092.558	-	1.092.558
	Outras dívidas a terceiros	20	619.675.007	619.675.007	-	619.675.007
	Outros passivos correntes	21	9.744.185	9.744.185	328.522	10.072.707
			<u>1.000.252.644</u>	<u>1.000.252.644</u>	<u>328.522</u>	<u>1.000.581.166</u>
			<u>2.224.871.194</u>	<u>2.224.871.194</u>	<u>455.253</u>	<u>2.225.326.447</u>

## 5 INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, o detalhe dos investimentos era o seguinte:

Empresa	% detenção	31.dezembro.2012				Imparidade acumulada	Valor da demonstração da posição financeira
		Custo de aquisição			Saldo final		
		Saldo inicial	Aumentos	Diminuições			
Azulino - Imobiliária, SA	100,00%	498.025	-	-	498.025	-	498.025
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	2.115.000	150.000 (1)	-	2.265.000	700.000	1.565.000
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	100,00%	1.669.375	-	-	1.669.375	1.557.375	112.000
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	100,00%	2.244.591	150.000 (2)	-	2.394.591	1.094.591	1.300.000
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	477.848	-	-	477.848	-	477.848
Contimobe - Imobiliária do Castelo de Paiva, SA	100,00%	231.318.722	-	-	231.318.722	29.818.722	201.500.000
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	2.355.191	35.000 (1)	-	2.390.191	945.191	1.445.000
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	24.940	-	-	24.940	-	24.940
Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	6.264.902	-	-	6.264.902	964.902	5.300.000
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	54,55%	64.415.021	-	-	64.415.021	-	64.415.021
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonaes Dois	74,94%	108.755.437	-	-	108.755.437	-	108.755.437
Igimo - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	220.000	-	-	220.000	-	220.000
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	1.359.000	-	-	1.359.000	-	1.359.000
Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	380.000	-	-	380.000	-	380.000
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	24.940	-	-	24.940	-	24.940
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	999.940	100.000 (1)	-	1.099.940	439.940	660.000
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	109.736	-	-	109.736	-	109.736
Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	280.000	-	-	280.000	-	280.000
MDS, SGPS, SA	46,92%	51.000.000	-	-	51.000.000	-	51.000.000
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	100,00%	1.809.397	-	-	1.809.397	1.619.397	190.000
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	50,00%	9.790.614	15.000.000 (2)	-	24.790.614	-	24.790.614
Modelo Hiper Imobiliária, SA	100,00%	10.655.164	-	-	10.655.164	-	10.655.164
Modelo.Com - Vendas por Correspondência, SA	100,00%	12.637.016	-	-	12.637.016	-	12.637.016
Mundo Vip - Operadores Turísticos, SA	33,34%	1.101.337	-	-	1.101.337	1.101.337	-
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	100,00%	6.372.293	-	-	6.372.293	-	6.372.293
Raso, SGPS, SA	50,00%	24.500.000	-	-	24.500.000	9.026.000	15.474.000
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA	100,00%	1.513.379	-	-	1.513.379	948.379	565.000
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	2.130.558	-	-	2.130.558	-	2.130.558
Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, SA	100,00%	36.677.088	-	-	36.677.088	-	36.677.088
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	550.000	-	-	550.000	-	550.000
Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	10.000.000	-	-	10.000.000	-	10.000.000
Soflorin, BV	100,00%	257.309.037	-	-	257.309.037	-	257.309.037
Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA	100,00%	1.050.000.000	-	-	1.050.000.000	-	1.050.000.000
Sonae Capital Brasil, SA	37,00%	19.600.307	-	-	19.600.307	12.292.000	7.308.307
Sonae Center Serviços II, SA	100,00%	58.032.319	-	-	58.032.319	-	58.032.319
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	41,96%	600.000.000	-	-	600.000.000	-	600.000.000
Sonaegest - Soc. Gest. de Fundos de Investimentos, SA	40,00%	384.351	-	-	384.351	-	384.351
Sonaerp - Retail Properties, SA	100,00%	114.495.350	-	-	114.495.350	-	114.495.350
Sondis Imobiliária, SA	100,00%	474.940	-	-	474.940	-	474.940
Sonvecap, BV	100,00%	3.000.000	-	-	3.000.000	-	3.000.000
Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA	100,00%	893.316	175.000 (1)	-	1.068.316	-	1.068.316
Valor N, SA	100,00%	2.087.315	-	-	2.087.315	-	2.087.315
Total		2.698.526.448	15.610.000	-	2.714.136.448	60.507.834	2.653.628.614

(1) Cobertura de prejuízos;

(2) Entradas facultativas de capital

Durante o exercício foram registadas imparidades sobre os investimentos de partes de capital nas subsidiárias Mundo Vip – Operadores Turísticos, SA no valor de 1.101.337 euros, Raso, SGPS, SA no valor de 5.500.000 euros e Sonae Capital Brasil, SA no valor de 5.500.000 euros.

Empresa	% detenção	31.dezembro.2011				Imparidade acumulada	Valor da demonstração da posição financeira
		Custo de aquisição					
		Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final		
Azulino - Imobiliária, SA	100,00%	498.025	-	-	498.025	-	498.025
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	1.845.000	270.000 (1)	-	2.115.000	700.000	1.415.000
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	100,00%	1.669.375	-	-	1.669.375	1.557.375	112.000
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	100,00%	2.244.591	-	-	2.244.591	1.094.591	1.150.000
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	477.848	-	-	477.848	-	477.848
Contimobe - Imobiliária do Castelo de Paiva, SA	100,00%	231.318.722	-	-	231.318.722	29.818.722	201.500.000
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	2.315.191	40.000 (1)	-	2.355.191	945.191	1.410.000
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	24.940	-	-	24.940	-	24.940
Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	6.264.902	-	-	6.264.902	964.902	5.300.000
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede	54,55%	64.415.021	-	-	64.415.021	-	64.415.021
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois	74,94%	158.410.389	-	49.654.952 (3)(4)	108.755.437	-	108.755.437
Igímo - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	220.000	-	-	220.000	-	220.000
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	1.259.000	100.000 (1)	-	1.359.000	-	1.359.000
Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	380.000	-	-	380.000	-	380.000
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	24.940	-	-	24.940	-	24.940
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	799.940	200.000 (1)	-	999.940	439.940	560.000
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	109.736	-	-	109.736	-	109.736
Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	280.000	-	-	280.000	-	280.000
MDS, SGPS, SA	46,92%	51.000.000	-	-	51.000.000	-	51.000.000
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	100,00%	1.809.397	-	-	1.809.397	1.619.397	190.000
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	50,00%	9.790.614	-	-	9.790.614	-	9.790.614
Modelo Hiper Imobiliária, SA	100,00%	10.655.164	-	-	10.655.164	-	10.655.164
Modelo.Com - Vendas por Correspondência, SA	100,00%	12.637.016	-	-	12.637.016	-	12.637.016
Mundo Vip - Operadores Turísticos, SA	33,34%	1.101.337	-	-	1.101.337	-	1.101.337
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	100,00%	6.372.293	-	-	6.372.293	-	6.372.293
Raso, SGPS, SA	50,00%	24.500.000	-	-	24.500.000	3.526.000	20.974.000
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA	100,00%	1.513.379	-	-	1.513.379	948.379	565.000
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	1.530.558	600.000 (1)	-	2.130.558	-	2.130.558
Sesaggest - Projectos e Gestão Imobiliária, SA	100,00%	36.677.088	-	-	36.677.088	-	36.677.088
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	550.000	-	-	550.000	-	550.000
Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	100,00%	10.000.000	-	-	10.000.000	-	10.000.000
Soflorin, BV	100,00%	257.309.037	-	-	257.309.037	-	257.309.037
Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA	100,00%	1.050.000.000	-	-	1.050.000.000	-	1.050.000.000
Sonae Capital Brasil, SA	37,00%	23.334.858	-	3.734.551 (4)	19.600.307	6.792.000	12.808.307
Sonae Center Serviços II, SA	100,00%	58.032.319	-	-	58.032.319	-	58.032.319
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	100,00%	600.000.000	-	-	600.000.000	-	600.000.000
Sonaegest - Soc. Gest. de Fundos de Investimentos, SA	40,00%	159.615	224.736 (2)	-	384.351	-	384.351
Sonaerp - Retail Properties, SA	100,00%	114.495.350	-	-	114.495.350	-	114.495.350
Sondis Imobiliária, SA	100,00%	474.940	-	-	474.940	-	474.940
Sonvecap, BV	100,00%	3.000.000	-	-	3.000.000	-	3.000.000
Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA	100,00%	743.316	150.000 (1)	-	893.316	-	893.316
Valor N, SA	100,00%	2.087.315	-	-	2.087.315	-	2.087.315
Total		<u>2.750.331.214</u>	<u>1.584.736</u>	<u>53.389.503</u>	<u>2.698.526.448</u>	<u>48.406.497</u>	<u>2.650.119.951</u>

(1) Cobertura de prejuízos;

(2) Aquisição a entidade relacionada;

(3) Alienação a entidade relacionada;

(4) Redução de capital

Durante o exercício de 2011 foram constituídas imparidades sobre os investimentos de partes de capital nas subsidiárias Raso, SGPS, SA e Sonae Capital Brasil, SA no valor de 3.526.000 euros e 6.792.000 euros respetivamente.

## 6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe dos ativos fixos tangíveis e respetivas depreciações era o seguinte:

	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Total ativos fixos tangíveis
<b>Ativo bruto</b>						
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2011	2.464	19.062	24.859	679	-	47.064
Diminuições	(2.464)	-	(404)	-	(412)	(3.280)
Transferências / abates	-	-	-	-	412	412
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	-	19.062	24.455	679	-	44.196
Diminuições	-	-	(1.600)	-	-	(1.600)
Saldo final a 31 de dezembro de 2012	-	19.062	22.855	679	-	42.596
<b>Depreciações acumuladas</b>						
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2011	1.396	19.062	24.450	679	-	45.587
Aumentos	-	-	190	-	-	190
Diminuições	(1.396)	-	(271)	-	-	(1.667)
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	-	19.062	24.369	679	-	44.110
Aumentos	-	-	26	-	-	26
Diminuições	-	-	(1.600)	-	-	(1.600)
Saldo final a 31 de dezembro de 2012	-	19.062	22.795	679	-	42.536
<b>Valor líquido</b>						
A 31 de dezembro de 2011	-	-	86	-	-	86
A 31 de dezembro de 2012	-	-	60	-	-	60

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe dos ativos intangíveis e respetivas amortizações era o seguinte:

	Propriedade industrial	Software	Ativos intangíveis em curso	Total ativos intangíveis
<b>Ativo bruto</b>				
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2011	1.412.994	479	-	1.413.473
Aumentos	-	-	710	710
Transferências / abates	710	-	(710)	-
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	1.413.704	479	-	1.414.183
Transferências / abates	-	(479)	-	(479)
Saldo final a 31 de dezembro de 2012	1.413.704	-	-	1.413.704
<b>Amortizações acumuladas</b>				
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2011	1.407.734	479	-	1.408.213
Aumentos	2.314	-	-	2.314
Saldo inicial a 1 de janeiro de 2012	1.410.048	479	-	1.410.527
Aumentos	2.431	-	-	2.431
Transferências / abates	-	(479)	-	(479)
Saldo final a 31 de dezembro de 2012	1.412.479	-	-	1.412.479
<b>Valor líquido</b>				
A 31 de dezembro de 2011	3.656	-	-	3.656
A 31 de dezembro de 2012	1.225	-	-	1.225

## 7 IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	Ativos	
	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Outros	28.070	82.690
	<u>28.070</u>	<u>82.690</u>
	Passivos	
	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Diferença entre amortizações económicas e fiscais	237	784
	<u>237</u>	<u>784</u>

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram é o seguinte:

	Ativos		Passivos	
	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Saldo inicial	82.690	738.707	784	1.403
Efeito em resultados:				
Outros	(54.620)	12.548	(547)	(619)
	<u>(54.620)</u>	<u>12.548</u>	<u>(547)</u>	<u>(619)</u>
Efeito em reservas:				
Valorização de instrumentos financeiros	-	(668.565)	-	-
	<u>28.070</u>	<u>82.690</u>	<u>237</u>	<u>784</u>

## 8 OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe dos outros ativos não correntes era o seguinte:

	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Empréstimos concedidos (Nota 36)	1.092.008.435	1.589.586.905
Outras dívidas de terceiros	-	814.718
	<u>1.092.008.435</u>	<u>1.590.401.623</u>

Os empréstimos concedidos a empresas subsidiárias e associadas têm uma natureza de longo prazo, vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor sendo o seu justo valor, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

A imparidade dos empréstimos concedidos a empresas do grupo é avaliada conforme descrito na alínea l) da nota 2.5.

No exercício de 2012 foi reconhecida uma imparidade de 1.000.000 euros sobre a totalidade do montante de empréstimos a receber da associada Mundo Vip – Operadores Turísticos, SA.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 os restantes empréstimos concedidos não se encontram vencidos ou em imparidade.

O valor registado na rubrica outras dívidas de terceiros inclui o montante a receber relativo à alienação de uma participação financeira para a qual foi registada, durante o exercício, uma imparidade no montante de 894.124 euros (1.450.000 euros em 2011) (Nota 23).

## 9 CLIENTES

O saldo de clientes respetivamente 1.688.043 euros e de 525.861 euros em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 respeita exclusivamente a prestação de serviços a empresas do grupo.

À data da demonstração da posição financeira, não existem contas a receber vencidas e não foram registadas quaisquer perdas de imparidade, dado não existirem indicações que os clientes não cumpram as suas obrigações.

## 10 OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe das outras dívidas de terceiros era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2012</u>	<u>31.dezembro.2011</u>
Empréstimos de curto prazo (Nota 36)	129.359.208	111.326.877
Juros por liquidar	18.415.191	30.387.405
Impostos - RETGS	26.447.000	24.427.592
Regime especial regularização de dívidas fiscais e Segurança Social (DL 248-A)	4.778.747	4.778.747
Outros	<u>156.668</u>	<u>675.249</u>
	<u>179.156.814</u>	<u>171.595.870</u>

Os empréstimos concedidos vencem juros a taxas de mercado indexadas à Euribor, e têm uma maturidade inferior a 1 ano.

O valor de 26.447.000 euros (24.427.592 euros a 31 dezembro 2011) registado na rubrica impostos corresponde a montantes a receber de subsidiárias relativos a imposto do exercício apurado pelas empresas tributadas de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.

O montante relativo ao regime especial de regularização de dívidas fiscais e Segurança Social, corresponde a importâncias pagas, que foram reclamadas junto das autoridades competentes, sendo entendimento da Sonae Investimentos que o resultado das reclamações efetuadas lhe será favorável, facto pelo qual não registou qualquer ajustamento para fazer face a eventuais perdas.

Não existiam ativos vencidos ou em imparidade em 31 de dezembro de 2012 e de 2011. O justo valor dos empréstimos concedidos a empresas subsidiárias é, genericamente, similar ao seu valor contabilístico.

## 11 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe do estado e outros entes públicos era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2012</u>	<u>31.dezembro.2011</u>
Imposto sobre o rendimento	30.428.987	27.680.590
Saldos devedores	<u>30.428.987</u>	<u>27.680.590</u>
	<u>31.dezembro.2012</u>	<u>31.dezembro.2011</u>
Imposto sobre o rendimento	1.893.202	1.893.201
Imposto sobre o valor acrescentado	280.567	22.964
Contribuições para a segurança social	397	397
Retenção de imposto sobre rendimentos	588.319	3.428
Outros	68.978	-
Saldos credores	<u>2.831.463</u>	<u>1.919.990</u>

## 12 OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe dos outros ativos correntes era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2012</u>	<u>31.dezembro.2011</u>
Juros a receber	130.719	321.612
Juros de mora ou indemnizatórios	765.605	765.605
Fianças	271.996	-
Fee's de gestão a receber	45.000	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	<u>1.213.320</u>	<u>1.087.217</u>
Seguros	229.343	238.320
Custos com emissão de dívida	1.905.427	2.145.674
Outros	5.905	31.894
Gastos diferidos	<u>2.140.675</u>	<u>2.415.888</u>
	<u>3.353.995</u>	<u>3.503.105</u>

## 13 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2012</u>	<u>31.dezembro.2011</u>
Numerário	550	550
Depósitos bancários	54.402.147	132.716.071
Outras aplicações de tesouraria	40.099.667	-
Caixa e equivalentes de caixa no balanço	<u>94.502.364</u>	<u>132.716.621</u>
Descobertos bancários (Nota 17)	<u>(1.727)</u>	<u>(558.308)</u>
Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa	<u>94.500.637</u>	<u>132.158.313</u>

O valor registado em outras aplicações de tesouraria a 31 de dezembro de 2012 foi resgatado no início de 2013.

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos na demonstração da posição financeira na rubrica de empréstimos bancários.

## 14 CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.000.000.000 ações ordinárias (1.000.000.000 em 31 de dezembro de 2011), com o valor nominal unitário de 1 euro.

A subsidiária, Sonae – Specialized Retail, SGPS, SA, é detentora de 100.000.000 de ações da Sonae Investimentos. Estas ações são consideradas ações próprias nos termos do Código das Sociedades Comerciais, encontrando-se os seus direitos suspensos.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

	<u>31.dezembro.2012</u>	<u>31.dezembro.2011</u>
Sonae, SGPS, SA	76,8556%	76,8581%
Sonae Investments BV	13,1419%	13,1419%
Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA	10,0000%	10,0000%
Libra Serviços, Sociedade Unipessoal, Lda	0,0025%	-

Em 31 de dezembro de 2012 a Efanor Investimentos, SGPS, SA e suas filiais detinham 52,48% das ações representativas do capital social da Sonae, SGPS, SA.

## 15 RESERVAS LEGAIS

A sociedade constitui as suas reservas legais conforme estipulado no Código das Sociedades Comerciais. Em 2012 e 2011 transferiu, respetivamente, para esta rubrica resultados no valor de 742.928 euros e 22.526.963 euros.

## 16 RESERVAS DE JUSTO VALOR, COBERTURA E OUTRAS RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe de outras reservas era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2012</u>	<u>31.dezembro.2011</u>
Reserva nos termos do artº 324º CSC	320.000.000	320.000.000
Entradas facultativas de capital	372.000.000	372.000.000
Outras reservas	497.025.023	502.909.392
	<u>1.189.025.023</u>	<u>1.194.909.392</u>

Na sequência da aquisição de ações da Sonae Investimentos, SGPS, SA por uma subsidiária, tornaram-se indisponíveis, nos termos do artigo 324º do Código das Sociedades Comerciais, reservas livres de montante igual ao seu custo de aquisição. Esta reserva só poderá ser movimentada após a extinção ou alienação das referidas ações.

## 17 EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 estavam incluídos nesta rubrica os seguintes empréstimos:

	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Empréstimo obrigacionista Sonae Distribuição 2007/2015	200.000.000	200.000.000
Empréstimo obrigacionista Sonae Distribuição Setembro 2007/2015	155.000.000	310.000.000
Empréstimo obrigacionista Sonae Distribuição 2009/2014	10.000.000	26.000.000
Empréstimo obrigacionista Sonae Investimentos 2012/2017	170.000.000	-
Custos de emissão ainda não amortizados	(2.261.608)	(1.677.405)
<b>Empréstimos obrigacionistas</b>	<b>532.738.392</b>	<b>534.322.595</b>
Papel comercial	147.500.000	282.000.000
Outros empréstimos bancários	5.000.000	8.333.334
Custos de emissão ainda não amortizados	(15.015)	(37.379)
<b>Empréstimos bancários</b>	<b>152.484.985</b>	<b>290.295.955</b>
<b>Empréstimos não correntes</b>	<b>685.223.377</b>	<b>824.618.550</b>
	<b>31.dezembro.2012</b>	<b>31.dezembro.2011</b>
Empréstimo obrigacionista Modelo Continente 2007/2012	-	200.000.000
Empréstimo obrigacionista Modelo Continente 2005/2012	-	150.000.000
Empréstimo obrigacionista Sonae Distribuição 2009/2014	16.000.000	16.000.000
Empréstimo obrigacionista Sonae Distribuição Setembro 2007/2015	155.000.000	-
Custos de emissão ainda não amortizados	(99.218)	(143.080)
<b>Empréstimos obrigacionistas</b>	<b>170.900.782</b>	<b>365.856.920</b>
Papel comercial	28.500.000	-
Outros empréstimos bancários	3.333.333	3.333.333
Custos de emissão ainda não amortizados	(7.667)	(7.667)
Descobertos bancários (nota 13)	1.727	558.308
<b>Empréstimos bancários</b>	<b>31.827.393</b>	<b>3.883.974</b>
<b>Empréstimos correntes</b>	<b>202.728.175</b>	<b>369.740.894</b>

Estima-se que o valor contabilístico do conjunto dos empréstimos não difere significativamente do seu justo valor. O justo valor dos empréstimos é determinado com base na metodologia de fluxos de caixa descontados. Os empréstimos acima referidos vencem juros a taxas variáveis indexadas a referenciais de mercado.

Os empréstimos e juros são reembolsáveis como se segue:

	31.dezembro.2012		31.dezembro.2011	
	Capital	Juros	Capital	Juros
2012	-	-	369.891.641	25.464.855
2013	202.835.060	20.550.643	174.333.333	18.015.065
2014	35.833.333	17.210.696	215.333.333	12.650.268
2015	394.166.667	16.417.350	356.666.667	9.056.534
2016	162.500.000	10.158.633	80.000.000	1.719.377
2017	95.000.000	2.999.815	-	-
	<b>890.335.060</b>	<b>67.337.137</b>	<b>1.196.224.974</b>	<b>66.906.099</b>

Os montantes de instrumentos financeiros destinados a cobrir as carências de tesouraria disponíveis a 31 de dezembro de 2012 e 2011 podem ser resumidas como se segue:

	31.dezembro.2012		31.dezembro.2011	
	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano	Inferior a 1 ano	Superior a 1 ano
Montante de linhas contratadas	202.000.000	547.500.000	242.000.000	485.000.000
Montante de linhas disponíveis	173.500.000	400.000.000	240.749.051	203.000.000

A taxa de juro em vigor a 31 de dezembro de 2012 dos empréstimos obrigacionistas e empréstimos bancários era em média cerca de 2,40% (2,37% em 31 de dezembro 2011).

## 18 OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

A 31 de dezembro de 2012 e 2011 esta rubrica inclui um empréstimo obrigacionista subordinado, com maturidade de 10 anos emitido em condições de mercado pela Sonae Investimentos, SGPS, SA em 28 de dezembro de 2010, no montante de 400.000.000 euros, correspondendo a 8.000 obrigações com valor nominal de 50.000 euros cada.

O justo valor deste empréstimo a 31 de dezembro de 2012 é de 42.606 euros (40.000 euros a 31 de dezembro 2011) por obrigação, tendo sido determinado com base no método de fluxos de caixa descontados.

## 19 FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a rubrica de fornecedores apresenta valores a liquidar num prazo não superior a 90 dias, resultantes de aquisições decorrentes da atividade normal da Empresa.

## 20 OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe das outras dívidas a terceiros era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2012</u>	<u>31.dezembro.2011</u>
Empréstimos de curto prazo (Nota 36)	402.548.615	605.087.891
Impostos - RETGS	18.872.865	13.014.610
Outros	<u>40.670</u>	<u>1.572.506</u>
	<u>421.462.150</u>	<u>619.675.007</u>

O montante de 18.872.865 euros (13.014.610 euros em 31 de dezembro de 2011) registado na rubrica impostos corresponde ao imposto do exercício apurado pelas empresas tributadas de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.

## 21 OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe dos outros passivos correntes era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2012</u>	<u>31.dezembro.2011</u>
Responsabilidade por bonus de desempenho diferido (Nota 22)	309.176	328.522
Juros a liquidar	5.643.276	9.517.957
Outros	<u>1.485.093</u>	<u>215.658</u>
Credores por acréscimos de gastos	<u>7.437.545</u>	<u>10.062.137</u>
Outros	-	10.570
Rendimentos a reconhecer	-	10.570
	<u>7.437.545</u>	<u>10.072.707</u>

## 22 RESPONSABILIDADE POR BÓNUS DE DESEMPENHO DIFERIDOS

A Empresa, em anos anteriores, concedeu ao Conselho de Administração e a colaboradores prémios de desempenho diferidos sob a forma de ações, a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição. A sociedade tem o direito de entregar em substituição de ações o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço na data de vencimento. Estas responsabilidades são valorizadas nos termos da Nota 2.10.

Em 31 de dezembro de 2012, os planos em aberto são os seguintes:

	Período de diferimento		Nº participantes	Nº de ações
	Data de atribuição	Data de vencimento		
Plano 2009	2010	2013	1	450.038

A responsabilidade para os planos de ações acima referidos encontra-se calculada por referência à cotação da Sonae, SGPS, SA à data de 31 de dezembro de 2012, sendo os planos vigentes considerados como tendo liquidação financeira.

## 23 PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Em 31 de dezembro de 2012 o movimento ocorrido na rubrica provisões e perdas por imparidade acumuladas foi como se segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
Imparidade em investimentos ( Notas 5 e 27)	48.406.497	12.101.337	60.507.834
Imparidade em outros ativos não correntes (Nota 8)	1.450.000	1.894.124	3.344.124

O aumento registado na rubrica imparidade em outros ativos não correntes encontra-se refletido na demonstração dos resultados na rubrica provisões e perdas por imparidade (Nota 8).

## 24 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o valor das garantias emitidas a favor de terceiros era o seguinte:

		31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
Garantias prestadas:			
por processos fiscais em curso	(a)	268.323.385	222.571.285
por processos autárquicos em curso		28.938	28.938
outras		10.883.112	10.643.765
Fianças prestadas favor de subsidiárias	(b)	62.641.328	48.082.127

a) Inclui o montante de 263.144.428 euros (217.392.328 euros em 31 de dezembro de 2011) relativo a processos de IRC e o de 5.178.957 euros (5.178.957 euros em 31 de dezembro de 2011) euros relativo a processos de Imposto do Selo.

b) Fianças prestadas à Administração Fiscal a favor de subsidiárias para efeito de suspensão de processos fiscais.

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os diferendos para os quais foram prestadas garantias, por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sociedade.

A Empresa garantiu o cumprimento das obrigações assumidas pela Sonae Capital Brasil, SA no âmbito da alienação de uma subsidiária no Brasil relacionadas com a resolução de processos de natureza fiscal envolvendo a subsidiária alienada, conforme descrito na Nota de ativos e passivos contingentes do anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

## 25 ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transações com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

	<u>31.dezembro.2012</u>	<u>31.dezembro.2011</u>
<b>Saldos:</b>		
Empresa mãe	72.094	31.894
Empresas subsidiárias	45.931.390	55.144.842
Empresas controladas conjuntamente	139.822	42.159
Empresas associadas	962.875	1.904.719
Outras partes relacionadas	9.155	-
<b>Contas a receber</b>	<u>47.115.336</u>	<u>57.123.614</u>
Empresa mãe	1.439.583	1.410.945
Empresas subsidiárias	19.805.085	15.859.308
Outras partes relacionadas	46.827	17
<b>Contas a pagar</b>	<u>21.291.495</u>	<u>17.270.270</u>
Empresas subsidiárias	1.195.591.641	1.678.678.093
Empresas controladas conjuntamente	7.800.000	4.300.000
Empresas associadas	18.976.002	17.935.689
<b>Empréstimos concedidos</b>	<u>1.222.367.643</u>	<u>1.700.913.782</u>
Empresa mãe	347.400.000	347.400.000
Empresas subsidiárias	402.548.615	605.087.891
Outras partes relacionadas	52.600.000	52.600.000
<b>Empréstimos obtidos</b>	<u>802.548.615</u>	<u>1.005.087.891</u>

	31.dezembro.2012	31.dezembro.2011
<b>Transações:</b>		
Empresas subsidiárias	1.000.000	(278.768)
Empresas associadas	1.018.202	911.880
Prestação de serviços	2.018.202	633.112
Empresa mãe	1.162.677	1.052.896
Empresas subsidiárias	54	50
Empresas controladas conjuntamente	-	302
Empresas associadas	37.498	29.736
Outras partes relacionadas	870	1.512
Compras e serviços recebidos	1.201.099	1.084.496
Empresa mãe	186.336	1.587
Empresas subsidiárias	300.731	554.556
Empresas associadas	240	45
Outros rendimentos operacionais	487.307	556.188
Empresa mãe	-	310.791
Empresas subsidiárias	47.929.276	46.454.633
Empresas controladas conjuntamente	357.634	148.119
Empresas associadas	1.097.928	1.088.044
Juros auferidos	49.384.838	48.001.587
Empresa mãe	30.608.475	33.044.788
Empresas subsidiárias	12.416.437	7.093.854
Outras partes relacionadas	4.278.133	-
Juros suportados	47.303.045	40.138.642
Empresas subsidiárias	24.489.302	25.053.099
Empresas associadas	157.074	-
Dividendos auferidos	24.646.376	25.053.099
Empresas associadas	-	49.888.452
Outras partes relacionadas	-	112.025
Alienação investimentos financeiros	-	50.000.477
Outras partes relacionadas	-	224.736
Aquisição investimentos financeiros	-	224.736
Empresas subsidiárias (Nota 27)	26.827.561	-
Rendimentos unidades de participação	26.827.561	-

Consideram-se partes relacionadas todas as subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas pertencentes ao Grupo Sonae, SGPS, SA e Efanor Investimentos, SGPS, SA conforme descrito no anexo consolidado.

Durante o exercício foram obtidas operações de tesouraria da Sonae SGPS, SA no montante de 624.453.000 euros (834.769.000 euros em 2011), tendo sido liquidados 624.453.000 euros (781.769.000 euros em 2011).

Em 2012 e 2011, não ocorreram transações com os Administradores da sociedade nem lhes foram concedidos empréstimos.

Não foi atribuída qualquer remuneração aos membros do Conselho de Administração no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 não existiam saldos com os administradores da sociedade.

## 26 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Os montantes de 2.018.202 euros e 633.112 euros relativos a 31 de dezembro de 2012 e de 2011, respetivamente, respeitam a serviços técnicos de administração e gestão prestados a subsidiárias, no âmbito da lei das SGPS.

## 27 GANHOS OU PERDAS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe dos ganhos ou perdas relativos a investimentos era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2012</u>	<u>31.dezembro.2011</u>
Dividendos auferidos	24.646.376	25.053.099
Rendimentos de investimentos financeiros	26.827.561	20.339.480
Perdas de imparidade (Nota 23)	<u>(12.101.337)</u>	<u>(10.318.000)</u>
	<u>39.372.600</u>	<u>35.074.579</u>

Os dividendos foram atribuídos pelas subsidiárias Contimobe – Imobiliária de Castelo de Paiva, SA (5.252.433 euros), Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, SA (14.735.408 euros), Modelo.Com – Vendas por correspondência, SA (963.357 euros), Sonaegest – Soc. Gest. De Fundos de Investimento, SA (157.074 euros), Modelo Hiper Imobiliária, SA (788.104 euros) e Sonvecap BV (2.750.000 euros).

O valor registado em rendimentos de investimentos financeiros, refere-se a rendimentos de unidades de participação detidas nos Fundos de Investimento Imobiliário Fechado Imosede (8.073.496 euros) e Imosonaes Dois (18.754.065 euros). Estes valores foram recebidos em 2012 e encontram-se divulgados na demonstração dos fluxos de caixa, na rubrica atividades de investimento na linha de outros.

## 28 RENDIMENTOS E GANHOS / GASTOS E PERDAS FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe dos ganhos e das perdas financeiras era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2012</u>	<u>31.dezembro.2011</u>
Juros obtidos		
relativos a depósitos bancários	732.906	436.938
relativos a empréstimos concedidos	49.305.432	47.101.990
outros	179.073	899.626
Outros ganhos financeiros	<u>35.446</u>	<u>1.005.538</u>
<b>Rendimentos e ganhos financeiros</b>	<u>50.252.857</u>	<u>49.444.092</u>
Juros suportados		
relativos a empréstimos bancários	(8.146.413)	(10.784.254)
relativos a obrigações não convertíveis	(21.134.856)	(21.029.815)
relativos a derivados de cobertura	-	(2.575.517)
relativos a empréstimos obtidos	(47.303.046)	(40.138.642)
outros	-	(92)
Outros gastos e perdas financeiras		
Encargos com emissão de dívida	(5.983.853)	(4.965.846)
Outros gastos e perdas financeiras	<u>(27.495)</u>	<u>(244.637)</u>
<b>Gastos e perdas financeiras</b>	<u>(82.595.663)</u>	<u>(79.738.803)</u>

## 29 OUTROS RENDIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a repartição de outros rendimentos é a seguinte:

	<u>31.dezembro.2012</u>	<u>31.dezembro.2011</u>
Recuperação encargos (a)	211.474	18.018
Fianças	282.565	553.664
Outros proveitos operacionais	3.595	5.151
	<u>497.634</u>	<u>576.833</u>

a) Rendimentos relativos a gastos assumidos por conta das participadas e posteriormente debitados.

## 30 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 o detalhe de fornecimentos e serviços externos era o seguinte:

	<u>31.dezembro.2012</u>	<u>31.dezembro.2011</u>
Trabalhos especializados	262.872	217.931
Publicidade e propaganda	36.838	-
Serviços bancários	613.165	464.597
Seguros	659.440	635.574
Contencioso e notariado	23.212	19.972
Fianças	1.162.677	1.052.896
Outros fornecimentos e serviços	1.204	2.362
	<u>2.759.408</u>	<u>2.393.332</u>

## 31 OUTROS GASTOS

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 a repartição de outros gastos é a seguinte:

	<u>31.dezembro.2012</u>	<u>31.dezembro.2011</u>
Impostos indiretos	440.797	369.314
Outros custos operacionais	613	2.367
	<u>441.410</u>	<u>371.681</u>

## 32 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos no exercício de 2012 e 2011 são detalhados como segue:

	<u>31.dezembro.2012</u>	<u>31.dezembro.2011</u>
Imposto corrente	(110.377)	13.102.578
Imposto diferido	1.533.481	13.167
Total	<u>1.423.104</u>	<u>13.115.745</u>

A reconciliação do resultado antes de impostos com o imposto do exercício em 31 de dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

	<u>31.dezembro.2012</u>	<u>31.dezembro.2011</u>
Resultado antes de imposto	4.270.090	1.742.814
Taxa de imposto	25,00%	25,00%
	<u>1.067.523</u>	<u>435.704</u>
Perdas de imparidade não aceites fiscalmente	3.498.865	2.942.000
Insuficiência / (excesso) de estimativa de imposto	110.378	(5.296.765)
Efeito de dividendos não sujeitos a tributação	(6.161.594)	(6.263.275)
Outros	61.724	(4.933.409)
Imposto sobre o rendimento	<u>(1.423.104)</u>	<u>(13.115.745)</u>

### 33 RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011 foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	<u>31.dezembro.2012</u>	<u>31.dezembro.2011</u>
<b>Resultados</b>		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	5.693.194	14.858.559
Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por ação diluído	5.693.194	14.858.559
<b>Número de ações</b>		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico	900.000.000	900.000.000
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação diluído	900.000.000	900.000.000
Resultado por ação (básico e diluído)	<u>0,0063</u>	<u>0,0165</u>

### 34 RECEBIMENTOS / PAGAMENTOS DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Os recebimentos e pagamentos de investimentos financeiros ocorridos nos exercícios de 2012 e 2011 foram os seguintes:

Empresas	31.dezembro.2012			
	Recebimentos		Pagamentos	
	Total	Valor recebido	Total	Valor pago
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	-	-	150.000	150.000
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	-	-	150.000	150.000
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	-	-	35.000	35.000
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	-	-	100.000	100.000
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	-	-	15.000.000	15.000.000
Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA	-	-	175.000	175.000
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>15.610.000</u>	<u>15.610.000</u>

Empresas	31.dezembro.2011			
	Recebimentos		Pagamentos	
	Total	Valor recebido	Total	Valor pago
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	-	-	270.000	270.000
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	-	-	40.000	40.000
Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois (1)	69.994.430	69.994.430	-	-
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	-	-	100.000	100.000
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	-	-	200.000	200.000
Marcas MC, ZRT	-	61.516.534	-	-
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	-	-	600.000	600.000
Sonae Capital Brasil, SA	3.734.551	3.734.551	-	-
Sonae Gest - Soc. Gest. de Fundos de Investimentos, SA	-	-	224.736	224.736
Sontária - Empreendimentos Imobiliários, SA	-	6.120.239	-	-
Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA	-	-	150.000	150.000
	<u>73.728.981</u>	<u>141.365.754</u>	<u>1.584.736</u>	<u>1.584.736</u>

- (1) O valor recebido incluiu o montante de 19.993.953 euros decorrentes da operação de redução de capital e o montante de 50.000.477 euros relacionados com a alienação de participação a partes relacionadas.

### 35 APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 11 de março de 2013. Contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas.

### 36 CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS

#### Decreto-Lei nº 318/94 art.º 5º nº 4

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2012 foram celebrados contratos de suprimentos com as seguintes empresas:

Azulino Imobiliária, SA

Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, SA

Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA

Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA

Citorres - Sociedade Imobiliária, SA

Contimobe – Imobiliária do Castelo de Paiva, SA

Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA

Fozimo – Sociedade Imobiliária, SA

Igimo - Sociedade Imobiliária, SA

Iginha – Sociedade Imobiliária, SA

Imoconti – Sociedade Imobiliária, SA

Imomuro – Sociedade Imobiliária, SA

Imoresultado – Sociedade Imobiliária, SA  
MJLF – Empreendimentos Imobiliários, SA  
Predicomercial – Promoção Imobiliária, SA  
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA  
Sociloures – Sociedade Imobiliária, SA  
Socijofra – Sociedade Imobiliária, SA  
Soflorin, BV  
Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA  
Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA  
Sonae - Retail Properties, SA  
Sondis Imobiliária, SA

Durante o período findo a 31 de dezembro de 2012 foram celebrados contratos de operações de tesouraria com as seguintes empresas:

Azulino Imobiliária, SA  
BB Food Service, SA  
Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, SA  
Bom Momento - Restauração, SA  
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA  
Carnes do Continente - Indústria e Distribuição de Carnes, SA  
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA  
Citorres – Sociedade Imobiliária, SA  
Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, SA  
Contimobe – Imobiliária do Castelo de Paiva, SA  
Continente Hipermercados, SA  
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA  
Discovery Sports, SA  
Edições Book.it, SA  
Estevão Neves – Hipermercados da Madeira, SA  
Farmácia Selecção, SA

Fashion Division, S.A.

Fozimo – Sociedade Imobiliária, SA

Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA

Igimo – Sociedade Imobiliária, SA

Iginha – Sociedade Imobiliária, SA

Imoconti – Sociedade Imobiliária, SA

Imoestrutura – Sociedade Imobiliária, SA

Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA

Imoresultado – Sociedade Imobiliária, SA

Imosistema – Sociedade Imobiliária, SA

MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA

Modalfa - Comércio e Serviços, S.A.

Modalloop - Vestuário e Calçado, SA

Modelo.Com - Vendas por Correspondência, SA

Modelo Continente Hipermercados, SA

Modelo Hiper - Imobiliária, SA

Peixes do Continente - Indústria e Distribuição de Peixes, SA

Pharmaconcept Actividades em Saúde, SA

Pharmacontinente – Saúde e Higiene, SA

Predicomercial – Promoção Imobiliária, SA

Raso Viagens e Turismo, SA

Raso, SGPS, SA

Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA

Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, SA

Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, SA

Socijofra – Sociedade Imobiliária, SA

Sociloures – Sociedade Imobiliária, SA

Sonae, SGPS, SA

Sonae MC – Modelo Continente, SGPS, SA

Sonae - Retail Properties, SA

Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA

Sonae Center Serviços II, SA

Sondis - Sociedade Imobiliária, SA

Têxtil do Marco, SA

Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA

Valor N, SA

Todos os Dias - Comércio Ret. e Expl. de Centros Comerciais, SA

Worten - Equipamentos para o Lar, S A.

Zyevolution Investigação e Desenvolvimento, SA

Zippy - Comércio e Distribuição, S.A.

As respetivas posições devedoras em 31 de dezembro de 2012 são as seguintes:

<b>Empresa</b>	<b>31.dezembro.2012</b>
BB Food Service, SA	1.215.344
Carnes do Continente - Indústria e Distribuição de Carnes, SA	1.913.344
Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, SA	799.344
Fashion Division, SA	3.509.344
Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, SA	1.005.344
Modelo Continente Hipermercados, SA	350.724.345
Modelo Hiper Imobiliária, SA	2.848.344
Modelo.Com - Vendas por Correspondência, SA	11.861.344
Pharmaconcept - Actividades em Saúde, SA	2.085.344
Peixes do Continente - Indústria e Distribuição de Peixes, SA	1.382.344
Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, SA	2.969.344
Sonae Center Serviços II, SA	11.909.345
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	8.646.141
Todos os Dias - Comércio Ret. e Expl. de Centros Comerciais, SA	1.679.344
	<u>402.548.615</u>

As respetivas posições credoras em 31 de dezembro de 2012 são as seguintes:

<b>Empresa</b>	<b>31.dezembro.2012</b>
Azulino - Imobiliária, SA	3.847.830
Bom Momento - Comércio Retalhista, SA	334.656
Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, SA	23.751.995
Canasta - Empreendimentos Imobiliários, SA	2.102.864
Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, SA	4.989.656
Citorres - Sociedade Imobiliária, SA	2.982.706
Contimobe - Imobiliária do Castelo de Paiva, SA	40.216.225
Continente Hipermercados, SA	10.099.655
Cumulativa - Sociedade Imobiliária, SA	2.158.989
Edições Book.it, SA	1.805.656
Estevão Neves - Hipermercados da Madeira, SA	3.925.656
Farmácia Selecção, SA	3.644.656
Fozimo - Sociedade Imobiliária, SA	1.537.957
Igimo - Sociedade Imobiliária, SA	679.656
Iginha - Sociedade Imobiliária, SA	18.304.456
Imoconti - Sociedade Imobiliária, SA	12.214.380
Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, SA	158.706
Imomuro - Sociedade Imobiliária, SA	3.777.603
Imoresultado - Sociedade Imobiliária, SA	457.656
Imosistema - Sociedade Imobiliária, SA	3.773.298
MJLF - Empreendimentos Imobiliários, SA	2.918.843
Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, SA	4.168.707
Mundo Vip - Operadores Turísticos, SA	1.000.000
MDS SGPS, SA	17.976.001
Pharmacontinente - Saúde e Higiene, SA	6.413.655
Predicomercial - Promoção Imobiliária, SA	6.187.966
Raso, SGPS, SA	7.800.000
Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, SA	3.007.632
Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA	46.797.591
Socijofra - Sociedade Imobiliária, SA	5.897.125
Sociloures - Sociedade Imobiliária, SA	20.487.915
Soflorin, BV	152.203.491
Sonae MC - Modelo Continente, SGPS, SA	5.344.000
Sonae - Specialized Retail, SGPS, SA	590.268.001
Sonaerp - Retail Properties, SA	186.403.709
Sondis Imobiliária, SA	21.141.818
Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, SA	277.744
Valor N, SA	3.309.189
	<u>1.222.367.643</u>

#### Art.º 66 A do Código das Sociedades Comerciais

A informação relativa aos honorários do Revisor Oficial de Contas encontra-se incluída na informação divulgada no Relatório de Gestão.

O Conselho de Administração

---

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)

---

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

---

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão

## **Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria**

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

### **Introdução**

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 da Sonae Investimentos, SGPS, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem as Demonstrações da Posição Financeira Consolidada e Individual em 31 de Dezembro de 2012 (que evidenciam um activo total consolidado e individual de 3.832.131.538 Euros e 4.054.796.607 Euros, respectivamente e capitais próprios consolidados e individuais de 837.943.269 Euros e de 2.335.076.026 Euros, respectivamente, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa-Mãe no montante de 9.310.582 Euros e um resultado líquido individual no montante de 5.693.194 Euros), as Demonstrações Consolidadas e Individuais dos Resultados, do Rendimento Integral, de Alterações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

### **Responsabilidades**

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e da Empresa, os resultados e o rendimento integral consolidado e individual das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e individuais e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade e a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira consolidada e individual, os seus resultados e o seu rendimento integral consolidado e individual.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

### **Âmbito**

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada e individual constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas e individuais, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada e individual da Sonae Investimentos, SGPS, S.A. em 31 de Dezembro de 2012, os resultados e o rendimento integral consolidados e individuais das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e individuais e os seus fluxos consolidados e individuais de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

### **Ênfase**

6. Conforme referido nas Notas 1 e 4 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas, a Sonae Investimentos SGPS, S.A. alterou voluntariamente a sua política contabilística relativas ao registo de interesses em entidades conjuntamente controladas. Em conformidade com o previsto pela IAS 8 - Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros, as alterações das políticas contabilísticas foram efectuadas retrospectivamente, pelo que as Demonstrações da Posição Financeira Consolidada em 1 de Janeiro de 2011 e 31 de Dezembro de 2011, bem como as Demonstrações Consolidadas dos Resultados, do Rendimento Integral, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 foram reexpressas em conformidade.

**Relato sobre outros requisitos legais**

7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas e individuais do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Empresa nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Porto, 11 de Março de 2013

Deloitte & Associados, SROC S.A.  
Representada por António Manuel Martins Amaral

## **Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

## **Relatório e Parecer do Conselho Fiscal da Sonae Investimentos, SGPS, SA**

*Aos Senhores Acionistas*

### **1 – Relatório**

#### **1.1 – Introdução**

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis e de acordo com os termos do mandato que nos foi conferido, o Conselho Fiscal emite o presente relatório sobre a ação fiscalizadora realizada e, bem assim, o parecer sobre os documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

#### **1.2 – Fiscalização**

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal analisou, nos termos da sua competência, a gestão e a evolução da atividade da sociedade e das suas participadas, a observância dos normativos legais e estatutários, a regularidade dos registos contabilísticos, os sistemas de gestão de risco e de controlo interno, tendo efetuado reuniões com a periodicidade trimestral, nas quais, contou com a presença da Administração, e de responsáveis pelo Planeamento e Controlo de Gestão, dos Serviços Administrativos, Financeiros e da Contabilidade, dos Assuntos Fiscais e do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo.

No decurso do exercício, o Conselho Fiscal acompanhou com particular atenção o tratamento contabilístico das operações que, materialmente, influenciaram a evolução da atividade expressa nas demonstrações financeiras e exerceu as suas competências quanto às qualificações e independência do Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo.

No âmbito das suas atribuições, o Conselho Fiscal examinou os Balanços individual e consolidado, as Demonstrações individual e consolidada dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa, do rendimento integral, das alterações do capital próprio e os correspondentes anexos, em relação ao exercício económico em apreço

Adicionalmente, o Conselho Fiscal procedeu à análise do Relatório de Gestão e demais documentos de prestação de contas individuais e consolidadas, preparadas pelo Conselho de Administração, considerando que a informação divulgada satisfaz as normas legais em vigor e é apropriada para a compreensão da posição financeira e dos resultados da sociedade e do universo de consolidação e procedeu à apreciação da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria, emitido pelo Revisor Oficial de Contas que mereceu o seu acordo.

## **2 - Parecer**

Em face do exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que estão reunidas as condições para que a Assembleia Geral aprove:

- a) O relatório de gestão, as demonstrações da posição financeira, individual e consolidada, as demonstrações individual e consolidada dos resultados por naturezas, as demonstrações consolidada e individual do rendimento integral, as demonstrações consolidada e individual das alterações do capital próprio e as demonstrações consolidada e individual dos fluxos de caixa e os correspondentes anexos, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012
- b) A proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

## **3– Declaração de responsabilidade**

Nos termos previstos na alínea c) do nº 1 do art. 245º do Código dos Valores Mobiliários declaramos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, a informação constante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae Investimentos, SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sonae Investimentos SGPS, SA e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam. Mais se declara que o relatório sobre o governo da sociedade cumpre o disposto no art. 245º -A do Código dos Valores Mobiliários.

Matosinhos, 26 de março de 2013

O Conselho Fiscal

UHY & ASSOCIADOS, SROC, LDA Representada por António Francisco Barbosa dos Santos

Arlindo Dias Duarte Silva

Óscar José Alçada da Quinta